

A Educação e Intervenção Social em Contexto de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens

Silvana Marina Dinis Franco

Mestrado em Ciências da Educação Especialização em Educação e Intervenção Sociocomunitária

A Educação e Intervenção Social em Contexto de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens

Orientação: Prof. Doutora Sandra Fernandes

Ano Letivo: maio. 2025

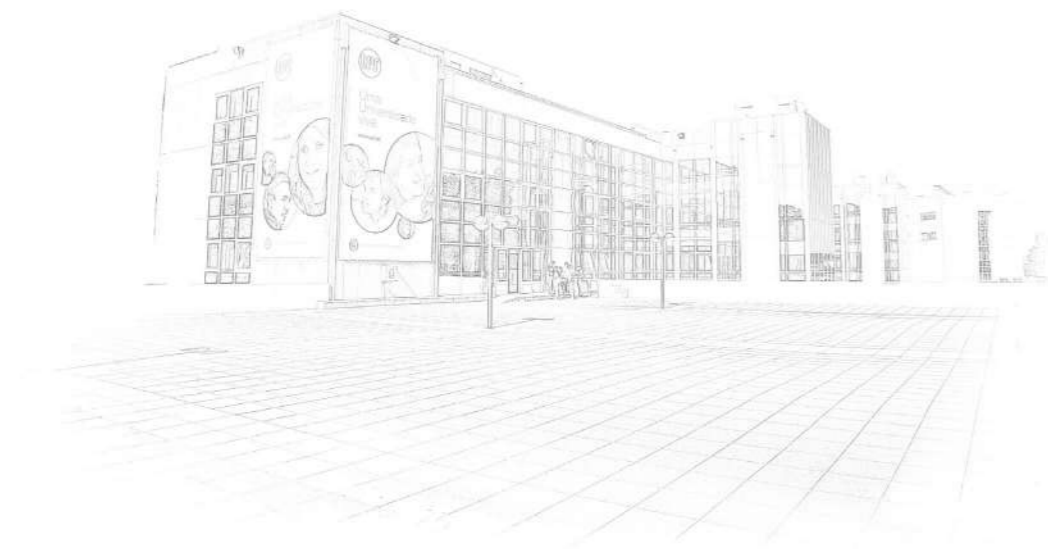


MP.GE.72.



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Do conhecimento à prática.



Silvana Marina Dinis Franco

**A Educação e Intervenção Social em Contexto de Acolhimento Residencial de
Crianças e Jovens**

Dissertação apresentada na Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção de grau de Mestre em Ciências da Educação – Área de Especialização em Educação e Intervenção Sociocomunitária, sob orientação da Professora Doutora Sandra Fernandes.

Departamento de Psicologia e Educação
maio, 2025

Resumo

A presente dissertação, “A Educação e Intervenção Social em Contexto de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens”, foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Área de Especialização em Educação e Intervenção Sociocomunitária e teve como foco a análise da intervenção socioeducativa em contexto de acolhimento residencial de crianças e jovens. Desenvolvido numa casa de acolhimento, o projeto teve como objetivo principal promover a autonomia pessoal, social e funcional dos jovens institucionalizados, através da implementação de um projeto de intervenção composto por três oficinas temáticas, centradas nas áreas da saúde, educação/formação e literacia financeira.

A metodologia adotada assentou numa abordagem qualitativa, recorrendo à observação direta e à análise documental. O diagnóstico de necessidades foi construído com base na análise de documentos institucionais, nomeadamente, o regulamento interno, o plano de atividades e os formulários CASA (Caraterização Anual da Situação de Acolhimento), que evidenciaram a necessidade premente de preparar os jovens para a autonomização, uma vez que a maioria apresentava esse desfecho como projeto de vida delineado.

A análise e discussão dos resultados do projeto permitiram verificar que as atividades desenvolvidas contribuíram para a aquisição de competências essenciais à transição para a autonomia, como a melhoria dos hábitos de higiene e saúde, a valorização dos percursos escolares, a criação de rotinas de estudo e a capacitação para a gestão do orçamento pessoal. Esta avaliação baseou-se na análise dos relatórios sociais dos jovens, cuja análise corroborou o impacto positivo da intervenção. Os dados recolhidos permitiram verificar melhorias também junto de jovens cujo projeto de vida não contempla, num horizonte próximo, a autonomização, evidenciando a pertinência transversal das atividades implementadas.

Este estudo reforça a importância de uma intervenção educativa estruturada, continuada e adaptada às necessidades dos jovens em acolhimento residencial, reconhecendo o papel do Educador Social como agente privilegiado na promoção da inclusão e na construção de percursos de vida mais autónomos e sustentáveis.

Palavras-chave: Educação Social; intervenção socioeducativa; acolhimento residencial; competências de autonomia em crianças e jovens.

Abstract

The present dissertation, "Education and Social Intervention in the Context of Residential Care for Children and Young People", was developed within the scope of the Master's in Educational Sciences – Specialization in Education and Community Social Intervention. It focused on the analysis of socio-educational intervention in residential care settings for children and young people. Developed within the scope of a project in a care home, the main objective of this work was to promote the personal, social, and functional autonomy of institutionalized youth through the implementation of an intervention project consisting of three thematic workshops focused on health, education/training, and financial literacy.

The methodology adopted was based on a qualitative approach, using direct observation and document analysis. The needs assessment was built based on the analysis of institutional documents, namely the internal regulations, the activity plan, and the CASA forms (Annual Characterization of the Care Situation), which highlighted the urgent need to prepare young people for autonomy, as most had that outcome as a defined life project.

The analysis and discussion of the project's evaluation results showed that the activities developed contributed to the acquisition of essential skills for the transition to autonomy, such as improved hygiene paths, the establishment of study routines, and empowerment for personal budget management. This evaluation was based on the analysis of the young people's social reports, which corroborated the positive impact of the intervention. The data collected also showed improvements among young people whose life projects did not include autonomy in the near future, demonstrating the transversal relevance of the implemented activities.

This study reinforces the importance of a structured, continuous, and needs-adapted educational intervention for young people in residential care, recognizing the role of the social educator as a key agent in promoting inclusion and in building more autonomous and sustainable life paths.

Keywords: Social Education, social-education intervention, residential care, autonomy skills in children and young people.

Índice

Introdução	9
Capítulo I - Enquadramento Teórico.....	11
1. Crianças e Jovens: Que Direitos, Que Proteção em Portugal.....	12
1.1. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP).....	13
1.1.1. Princípios Fundamentais da LPCJP	14
1.1.2. Estrutura do Sistema de Promoção e Proteção.....	15
1.2. Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ)	16
1.3. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).....	18
1.3.1. Modalidades de Funcionamento das CPCJ.....	18
1.4. Equipas Multidisciplinares de Assessoria ao Tribunal (EMAT)	20
1.4.1. Fases do Processo Judicial de Promoção e Proteção	20
1.4.2. Funções e Responsabilidades da EMAT.....	21
1.4.3. Importância das EMAT no Sistema de Promoção e Proteção.....	22
1.5. Medidas de Promoção e Proteção	22
1.5.1. Medidas em Meio Natural de Vida	23
1.5.2. Medidas de Colocação	24
1.5.3. Aplicação das Medidas e Monitorização	25
2. Acolhimento Residencial	25
2.1. Acolhimento Residencial em Portugal	26
2.1.1. Direitos da Criança no Acolhimento Residencial e Princípios Orientadores	27
2.1.2. Impactos e Desafios do Acolhimento Residencial.....	28
2.1.3. Etapas do Acolhimento Residencial (do acolhimento à cessação de medida).....	28
2.2. Caracterização do Acolhimento Residencial em Portugal – Relatório CASA.....	30
2.2.1. Relatório CASA – Dados Pertinentes	32
2.2.1.1. Distribuição por faixa etária e sexo	32
2.2.1.2. Tipologias de respostas de acolhimento.....	32
2.2.1.3. <i>Situações de perigo que motivaram o acolhimento</i>	33
2.2.1.4. Projetos de promoção e proteção	34
2.2.1.5. Duração do acolhimento	35
2.2.1.6. Conclusão – Relatórios CASA de 2021 e 2022.....	36
3. A Intervenção do Educador Social em Contexto de Acolhimento Residencial.....	37
3.1. O Papel do Educador Social no Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens	38
3.2. O Papel do Educador Social no Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens	39
3.3. Da Teoria à Prática: Objetivos e Desafios da Intervenção no Acolhimento Residencial..	40

3.4. O Educador Social: Características e Competências Essenciais	42
3.5. A Importância da Intervenção Educativa no Acolhimento Residencial	43
Capítulo II – Caraterização do Contexto de Intervenção	45
1. Caraterização da Instituição.....	45
1.1. Localização, Capacidade, Destinatários	45
1.2. Horário e Período de funcionamento	46
1.3. Missão e Valores.....	46
1.5. Caraterização dos Recursos Humanos.....	48
1.6. Identificação dos Serviços Prestados	51
2. Caraterização do Público-Alvo	52
Capítulo III – Projeto de Intervenção: Diagnóstico, Planificação e Avaliação.....	57
1. Diagnóstico de Necessidades do Contexto de Intervenção.....	58
1.1. Metodologia	58
1.2. Métodos e Técnicas de Recolhas de Dados	59
1.2.1. Observação Direta	59
1.2.2. Análise Documental	60
1.2.2.1. Análise – Regulamento Interno.....	61
1.2.2.2. Análise – Ficha de Solicitação de Acolhimento	64
1.2.2.3. Análise – Plano Anual de Atividades 2022	72
1.2.2.4. Análise – Caraterização Anual da Situação de Acolhimento: CASA 2019, 2020, 2021.....	74
1.3. Principais Resultados da Análise de Necessidades.....	93
2. Projeto De Intervenção	98
2.1. Planificação.....	98
2.2. Finalidade, Objetivos Gerais e Objetivos Específicos.....	99
2.3. Descrição das Atividades do Projeto de Intervenção	101
2.3.1. Oficina I – Juventude Saudável: Oficina de Manutenção e Cuidados de Saúde.....	102
2.3.2. Oficina II – Rumo ao Sucesso: Oficina de Desenvolvimento Educativo e Profissional para Jovens.....	107
2.3.3. Oficina III – Finanças em Ação: Oficina de Literacia Financeira para Jovens.....	113
2.4. Análise e Discussão dos Resultados da Avaliação do Projeto de Intervenção	120
Considerações Finais	127
Referências Bibliográficas	129
Anexos	133
Anexo 1 - Oficina I: Juventude Saudável – Higiene Pessoal.....	134
Anexo 2 – Oficina I: Juventude Saudável – Perigos do Tabaco.....	136
Anexo 3 – Oficina I: Juventude Saudável – Alimentação Saudável	141
Anexo 4 – Oficina II: Rumo ao Sucesso – Ambiente Ideal para Aprender.....	163

Anexo 5 – Oficina II: Rumo ao Sucesso – Cronograma Individual de Estudos	168
Anexo 6 – Oficina II: Rumo ao Sucesso –Elaboração de um Currículo Profissional.....	181
Anexo 7 - Oficina III: Finanças em Ação – Como Gerir o Teu Dinheiro.....	186
Anexo 8 – Oficina III: Finanças em Ação – Simula o Teu Orçamento Mensal	189
Anexo 9 – Oficina III: Finanças em Ação – Do Dinheiro ao Banco	195

Índice de Figuras

Figura 1 - Distribuição por género.....	53
Figura 2 - Distribuição dos jovens por faixa etária.....	54
Figura 3 - Tempo de permanência em acolhimento residencial	55
Figura 4 - Habilitações Literárias	56

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Calendário de implementação das oficinas temáticas (2022–2023)	99
Tabela 2- Oficina I: Juventude Saudável – atividades e participantes.....	103
Tabela 3 - Planeamento da atividade: ação de sensibilização sobre higiene pessoal	104
Tabela 4 - Planeamento da atividade: ação de sensibilização sobre os perigos do tabaco.....	105
Tabela 5 - Planeamento da atividade: ação de sensibilização para uma alimentação saudável	107
Tabela 6 - Oficina II: Rumo ao Sucesso – atividades e participantes	108
Tabela 7 - Planeamento da atividade: um ambiente ideal para aprender	109
Tabela 8 - Planeamento da atividade: cronograma individual de estudos.....	111
Tabela 9 - Planeamento da atividade: elaboração de um currículo	113
Tabela 10 - Oficina III: Finanças em Ação - atividades e participantes	114
Tabela 11 - Planeamento da atividade: como gerir o teu dinheiro	116
Tabela 12 - Planeamento da atividade: simula o teu orçamento mensal	118
Tabela 13 - Planeamento da atividade: como abrir uma conta bancária.....	120

Lista de Abreviaturas e Siglas

AA – Apartamentos de Autonomia

CASA – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CID – Cidadania, Idoso e Deficientes – Cidadania, Instituição e Direitos

CNPDPCJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ – Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

ECMIJ – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

EMAT – Equipas Multidisciplinares de Assessoria ao Tribunal

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS – Instituto da Segurança Social

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

ONU – Organização das Nações Unidas

OTM – Organização Tutelar de Menores

INTRODUÇÃO

A proteção dos direitos das crianças e jovens é um imperativo ético, legal e social que tem vindo a consolidar-se no panorama nacional e internacional, particularmente através de instrumentos normativos como a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2023). Estes documentos consagram o direito de cada criança a crescer num ambiente seguro, afetivo e promotor do seu desenvolvimento integral, responsabilizando o Estado e a sociedade civil pela criação de condições que assegurem a proteção e a promoção desses direitos.

Em Portugal, o acolhimento residencial assume-se como uma das medidas de colocação previstas no sistema de promoção e proteção, aplicável a crianças e jovens cuja permanência no meio familiar representa um perigo para o seu bem-estar. No entanto, embora esta resposta represente uma alternativa de proteção, levanta também desafios significativos no que respeita à continuidade dos vínculos afetivos, à personalização dos percursos educativos e à preparação para a vida adulta. Neste contexto, torna-se imperativo garantir que a institucionalização, quando necessária, não comprometa o desenvolvimento de competências essenciais à construção de trajetórias de vida autónomas, responsáveis e integradas socialmente.

Foi neste quadro que surgiu o presente projeto, realizado numa casa de acolhimento residencial de crianças e jovens, no contexto do Mestrado em Ciências da Educação – Área de Especialização em Educação e Intervenção Sociocomunitária. Este projeto resulta de uma análise empírica das necessidades observadas no terreno, aliada a uma reflexão teórica sustentada sobre o papel da educação e da intervenção social na capacitação dos jovens institucionalizados. A intervenção foi orientada por um objetivo geral: promover a autonomia pessoal, social e funcional dos jovens acolhidos, através do desenvolvimento de competências práticas em três áreas fundamentais – saúde e bem-estar, organização educativa/profissional e literacia financeira.

Designado “Caminhos para a Vida Autónoma: Projeto de Desenvolvimento de Competências em Contexto de Acolhimento”, o projeto foi estruturado em torno de três oficinas temáticas, cujas atividades foram concebidas para responder de forma integrada às carências identificadas na população-alvo. Estas oficinas centraram-se,

respetivamente, na promoção de estilos de vida saudáveis, no reforço da organização educativa e da preparação para a inserção profissional, e no desenvolvimento de competências de gestão financeira pessoal. A sua implementação teve como finalidade última apoiar os jovens no desenvolvimento de competências indispensáveis à transição para a vida adulta, potenciando a sua autonomia.

O presente trabalho organiza-se em três capítulos principais: no Capítulo I, apresenta-se o enquadramento teórico, com particular atenção ao sistema de promoção e proteção, ao acolhimento residencial e ao papel do Educador Social neste contexto; o Capítulo II, dedica-se à caracterização da instituição de acolhimento e do público; no Capítulo III, é apresentado o diagnóstico de necessidades do público-alvo, abordando a metodologia adotada e os principais resultados obtidos, a descrição do projeto de intervenção, com a explicitação dos seus objetivos, atividades desenvolvidas e metodologia de avaliação. Este capítulo culmina com a análise e discussão dos resultados, a partir da informação recolhida nos relatórios sociais.

Este percurso investigativo e interventivo visa, assim, contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre práticas educativas em contextos de acolhimento e para a construção de respostas mais eficazes, personalizadas e emancipadoras para jovens em situação de vulnerabilidade.

Através da implementação do projeto “Caminhos para a Vida Autónoma”, procura-se não apenas promover o desenvolvimento de competências fundamentais para a autonomização dos jovens acolhidos, mas também contribuir para a reflexão crítica sobre as práticas educativas em contextos de acolhimento residencial. Assim, a presente investigação assume-se como um contributo académico e profissional para o fortalecimento de estratégias de promoção da autonomia e inclusão social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O Capítulo I tem como finalidade apresentar o enquadramento teórico que sustenta o desenvolvimento do presente projeto de intervenção, contextualizando juridicamente, institucionalmente e pedagogicamente a realidade do acolhimento residencial de crianças e jovens em Portugal. Parte-se da análise dos principais referenciais legais e normativos que regem o sistema de promoção e proteção, incluindo os seus princípios, estruturas e medidas, com especial destaque para o papel das entidades responsáveis pela execução das medidas de promoção e proteção. De seguida, é abordada a especificidade do acolhimento residencial enquanto resposta socioeducativa. Por fim, destaca-se o papel do Educador Social neste contexto, enquanto agente promotor do desenvolvimento e da autonomia dos jovens institucionalizados. Este enquadramento visa não apenas fornecer o suporte conceptual necessário à compreensão da realidade em estudo, mas também legitimar, do ponto de vista científico e profissional, as opções metodológicas e pedagógicas que orientam a proposta de intervenção.

1. CRIANÇAS E JOVENS: QUE DIREITOS, QUE PROTEÇÃO EM PORTUGAL

A proteção dos direitos das crianças e jovens constitui um dos pilares fundamentais das sociedades democráticas contemporâneas, refletindo a evolução histórica do conceito de infância e adolescência. Em Portugal, este compromisso materializa-se através de um quadro normativo e institucional que visa garantir o bem-estar, o desenvolvimento integral e a defesa dos direitos fundamentais dos menores. No entanto, apesar dos avanços legislativos e políticos, persistem desafios estruturais e lacunas na proteção efetiva das crianças e jovens, exigindo uma abordagem integrada e interinstitucional (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ), 2022).

Os maus-tratos na infância continuam a apresentar-se como um problema social de enorme complexidade, despertando crescente preocupação por parte da sociedade civil e dos decisores políticos. A exposição a situações de negligência, abuso emocional, físico e sexual pode comprometer gravemente o desenvolvimento das crianças, gerando impactos duradouros na sua saúde mental e na sua capacidade de integração social. Neste sentido, tem-se vindo a investir significativamente, nos últimos anos, em políticas públicas e programas de prevenção e intervenção precoce, bem como no reforço das respostas institucionais (CNPDPCJ, 2021).

A aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1989, e a sua ratificação pelo Estado Português em 1990 constituíram um marco decisivo na evolução histórica da infância em Portugal e no mundo. Esta convenção estabelece um conjunto abrangente de direitos para todas as crianças, incluindo direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais, e enfatiza o princípio do superior interesse da criança em todas as decisões que lhe digam respeito (UNICEF, s/d). Em Portugal, a ratificação da Convenção impulsionou uma profunda reformulação do quadro legislativo de proteção infantil, reconhecendo formalmente as crianças como sujeitos plenos de direitos. Contudo, subsistem ainda desafios significativos na forma como esses direitos são percecionados e implementados, refletindo dificuldades na articulação entre legislação, prática institucional e respostas da sociedade civil (Fonseca & Tomás, 2004).

A ausência de uma retaguarda familiar efetiva ou de uma rede de apoio social/comunitária constitui um problema transversal na vida de muitas crianças e jovens, particularmente em contextos de vulnerabilidade socioeconómica. A falta de

suporte familiar pode amplificar os riscos de exclusão social, negligência e vitimização, comprometendo o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças (Rosa, 2021). Neste cenário, a proteção de menores exige um trabalho cooperativo e qualificativo, quer das entidades com competência em matéria de infância e juventude, quer da sociedade em geral.

Em Portugal, o reconhecimento dos direitos das crianças tem sido progressivo. Portugal foi pioneiro na Europa na criação de um ordenamento legal relativo à proteção infantil, com a publicação, em 1911, da Lei da Infância e Juventude, conhecida como Lei de Proteção à Infância, que vigorou até 1962. Com a publicação da Organização Tutelar de Menores (OTM) em 1962, reforçou-se o caráter protetor do direito de menores, numa ótica centrada na intervenção estatal sobre crianças consideradas em "situação irregular". A OTM foi revista em 1978 e manteve-se em vigor até 2001, altura em que foi substituída pela Lei 147/99, de 1 de setembro, que introduziu uma abordagem baseada na promoção dos direitos e na prevenção de riscos. (Capucha, Castro & Ferreira, 2023)

A diferença entre situações de risco e de perigo é fundamental para a atuação dos mecanismos de proteção infantil. Segundo o Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo, o risco refere-se a fatores que podem potenciar a exposição da criança a situações prejudiciais, mas que ainda não configuram uma ameaça iminente à sua integridade física, psicológica ou emocional. O perigo, por sua vez, ocorre quando existe um efetivo comprometimento do bem-estar da criança, exigindo uma intervenção imediata para afastar a ameaça (Tavares, 2022).

Deste modo, a proteção das crianças e jovens exige um enquadramento normativo eficaz, uma articulação interinstitucional adequada e um compromisso sólido da sociedade na promoção de um ambiente seguro e inclusivo para o desenvolvimento infantil.

1.1. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP)

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, e com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2001, reflete um dos avanços mais significativos no ordenamento jurídico português em matéria de infância e juventude. Inspirada na Convenção sobre os Direitos da Criança, esta lei vem reconhecer a criança e o jovem como sujeitos de direitos, promovendo a sua

proteção através de mecanismos legais, institucionais e comunitários (Lei nº 147/99, de 1 de setembro).

A LPCJP baseia-se no princípio de que o desenvolvimento pleno da criança depende da concretização dos seus direitos fundamentais, que abrangem as dimensões social, económica, cultural e civil (CNPDPJ, 2006).

O sistema português de proteção à infância e juventude assenta na família e na criança como elementos centrais da sociedade, garantindo-lhes o direito à proteção por parte do Estado e da comunidade. Assim, o objetivo primordial da LPCJP, conforme estabelecido no artigo 1.º, é a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em perigo, assegurando o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, art.º 1.º).

A intervenção prevista nesta lei justifica-se quando os pais, representante legal ou guardião de facto colocam a criança em perigo ou não atuam de forma a afastar esse perigo, comprometendo a sua saúde, segurança, formação, educação e desenvolvimento biopsicossocial. Neste contexto, a proteção da criança assume uma abordagem multidisciplinar, envolvendo não apenas os organismos do Estado, mas também a sociedade civil e os serviços locais (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, art.º 3.º). Assim, a efetividade da proteção infantil requer uma intervenção articulada e sustentada em princípios de prevenção e assistência, garantindo que cada caso seja tratado conforme as suas especificidades.

A LPCJP estabelece um enquadramento normativo para a atuação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e dos Tribunais, definindo princípios orientadores e regras de intervenção aplicáveis na promoção dos direitos das crianças e jovens em perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, art.º 12.º e art.º 55.º).

1.1.1. Princípios Fundamentais da LPCJP

Os princípios que orientam a intervenção no âmbito da proteção infantil estão definidos no artigo 4.º da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, e refletem os valores fundamentais da proteção dos direitos da criança (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, art.º 4.º):

- Interesse superior da criança e do jovem: todas as decisões devem priorizar os direitos e interesses do menor, garantindo-lhe um ambiente seguro e propício ao seu desenvolvimento integral;
- Privacidade: a proteção da criança deve ser feita com respeito à sua vida privada, à sua intimidade e ao direito à imagem;

- Intervenção precoce: sempre que for identificado um perigo, a intervenção deve ser imediata, prevenindo danos futuros;
- Intervenção mínima: deve ser assegurado que a intervenção seja proporcional ao risco, evitando intromissões desnecessárias na vida da criança e da família;
- Proporcionalidade e atualidade: as medidas devem ser adequadas e justificadas, considerando a realidade e as necessidades da criança no momento;
- Responsabilidade parental: a intervenção deve ser promovida de forma que os pais assumam os seus deveres para com os filhos;
- Prevalência da família: devem ser privilegiadas medidas que integrem a criança na sua família biológica, salvo em situações de risco agravado;
- Obrigatoriedade da informação: a família e a criança têm direito a ser informados sobre os motivos e os procedimentos de intervenção;
- Audição obrigatória e participação: a criança e os seus cuidadores têm direito a participar nas decisões sobre o seu futuro;
- Subsidiariedade: a intervenção deve ocorrer de forma escalonada, iniciando-se pelos serviços de apoio à família, passando pelas CPCJ e, apenas em última instância, pelo sistema judicial.

Por fim, importa destacar que, na mencionada Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 23/2023, o conceito de criança ou jovem é definido no artigo 5.º como “a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional” (Lei n.º 147/99, art.º 5.º, com alterações da Lei n.º 23/2023).

1.1.2. Estrutura do Sistema de Promoção e Proteção

O sistema de proteção infantil em Portugal assenta num modelo hierárquico e articulado, envolvendo diferentes níveis de intervenção consoante a gravidade da situação. Inicialmente, a sinalização e prevenção de situações de risco são da responsabilidade das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), conforme previsto no artigo 7.º da Lei n.º 147/99. Quando estas medidas não são suficientes, intervêm as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), órgãos especializados que atuam com autonomia funcional para proteger os direitos das crianças e jovens em perigo (artigo 12.º da Lei n.º 147/99).

Nos casos mais graves, ou quando há necessidade de aplicação de medidas coercivas, a intervenção passa para os Tribunais, que detêm competência exclusiva para decisões judiciais de proteção (artigo 55.º da Lei n.º 147/99).

1.2. Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ)

As Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ) desempenham um papel essencial na prevenção e intervenção inicial em situações de risco ou perigo que envolvam crianças e jovens. O artigo 7.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, estabelece que estas entidades devem atuar de forma imediata, articulada e preventiva para assegurar a promoção dos direitos das crianças e jovens e prevenir situações que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Lei 147/99).

Em conformidade com a legislação, as ECMIJ englobam diversos setores da sociedade, tais como:

- Estabelecimentos de educação (escolas, creches, jardins de infância);
- Entidades de saúde (hospitais, centros de saúde, unidades de intervenção psicossocial);
- Entidades comunitárias e sociais (instituições de solidariedade social, autarquias, associações locais);
- Forças de segurança (Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana).

As ECMIJ têm a responsabilidade de implementar ações de prevenção primária e secundária, o que inclui a elaboração de planos de ação locais para a infância e juventude, com vista a criar condições favoráveis ao desenvolvimento saudável das crianças e jovens e evitar situações de risco (CNPDPJ, 2021).

As ECMIJ têm um papel fundamental na resposta inicial a situações de perigo, conforme descrito no artigo 7.º da Lei n.º 147/99, nomeadamente:

- Avaliação, diagnóstico e intervenção em situações de risco e perigo: a primeira abordagem em casos de suspeita de negligência, abuso ou outros fatores de risco deve ser conduzida pelas ECMIJ, garantindo uma resposta rápida e eficaz;
- Implementação de estratégias de intervenção: as ECMIJ devem desenvolver estratégias para reduzir ou eliminar os fatores de risco que possam estar a comprometer a segurança e o bem-estar da criança ou jovem;

- Acompanhamento da criança, jovem e família: estas entidades devem garantir que a intervenção realizada seja acompanhada de forma sistemática, monitorizando a evolução da situação e a eficácia das medidas aplicadas;
- Execução de medidas de promoção e proteção: caso seja determinada a necessidade de medidas de proteção, as ECMIJ têm o dever de implementar as decisões estabelecidas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou pelos Tribunais de Família e Menores (Lei n.º 147/99, art.º 7.º).

Quando as ECMIJ não conseguem, isoladamente, afastar a situação de risco ou perigo, a mesma deve ser referenciada às CPCJ. A atuação das CPCJ ocorre quando se verifica que as intervenções de primeira linha não foram suficientes ou quando a situação da criança exige medidas de proteção adicionais (Guia de Orientações para os Profissionais da Educação na Abordagem de Situações de Maus-Tratos ou Outras Situações de Perigo, 2006).

A articulação entre as ECMIJ e as CPCJ é essencial para garantir que nenhuma criança ou jovem fique desprotegido devido à insuficiência das respostas institucionais iniciais. Deste modo, a intervenção ocorre em três níveis progressivos:

- Nível Comunitário: as ECMIJ atuam na prevenção e intervenção inicial;
- CPCJ: caso as ECMIJ não consigam resolver a situação, esta é encaminhada para as CPCJ, que podem aplicar medidas de promoção e proteção;
- Tribunais de Família e Menores – Se a intervenção da CPCJ não for suficiente, a situação pode ser remetida ao tribunal, onde podem ser aplicadas medidas judiciais coercivas.

As ECMIJ são a primeira linha de resposta na proteção de crianças e jovens em risco. A sua atuação foca-se na prevenção, identificação e intervenção inicial, garantindo que as situações de perigo sejam resolvidas de forma rápida e eficaz. No entanto, sempre que a sua atuação seja insuficiente, as situações devem ser encaminhadas para instâncias superiores, como as CPCJ e os tribunais, assegurando uma resposta adequada às necessidades da criança ou jovem em risco.

A proteção da infância e juventude é, assim, uma responsabilidade partilhada entre diferentes entidades, devendo cada interveniente desempenhar o seu papel de forma coordenada e eficaz, conforme previsto na Lei n.º 147/99 e nos documentos orientadores sobre a proteção infantil.

1.3. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) são entidades oficiais não judiciais, com autonomia funcional, criadas para intervir quando as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ) não conseguem atuar de forma suficiente para remover o perigo em que uma criança ou jovem se encontra (Lei n.º 147/99, art.º 8.º).

O seu principal objetivo é promover os direitos das crianças e jovens, prevenindo ou pondo termo a situações que possam comprometer a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (Diário da República, 1999). As CPCJ são instituídas oficialmente por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da justiça, solidariedade e segurança social, assegurando um funcionamento independente e imparcial (Lei n.º 147/99, art.º 12.º).

As comissões operam a nível municipal e contam com a colaboração de serviços públicos, autoridades administrativas, entidades policiais e outros organismos locais (Lei n.º 147/99, arts. 13.º e 15.º).

1.3.1. Modalidades de Funcionamento das CPCJ

Nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, as CPCJ funcionam em duas modalidades:

- Comissão Alargada: responsável pela promoção dos direitos das crianças e jovens e pela prevenção de situações de perigo;
- Comissão Restrita: responsável pela intervenção direta em situações em que uma criança ou jovem está efetivamente em perigo. (Lei n.º 147/99, art.º 16).

A Comissão Alargada tem como missão principal desenvolver ações de promoção e prevenção, conforme estabelecido no artigo 18.º da Lei n.º 147/99. Entre as suas atribuições destacam-se:

- Informar a comunidade sobre os direitos da criança e sensibilizar para a necessidade do seu apoio;
- Promover ações e colaborar com entidades na deteção de situações que afetem o bem-estar infantil;
- Identificar e mobilizar recursos necessários à promoção dos direitos das crianças;
- Colaborar com entidades competentes na elaboração de projetos inovadores de prevenção;

- Analisar informação semestral sobre os processos acompanhados pela Comissão Restrita;
- Aprovar e enviar relatórios anuais de atividades à Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDP CJ), à Assembleia Municipal e ao Ministério Público (Lei n.º 147/99, art.º 18).

A Comissão Alargada é composta por representantes de várias entidades, incluindo Segurança Social, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Forças de Segurança, Associações de Pais e Jovens, entre outros (Lei n.º 147/99, art.º 17).

Quanto ao seu funcionamento, a Comissão Alargada reúne-se periodicamente, pelo menos uma vez por mês, podendo funcionar em plenário ou através de grupos de trabalho especializados (Lei n.º 147/99, art.º 19).

A Comissão Restrita é responsável pela intervenção direta nos casos em que uma criança ou jovem se encontra efetivamente em perigo (Lei n.º 147/99, art.º 21).

É composta por um número ímpar de membros (nunca inferior a cinco), selecionados da Comissão Alargada, de forma a garantir uma abordagem interdisciplinar e interinstitucional. Idealmente, integra profissionais das áreas do serviço social, psicologia, direito, educação e saúde (Lei n.º 147/99, art.º 20).

Entre as suas principais funções destacam-se:

- Atendimento e informação ao público;
- Abertura e instrução de processos de promoção e proteção;
- Avaliação inicial das situações e decisão sobre a necessidade de intervenção;
- Aplicar e acompanhar medidas de promoção e proteção, exceto medidas relacionadas com adoção;
- Solicitar pareceres e colaboração técnica de profissionais e entidades;
- Informar semestralmente a Comissão Alargada sobre os processos em curso (Lei n.º 147/99, art.º 21).

A Comissão Restrita funciona em permanência, reunindo-se no mínimo quinzenalmente, de forma a garantir um acompanhamento contínuo das situações (Lei n.º 147/99, art.º 22).

Em suma, as CPCJ são uma componente essencial do sistema de proteção da infância em Portugal, assegurando que os direitos das crianças e jovens sejam garantidos em todas as situações de risco ou perigo. A distinção entre Comissão

Alargada e Restrita permite um funcionamento eficaz, conciliando a prevenção com uma intervenção direta e especializada. A sua articulação com outros organismos, como as ECMIJ e os Tribunais, assegura uma proteção integral, reforçando o compromisso do Estado e da sociedade com o superior interesse da criança.

1.4. Equipas Multidisciplinares de Assessoria ao Tribunal (EMAT)

As Equipas Multidisciplinares de Assessoria ao Tribunal (EMAT) desempenham um papel essencial no sistema de promoção e proteção das crianças e jovens, particularmente na fase de intervenção judicial, assegurando o suporte técnico necessário aos tribunais no âmbito dos processos de promoção e proteção. Estas equipas atuam sob supervisão da Segurança Social, sendo compostas por profissionais especializados em diversas áreas, como serviço social, psicologia, educação e direito. A sua intervenção é fundamental para a avaliação de contextos familiares, aconselhamento técnico aos magistrados e monitorização da execução das medidas aplicadas pelo tribunal (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude (2019). De acordo com a Lei n.º 147/99, a EMAT intervém quando as medidas de proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) são insuficientes para garantir a segurança e o bem-estar da criança, levando ao encaminhamento do caso para decisão judicial. Assim, a EMAT assegura apoio técnico ao tribunal, elaborando relatórios detalhados sobre a situação da criança e do seu agregado familiar, acompanhando o cumprimento das medidas e recomendando estratégias para a proteção efetiva do menor. (Departamento de Desenvolvimento Social | Unidade de Infância e Juventude, 2019)

A sua atuação enquadra-se nos princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança (Unicef, s/d), que destaca o direito da criança a uma proteção eficaz contra qualquer forma de negligência, abuso ou exploração, garantindo sempre o seu superior interesse em qualquer decisão que lhe diga respeito.

1.4.1. Fases do Processo Judicial de Promoção e Proteção

O processo judicial de promoção e proteção desenvolve-se em várias fases, conforme estabelecido no artigo 106.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro:

1. Instrução: fase inicial onde o tribunal recolhe os elementos necessários à decisão, podendo solicitar a colaboração de entidades técnicas, nomeadamente da EMAT, que elabora relatórios sociais, realiza entrevistas e procede à avaliação da situação da criança ou jovem;

2. Debate judicial: caso não seja possível um acordo, o tribunal analisa as provas e os relatórios fornecidos pela EMAT para fundamentar a decisão;
3. Decisão: o juiz determina a medida de promoção e proteção mais adequada à criança, com base na informação técnica apresentada;
4. Execução da medida: a EMAT acompanha a implementação da medida decidida, avaliando a sua eficácia e propondo eventuais ajustamentos (Lei n.º 147/99, art.º 106).

A EMAT assegura o acompanhamento técnico das medidas de promoção e proteção aplicadas em contexto judicial, abrangendo tanto as medidas aplicadas em meio natural de vida (secção II da Lei n.º 147/99), como as medidas de colocação (secção III). Entre as medidas que podem ser aplicadas encontram-se apoio junto dos pais, confiança a um familiar, acolhimento residencial ou adoção (Lei n.º 147/99, art. 35º). Em suma, A intervenção da EMAT visa garantir o cumprimento efetivo das medidas decretadas, através da monitorização das condições familiares e institucionais, da emissão de relatórios técnicos regulares e da recomendação de ajustamentos sempre que necessário.

1.4.2. Funções e Responsabilidades da EMAT

As Equipas Multidisciplinares de Assessoria ao Tribunal (EMAT) desempenham um papel técnico essencial no apoio à decisão judicial em matéria de promoção e proteção. De acordo com o Guia de Recursos para a Infância e Juventude (Rede Social de Grândola, 2018), a sua intervenção inclui:

- Avaliação da situação da criança e da família: através da realização de entrevistas, visitas domiciliárias e análise documental, a equipa recolhe elementos sobre a situação socioeconómica, emocional e educativa da criança;
- Elaboração de relatórios técnicos: estes documentos fornecem aos magistrados uma análise fundamentada da situação da criança, permitindo uma decisão judicial informada e centrada no seu superior interesse;
- Acompanhamento da execução das medidas: a EMAT monitoriza o cumprimento das decisões judiciais, assegurando que as medidas aplicadas produzem os efeitos desejados;
- Mediação e aconselhamento: a EMAT presta apoio técnico à família e à criança no decurso da implementação das medidas, promovendo um ambiente favorável à reintegração e ao desenvolvimento saudável do menor.

Desta forma, o trabalho desenvolvido por estas equipas é essencial para garantir que as decisões judiciais sejam implementadas de forma eficaz e adaptada à realidade da criança e da família. A monitorização constante permite ajustar as medidas sempre que necessário, garantindo a proteção continuada do menor.

1.4.3. Importância das EMAT no Sistema de Promoção e Proteção

A existência das EMAT é crucial para a operacionalização do sistema de proteção infantil em Portugal, pois permite que os tribunais tenham acesso a análises especializadas e independentes sobre cada caso. A intervenção das EMAT assegura que as medidas de proteção rigorosamente acompanhadas, com informação técnica atualizada e estruturada, ajustada à medida em vigor e às necessidades do menor. Deste modo, a assessoria técnica providenciada por estas equipas contribui para uma decisão judicial mais informada e contextualizada, apoiando o tribunal na definição e possível revisão de estratégias de proteção, ao longo de todo o processo judicial.

As Equipas Multidisciplinares de Assessoria ao Tribunal (EMAT) são, de facto, um elemento essencial do sistema de promoção e proteção da infância em Portugal, garantindo que as decisões judiciais sejam fundamentadas com base em informação técnica detalhada. A sua atuação estende-se desde a instrução dos processos até ao acompanhamento da execução das medidas, assegurando que as crianças e jovens em perigo sejam seguidos adequadamente (Departamento de Desenvolvimento Social I Unidade de Infância e Juventude, 2019).

1.5. Medidas de Promoção e Proteção

As medidas de promoção e proteção constituem os mecanismos legais e institucionais destinados a afastar o perigo em que uma criança ou jovem se encontra e garantir o seu bem-estar, segurança, saúde, educação e desenvolvimento integral. Nos termos do artigo 34º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, estas medidas visam ainda assegurar a recuperação física e psicológica de menores vítimas de exploração, maus-tratos ou abuso, promovendo a sua integração em ambientes seguros e protetores (Lei nº 147/99).

A responsabilidade pela aplicação destas medidas cabe exclusivamente às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e aos Tribunais de Família e Menores, sendo que a intervenção da CPCJ ocorre sempre que haja consentimento dos pais ou representantes legais da criança ou da própria criança com idade igual ou superior a doze anos, conforme previsto na lei. Quando este consentimento não é

obtido ou quando a situação requer uma decisão coerciva, a competência passa para o Tribunal (Lei n.º 147/99, art.º 38).

As medidas de promoção e proteção subdividem-se em medidas no meio natural de vida e medidas de colocação, conforme definido nas secções II e III da Lei n.º 147/99.

1.5.1. Medidas em Meio Natural de Vida

As medidas aplicadas no meio natural de vida procuram proteger a criança sem a remover do seu ambiente familiar, reforçando as competências dos cuidadores e promovendo a segurança do menor dentro do seu contexto social e comunitário (Lei n.º 147/99, secção II). Estas medidas incluem:

- Apoio junto dos pais – Consiste na prestação de assistência psicopedagógica e social à família da criança ou jovem, podendo incluir auxílio financeiro, de modo a garantir a satisfação das necessidades básicas e a melhoria das condições do ambiente familiar (Lei n.º 147/99, art.º 39);
- Apoio junto de outro familiar: quando os pais não estão em condições de garantir um ambiente seguro, a criança pode ser confiada a um parente próximo que assuma a sua guarda, beneficiando igualmente de suporte psicopedagógico e social, bem como de apoio financeiro, se necessário (Lei n.º 147/99, art.º 40);
- Confiança a pessoa idónea: aplicável quando a criança ou jovem desenvolveu uma relação afetiva próxima com uma pessoa fora do seu círculo familiar, sendo confiada a essa pessoa desde que se demonstre que poderá proporcionar um ambiente seguro e adequado ao seu desenvolvimento. Esta medida pode ser complementada por apoio psicopedagógico e social e, se necessário, auxílio económico (Lei n.º 147/99, art.º 43);
- Apoio para a autonomia de vida: destina-se a jovens com mais de 15 anos que necessitem de suporte financeiro, acompanhamento psicopedagógico e acesso a programas de capacitação para promover a sua transição para a vida adulta e a aquisição de autonomia. Esta medida também pode ser aplicada a mães menores de 15 anos quando se conclui que é a solução mais adequada para garantir a segurança e estabilidade do bebé e da jovem mãe (Lei n.º 147/99, art.º 45).

1.5.2. Medidas de Colocação

Quando se verifica que não é possível garantir a segurança e o bem-estar da criança no seu meio natural de vida, o sistema de promoção e proteção prevê a aplicação de medidas de colocação, conforme estabelecido na secção III da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Estas medidas têm como finalidade assegurar à criança ou jovem um contexto alternativo de proteção, adequado à sua idade e necessidades individuais, salvaguardando simultaneamente os seus direitos fundamentais. As principais medidas de colocação incluem:

- Acolhimento familiar: a criança ou jovem é confiado a uma família de acolhimento, previamente avaliada e qualificada para garantir um ambiente seguro, afetivo e estável, proporcionando-lhe os cuidados necessários ao seu desenvolvimento físico, emocional e educacional (Lei n.º 147/99, art.º 46);
- Acolhimento residencial: aplicável quando não é possível encontrar uma solução em meio familiar. Esta medida implica a colocação da criança ou jovem numa instituição de acolhimento, equipada com profissionais especializados e infraestruturas adequadas à sua proteção e desenvolvimento. O acolhimento residencial pode ser temporário ou prolongado, consoante a evolução do caso e as possibilidades de reintegração familiar ou adoção (Lei n.º 147/99, art.º 49);
- Confiança a pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou instituição com vista à adoção: esta medida pode ser considerada uma medida em meio natural de vida, quando a criança é confiada a uma família com intenção de adoção, ou uma medida de colocação, quando a criança permanece numa instituição até à sua integração definitiva em ambiente adotivo (Lei n.º 147/99, art.º 50). Esta medida, quando se trata da questão de adoção é considerada uma medida em meio natural de vida e quando se remete a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção é designada como uma medida de colocação.

A aplicação destas medidas é da competência exclusiva das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e dos Tribunais de Família e Menores, conforme estabelecido no artigo 38.º da mesma Lei.

1.5.3. Aplicação das Medidas e Monitorização

A escolha da medida mais adequada deve atender ao superior interesse da criança, garantindo a sua segurança e promovendo a sua estabilidade emocional e social. As CPCJ são responsáveis por acompanhar a aplicação das medidas quando há consentimento dos pais ou representantes legais. Nos casos em que se verifica a necessidade de uma decisão judicial, a competência cabe aos Tribunais de Família e Menores (Lei n.º 147/99, art.º 38).

A monitorização contínua das medidas aplicadas é essencial para garantir que as condições da criança ou jovem são regularmente avaliadas e que as estratégias de intervenção são ajustadas conforme necessário (CNPDPJ, 2021). Estudos apontam que a eficácia das medidas de promoção e proteção está diretamente ligada à capacidade de articulação entre CPCJ, tribunais, serviços sociais e demais entidades envolvidas (Dias, 2022).

Em suma, as medidas de promoção e proteção previstas na Lei n.º 147/99 representam um conjunto de estratégias fundamentais para garantir a segurança e bem-estar das crianças e jovens em risco. A distinção entre medidas em meio natural de vida e medidas de colocação permite uma resposta diferenciada e ajustada às necessidades individuais de cada criança. A intervenção das CPCJ e dos tribunais, aliada a um acompanhamento eficaz, é essencial para assegurar que estas medidas cumprem o seu objetivo primordial: proteger a criança e promover o seu desenvolvimento integral em condições de segurança e dignidade. (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2023, de 3 de julho).

2. ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

O acolhimento residencial é uma das medidas de promoção e proteção previstas na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 142/2015. Esta medida visa garantir a proteção de crianças e jovens em perigo quando todas as alternativas em meio natural de vida tenham sido esgotadas. Trata-se de uma resposta social estruturada que assegura o bem-estar e o desenvolvimento integral da criança, devendo ser aplicada sempre com base no superior interesse do menor e garantindo um plano individualizado de intervenção. (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro)

A evolução histórica do acolhimento residencial está intimamente ligada à transformação do conceito de infância e juventude. Antigamente, as crianças eram socialmente pouco valorizadas e, ao longo dos tempos, foram frequentemente vítimas de diversas formas de violência legitimada. A contribuição das ciências sociais, como a psicologia, sociologia e direito, foi determinante na transição da criança de objeto de direito para sujeito de direito (Peixoto & Oliveira, 2021).

Na Idade Média, o acolhimento de crianças estava associado ao alojamento de menores abandonados, uma abordagem assistencialista que permaneceu até ao século XX. A ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança pelas Nações Unidas, em 1989, e a sua subsequente adoção por Portugal, marcaram um ponto de viragem significativo, obrigando o Estado a garantir os cuidados adequados às crianças e jovens cujos pais ou representantes legais não conseguissem assegurar o seu bem-estar. Tal como consagrado no artigo 20.º da Convenção, “A criança que esteja temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar, ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente tem direito à proteção e assistência especiais do Estado.” (Unicef, s/d, p. 14).

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) introduziu um novo paradigma no acolhimento residencial, redefinindo-o como um processo estruturado e orientado pelo superior interesse da criança. Desde a década de 1990, o sistema de acolhimento residencial em Portugal evoluiu para um modelo mais qualificado, assente na diversificação das respostas institucionais, incluindo os Centros de Acolhimento Temporário (CAT), Lares de Infância e Juventude (LIJ), Apartamentos de Autonomia (AA) e Lares Residenciais (CNPDPJ, 2022).

A reforma do acolhimento residencial também promoveu a sua profissionalização, incentivando a especialização de algumas casas de acolhimento em função das necessidades específicas das crianças e jovens, tais como problemas de comportamento, deficiência ou saúde mental. O objetivo central passou a ser a implementação de uma intervenção qualificada, centrada na reabilitação, educação e desenvolvimento da criança/jovem, promovendo a sua inclusão e bem-estar (Antunes & Correia, 2016).

2.1. Acolhimento Residencial em Portugal

Em Portugal, o acolhimento residencial é uma medida de colocação extrafamiliar aplicada quando a criança ou jovem está em situação de perigo e necessita de ser retirada do seu meio de origem. Esta medida procura garantir que a criança recebe

cuidados adequados, protegendo-a de maus-tratos, negligência ou outras formas de perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

A Lei n.º 147/99 define que o acolhimento residencial deve ser uma solução temporária, visando a reintegração familiar ou a definição de um projeto de vida adequado à criança. No entanto, a permanência prolongada das crianças nas instituições tem sido um desafio significativo, muitas vezes devido à dificuldade de reestruturação das famílias ou à inexistência de soluções alternativas adequadas (CNPDPJ, 2022).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, o acolhimento residencial deve garantir a satisfação das necessidades básicas da criança/jovem, mas também o seu bem-estar emocional e psicossocial. Neste sentido, é essencial a existência de equipas técnicas qualificadas e uma intervenção especializada, baseada numa abordagem multidisciplinar.

2.1.1. Direitos da Criança no Acolhimento Residencial e Princípios Orientadores

O acolhimento residencial deve ser realizado em conformidade com os direitos fundamentais das crianças, garantindo-lhes segurança, educação, estabilidade emocional e participação nas decisões que lhes dizem respeito. A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (2010) enfatiza que as crianças em acolhimento têm direito à continuidade das relações afetivas, à privacidade, à proteção contra abusos e ao desenvolvimento integral. A legislação portuguesa (artigo 4.º da Lei n.º 147/99, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 142/2015, sendo, por seu turno, detalhados e operacionalizados no Decreto Lei n.º 164/2019, nomeadamente nos artigos 3.º e 4.º) reflete estas diretrizes, estabelecendo um conjunto de princípios orientadores para o acolhimento residencial, entre os quais:

- Superior interesse da criança: o acolhimento deve priorizar o bem-estar da criança, garantindo que qualquer decisão tenha como principal critério os seus direitos e necessidades;
- Individualização da intervenção: cada criança/jovem tem um percurso e necessidades únicas, devendo o plano de acolhimento ser adaptado à sua realidade;
- Temporalidade e transitoriedade: o acolhimento residencial deve ser uma medida temporária, com vista à reintegração familiar ou à definição de um projeto de vida estável;

- Participação da criança/jovem: a criança ou jovem deve ser envolvida na construção do seu plano de vida e no funcionamento da instituição, respeitando-se a sua opinião e promovendo o seu envolvimento ativo.

2.1.2. Impactos e Desafios do Acolhimento Residencial

O acolhimento residencial tem impactos significativos na vida das crianças e jovens. Se, por um lado, garante a proteção contra contextos de risco, por outro, pode gerar dificuldades na sua estabilidade emocional e no desenvolvimento de competências para a vida independente (Peixoto & Oliveira, 2021). Entre os principais desafios do acolhimento residencial em Portugal destacam-se:

- Longa permanência nas instituições: muitas crianças/ jovens permanecem em acolhimento por períodos superiores ao previsto, sobretudo quando não existem alternativas familiares viáveis ou projetos de vida claramente definidos, (Peixoto & Oliveira, 2021);
- Escassez de famílias de acolhimento: apesar das orientações internacionais que favorecem o acolhimento familiar como solução preferencial, Portugal continua a apresentar um número reduzido de colocações em famílias de acolhimento, verificando-se uma predominância da resposta institucional (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022);
- Dificuldades na autonomização dos jovens: ao atingirem a maioridade, muitos jovens em acolhimento enfrentam obstáculos na transição para a vida independente, devido à falta de competências socioeconómicas e de apoio estrutural (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022).

2.1.3. Etapas do Acolhimento Residencial (do acolhimento à cessação de medida)

O acolhimento residencial segue diversas etapas estruturadas que asseguram a melhor adaptação e integração da criança ou jovem:

1. Pedido de acolhimento – O pedido de acolhimento residencial é realizado pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou pelo Tribunal de Família e Menores quando se verifica a impossibilidade de permanência da criança/jovem no meio natural de vida, devido a situações de perigo. No entanto, a efetivação da medida de acolhimento não é imediata, uma vez que a Equipa de Gestão de Vagas da Segurança Social tem a responsabilidade de

avaliar a disponibilidade e adequação das casas de acolhimento existentes, assegurando um *match* entre as necessidades do menor e a instituição mais adequada. Este processo deve respeitar critérios de proximidade geográfica, necessidades específicas da criança e capacidade da instituição para responder às exigências do caso (CNPDPCJ, 2021);

2. Processo de admissão – A equipa técnica da casa de acolhimento analisa a capacidade de resposta às necessidades da criança/jovem e articula-se com a Equipa de Gestão de Vagas para confirmar a adequação da colocação. O acolhimento só se concretiza se houver concordância entre todas as partes envolvidas (Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro);
3. Receção e acolhimento – A criança/jovem é recebida pela equipa técnica da instituição, que introduz rotinas e apresenta o novo ambiente, promovendo um acolhimento empático e respeitando o ritmo de adaptação (CNPDPCJ, 2021);
4. Integração – A criança/jovem é incentivada a estabelecer laços afetivos, identificar adultos de referência e adaptar-se à nova realidade, através de um plano individual de intervenção centrado no seu projeto de vida (Carvalho & Salgueiro, 2018);
5. Cessação da medida – Pode ocorrer por reintegração na família de origem, adoção, autonomização ou transferência para outra instituição. Este processo deve ser cuidadosamente preparado pela equipa técnica da casa de acolhimento, em articulação com o gestor do processo de promoção e proteção, envolvendo a criança ou jovem, a sua família e outras entidades relevantes. A preparação da saída é progressiva, tendo em consideração as necessidades específicas de cada caso, e pode incluir programas específicos de preparação para a adoção ou para a autonomia de vida. Após a cessação da medida, a equipa técnica deve manter-se disponível para apoiar a criança ou jovem, se necessário, por um período não inferior a seis meses. (Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro; Fernandes, 2021).

O acolhimento residencial representa um recurso essencial na proteção infantil, devendo ser aplicado com uma abordagem centrada no superior interesse da criança, minimizando impactos negativos e promovendo soluções permanentes para a sua estabilidade e bem-estar. A existência de equipas técnicas qualificadas, o acompanhamento contínuo e a definição de planos estruturados de autonomização são aspetos fundamentais para garantir a eficácia desta medida (Mota, 2021).

2.2. Caracterização do Acolhimento Residencial em Portugal – Relatório CASA

A sigla CASA designa o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, uma publicação oficial de âmbito nacional elaborada pelo Instituto da Segurança Social. Este relatório fornece um “retrato da situação das crianças e jovens em acolhimento” em Portugal, considerado crucial para orientar respostas sociais mais eficientes e eficazes face às necessidades desta população (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 3). Em outras palavras, trata-se de um levantamento exaustivo, atualizado anualmente, sobre as crianças e jovens que se encontram em regime de acolhimento, seja em lares residenciais seja em famílias de acolhimento, constituindo uma base de conhecimento para profissionais intervirem de forma informada.

O relatório CASA abrange múltiplas dimensões da realidade do acolhimento de crianças e jovens, apresentando dados quantitativos e qualitativos sobre esta população. A caracterização inclui todas as crianças e jovens dos 0 aos 24 anos que se encontram ou estiveram em situação de acolhimento, em contexto residencial ou familiar, independentemente de terem ou não uma medida de promoção e proteção formal aplicada (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023). O relatório contempla tanto os processos em curso (jovens acolhidos no ano de referência) quanto as novas entradas e as saídas ocorridas nesse ano.

Entre os principais aspetos cobertos destacam-se as características sociodemográficas das crianças e jovens acolhidos (idade, sexo, nacionalidade, etc.), a descrição das respostas de acolhimento em que se encontram, as situações de perigo que motivaram o seu acolhimento, os projetos de promoção e proteção delineados para o seu futuro, e a duração das respetivas permanências em acolhimento – ou seja, todo o percurso desde o início até à cessação da medida. Por exemplo, são analisadas as características particulares, os projetos de promoção e proteção e a duração do acolhimento de cada criança/jovem, bem como identificadas “as principais situações de perigo” que estiveram na origem do acolhimento (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p.43; 2023, p. 23).

O relatório aborda ainda diversos indicadores de bem-estar e desenvolvimento das crianças e jovens durante o acolhimento (educação, saúde, comportamentos, etc.), permitindo uma visão abrangente do sistema de acolhimento em cada ano.

A elaboração do CASA baseia-se numa recolha anual e sistemática de informação junto de todas as entidades responsáveis pelo acolhimento de crianças e jovens. “A metodologia de recolha e inserção de dados mantém as características dos anos anteriores, envolvendo as entidades executoras do CASA: a Casa Pia de Lisboa, o Instituto da Segurança Social, o Instituto da Segurança Social dos Açores, IPR, o Instituto da Segurança Social da Madeira, RAM e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.” (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023, p. 6). Os dados são inseridos numa aplicação informática interna (intranet da Segurança Social) desenvolvida pelo Instituto de Informática, I.P., decorrendo o período de recolha e carregamento da informação tipicamente entre 1 de novembro do ano de referência e 28 de fevereiro do ano seguinte (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023).

Em suma, todas as instituições que tutelam crianças/jovens em acolhimento (sejam públicas ou do setor social) reportam os seus dados através dessa plataforma central. O tratamento estatístico e análise são realizados pelo Instituto da Segurança Social (ISS), que consolida a informação num relatório. Importa referir que, nos anos mais recentes, a metodologia passou também a incluir instrumentos de auscultação direta dos jovens acolhidos – por exemplo, questionários confidenciais aplicados a jovens com 12 ou mais anos – de modo a integrar a “voz das crianças e jovens” na caracterização (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 116; 2023, p. 6). Os resultados apresentados no CASA resultam, portanto, da conjugação dessas fontes de informação institucionais e participativas, garantindo um retrato rigoroso e atualizado da situação.

O Relatório CASA tem como objetivos centrais documentar, monitorizar e divulgar a situação das crianças e jovens em acolhimento, de forma a apoiar o planeamento e avaliação das políticas de infância e juventude. Explicitamente, “o presente relatório pretende disseminar conhecimento da situação do acolhimento” no ano em causa “e promover a discussão em torno do sistema” de proteção de crianças e jovens (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 3).

Em outras palavras, ao caracterizar anualmente o sistema de acolhimento, o CASA visa fornecer informação fidedigna que oriente estratégias para a melhoria contínua das respostas (residenciais e familiares) e para a garantia dos direitos das crianças e jovens acolhidos. O conhecimento gerado pelo relatório permite identificar tendências (por exemplo, evolução do número de crianças em acolhimento, perfis

etários, motivos de sinalização), lacunas e necessidades de intervenção, servindo de base à tomada de decisão por parte dos responsáveis políticos, técnicos e académicos na área da promoção dos direitos das crianças. Assim, a finalidade última do CASA articula-se com o superior interesse da criança: assegurar que a passagem pelo acolhimento contribui efetivamente para a proteção, o bem-estar e o desenvolvimento saudável de cada criança/jovem, minimizando traumas e promovendo a sua integração familiar e social.

2.2.1. Relatório CASA – Dados Pertinentes

2.2.1.1. Distribuição por faixa etária e sexo

Os relatórios CASA evidenciam que a maioria das crianças e jovens em acolhimento são do sexo masculino, embora a diferença não seja extrema. Em 2022, por exemplo, “mantém-se a prevalência de crianças e jovens do sexo masculino (52%) face ao sexo feminino (48%)” Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023, p. 9). Esta ligeira predominância masculina verifica-se em quase todos os escalões etários do acolhimento. No que diz respeito à distribuição etária, observa-se uma concentração significativa de adolescentes: cerca de, aproximadamente, 65% do número total de crianças e jovens em acolhimento encontra-se na fase da adolescência e início da idade adulta (dos 12 aos 20 anos) (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023). Por contraste, os grupos mais jovens representam fatias menores, nomeadamente, as crianças até os 5 anos de idade constituem apenas cerca de 13% da população acolhida (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023), refletindo o esforço em privilegiar soluções em meio natural de vida (família biológica ou adotiva) para as idades mais novas. Em suma, o retrato demográfico do acolhimento indica uma maioria de jovens em idade escolar e adolescente, com um equilíbrio razoável entre sexos (ligeiramente mais rapazes) e um número relativamente reduzido de crianças de tenra idade no sistema.

2.2.1.2. Tipologias de respostas de acolhimento

No sistema português, as crianças e jovens em perigo podem ser acolhidos em duas grandes modalidades: em acolhimento familiar (junto de uma família de acolhimento selecionada) ou em acolhimento residencial (em lares ou outras estruturas residenciais qualificadas). Os dados do CASA mostram que predomina claramente o acolhimento de tipo residencial. Em 2021, por exemplo, “96,5% das crianças e jovens encontram-se em acolhimento residencial e 3,5% estão integrados

em famílias de acolhimento” (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 17). Este padrão tem sido consistente ao longo dos anos, embora com ligeiras variações regionais e temporais. Dentro do acolhimento residencial, a maioria dos menores está atendida em lares de infância e juventude generalistas. À mesma data (1 de novembro de 2021), “verifica-se a manutenção da prevalência do número de crianças e jovens em casas de acolhimento generalistas, nomeadamente em lares de infância e juventude (58,4%) e em centros de acolhimento temporário (25,7%)” (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 30). As restantes respostas residenciais especializadas (como lares residenciais para crianças com necessidades específicas, apartamentos de autonomização, casas de abrigo, comunidades terapêuticas, etc.) acolhem percentagens mais reduzidas da população, geralmente cada uma abaixo de 3% do total. Observa-se, entretanto, uma ligeira tendência de crescimento do recurso a modalidades alternativas: em 2022 aumentou o número absoluto e relativo de jovens em apartamentos de autonomização (pequenas unidades de vida semi-independentes) e em acolhimento familiar, embora estas respostas continuem a representar uma pequena fração do total (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023).

Em suma, o acolhimento residencial de cariz institucional permanece a resposta predominante no sistema, o que denota desafios em expandir e consolidar soluções de carácter familiar para crianças privadas do ambiente parental.

2.2.1.3. Situações de perigo que motivaram o acolhimento

A decisão de acolhimento de uma criança ou jovem decorre sempre da verificação de situações de perigo graves no seu ambiente familiar, as quais justificam a aplicação de uma medida de colocação. De acordo com os Relatórios CASA, a causa mais frequente de ingresso no sistema de acolhimento é a negligência. Em 2022, “verifica-se que a ‘negligência’ foi a principal causa (9.739 | 69%), tal como se tem verificado nos anos anteriores” (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023, p. 23). Isto significa que, em cerca de 2/3 dos casos, as crianças acolhidas eram vítimas de omissão de cuidados básicos por parte dos cuidadores parentais (quer ao nível da supervisão e proteção, quer da satisfação de necessidades de saúde, educação, higiene, etc.). Em segundo lugar destacam-se as “outras situações de perigo” não classificadas nas categorias clássicas (12% dos casos), entre as quais sobressaem a ausência temporária de suporte familiar, os comportamentos desviantes do menor e o abandono (Departamento de

Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023, p. 23). As demais tipologias de perigo previstas na lei, designadamente o maus-tratos psicológico, o maus-tratos físico e o abuso sexual, representam cada uma delas parcelas menos expressivas, mas ainda assim relevantes, do universo de crianças acolhidas. Em particular, as formas de violência doméstica presenciadas pela criança configuram grande parte dos casos de maus-tratos psicológico.

No entanto, as situações de maus-tratos físico e de violência sexual surgem como as menos comuns, correspondendo às causas menos frequentes de acolhimento (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023). Este padrão, designadamente, o predomínio da negligência e escassez relativa de abusos físicos/sexuais, mantém-se consistente ao longo dos anos e está em linha com as estatísticas de proteção de menores em Portugal. Ressalve-se que muitas crianças e jovens sofrem cumulativamente vários tipos de perigo, pelo que os números acima referidos (“14.139 situações registadas” para “6.347” crianças acolhidas em 2022) refletem contabilizações em que um mesmo menor pode figurar em mais do que uma categoria de motivo de colocação (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023, p. 23 e p.25).

2.2.1.4. Projetos de promoção e proteção

Por determinação legal, para cada criança ou jovem em acolhimento deve ser definido um projeto de promoção e proteção, ou seja, um plano de vida futuro que oriente a intervenção (tendo em vista a solução permanente pós-acolhimento). Os relatórios CASA revelam que esses projetos incidem principalmente em duas alternativas: ou o retorno à família de origem (reunificação familiar), ou a preparação para a autonomia (vida independente na idade adulta). Em 2021, ao analisar-se os projetos delineados, verificou-se “a prevalência da ‘(re)integração na família nuclear’ (39,8%) e da autonomização (35,1%)” como projeto de promoção e proteção (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 60), 2022, p. 59). Desta forma, para cerca de 40% das crianças/jovens perspectivava-se a reintegração na sua família biológica, enquanto em 35% dos casos o plano principal era trabalhar competências para a saída do sistema e entrada na vida adulta autónoma, ou seja, a autonomização (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022). Em escala bem inferior surgem os outros projetos, nomeadamente, o “acolhimento permanente (residencial/ familiar)” consta delineado para apenas cerca de 9,7% dos casos (Departamento de

Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 60). Já a adoção foi definida como projeto de vida em aproximadamente 8,5% das situações aplicando-se sobretudo a crianças entre os 0 e os 5 anos. (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022). Com menor expressão estatística, figuram ainda projetos como a “(re)integração na família alargada” (colocação com outros familiares, por exemplo, avós ou tios, em cerca de 5,7% dos casos), a “confiança a pessoa idónea” (entrega da criança aos cuidados de um terceiro escolhido, 0,6%) e o “apadrinhamento civil” (0,6%) (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 60). Em síntese, reunificação familiar e autonomização representam, de longe, os projetos de promoção e proteção mais frequentemente definidos para as crianças e jovens em acolhimento, ao passo que a adoção e outras soluções têm aplicação mais restrita.

2.2.1.5. Duração do acolhimento

A duração da estadia das crianças e jovens no sistema de acolhimento é um indicador crítico, relacionado com a eficácia das medidas de promoção e proteção. Os dados recentes apontam para uma duração média relativamente prolongada, embora em ligeira redução: em 2022, as crianças/jovens estiveram em acolhimento em média cerca de 3,3 anos (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023). Há, no entanto, uma grande variabilidade individual. Por um lado, verifica-se um aumento dos acolhimentos de curta duração: aproximadamente 29% das crianças e jovens acolhidos em 2022 encontravam-se nessa situação há menos de 1 ano, percentagem esta superior à observada no ano anterior (25%) (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023, p. 39). Por outro lado, a permanência prolongada ainda é comum: cerca de 21% dos jovens estavam acolhidos há 6 ou mais anos, embora esta proporção tenha diminuído ligeiramente face a 2021 (quando era 23%) (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023). Entre estes extremos, aproximadamente 11% dos casos tinham duração de 4 a 5 anos, mantendo-se estável, enquanto os restantes distribuem-se por estadias de 1 a 3 anos (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2023).

Em suma, uma parte considerável das crianças passa vários anos em acolhimento, revelando dificuldades em concretizar projetos de vida num prazo ideal. Contudo, simultaneamente, começa a constatar-se alguma melhoria no sentido de reduzir os tempos de permanência excessivos, com um ligeiro decréscimo nos acolhimentos de 6 ou mais anos e aumento dos acolhimentos breves.

2.2.1.6. Conclusão – Relatórios CASA de 2021 e 2022

Os Relatórios CASA de 2021 e 2022 convergem na identificação de progressos e desafios no sistema de acolhimento em Portugal. Por um lado, constata-se que “o acolhimento em Portugal tem vindo a evoluir positivamente nos últimos 15 anos”, com um decréscimo gradual e consistente do número de crianças e jovens institucionalizados. Em 2021 registou-se uma diminuição de 5% face ao ano anterior, consolidando a tendência decrescente (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 86). Por outro lado, “ainda subsistem enormes desafios” (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 86). Entre estes, os relatórios destacam os impactos da pandemia Covid-19, que afetou negativamente a vida e os projetos de muitas crianças/jovens acolhidos, e o aumento do número de crianças estrangeiras não acompanhadas, frequentemente com histórias migratórias traumáticas e necessidades acrescidas de apoio (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022). Importa recordar que as crianças e jovens em acolhimento “sofreram perdas, danos, muitas vezes numa fase muito precoce do seu desenvolvimento” e precisam de “intervenções planeadas” e de ambientes reparadores para “recuperar a confiança nos adultos” e alcançar a estabilidade necessária ao seu pleno desenvolvimento (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 86). Nesse sentido, os relatórios reforçam a necessidade de qualificar e apoiar os cuidadores do sistema: profissionais e famílias de acolhimento. “Os cuidadores, pela complexidade das funções que exercem, necessitam de atenção, de estabilidade, de boas lideranças, de supervisão, de formação”, de modo a estarem “habilitados e capacitados, capazes de responder de forma adequada e compreensiva às emoções, sentimentos, bem como aos comportamentos de cada uma das crianças e jovens.” (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 86). Assim, só com equipas bem preparadas e sustentadas será possível oferecer cuidados de qualidade e individualizados que promovam efetivamente o bem-estar das crianças e jovens em situação de acolhimento.

Por fim, os relatórios sublinham como imperativo estratégico reduzir a institucionalização prolongada e reforçar as respostas de cariz familiar no sistema de proteção. Como é realçado, “É necessário fazer crescer os números da desinstitucionalização e aumentar as respostas de cariz familiar e novas respostas em meio natural de vida.” (Departamento de Desenvolvimento Social & Unidade de Infância e Juventude, 2022, p. 86). Para tal acontecer, é necessário investir na

prevenção (apoio e capacitação das famílias de origem, para evitar a retirada), em promover o acolhimento familiar quando a retirada é inevitável, e em agilizar percursos de adoção ou autonomização para os casos em que o regresso à família não é viável. Em conclusão, os Relatórios CASA 2021 e 2022 evidenciam uma melhoria gradual dos indicadores globais do acolhimento em Portugal, menos crianças institucionalizadas, maior ênfase na família, ao mesmo tempo que apontam os desafios remanescentes e emergentes, indicando caminhos de evolução para que o sistema de promoção e proteção continue a garantir os direitos, a segurança e o desenvolvimento saudável de todas as crianças e jovens em situação de perigo.

3. A INTERVENÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL EM CONTEXTO DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

A proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade representam um dos pilares fundamentais das políticas sociais contemporâneas. Em Portugal, o Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo rege-se pelo enquadramento legal definido na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações subsequentes), estabelecendo diretrizes para assegurar a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento integral deste grupo populacional (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações subsequentes). Neste contexto, as medidas de acolhimento residencial assumem um papel crucial, sendo uma resposta temporária para crianças e jovens cujas condições familiares não garantem a sua proteção.

A intervenção do Educador Social no acolhimento residencial é de extrema relevância, pois este profissional atua na interface entre os menores, as equipas técnicas e a comunidade, promovendo processos educativos, sociais e emocionais que visam a construção de trajetórias de vida positivas. O Educador Social desempenha um papel multidimensional, combinando funções pedagógicas, de mediação e apoio psicossocial, contribuindo para a aquisição de competências pessoais e sociais por parte das crianças e jovens institucionalizados (Rodrigues, 2018).

Deste modo, a presente fundamentação teórica visa analisar a intervenção do Educador Social no contexto do acolhimento residencial, explorando as suas principais funções e responsabilidades. Para tal, serão abordados diferentes eixos temáticos,

nomeadamente:

- O papel do Educador Social no Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, evidenciando o seu contributo na implementação das medidas de proteção e promoção dos direitos da infância;
- A atuação do Educador Social no Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens, discutindo as suas práticas e metodologias no quotidiano institucional;
- Os Objetivos e Desafios da Intervenção no Acolhimento Residencial, identificando as dificuldades inerentes ao exercício profissional e estratégias de superação;
- As Competências Essenciais do Educador Social, analisando o perfil técnico e ético exigido para uma intervenção eficaz;
- A Importância da Intervenção Educativa no Acolhimento Residencial, destacando a relação entre os processos educativos e a promoção da inclusão social.

Com base numa abordagem fundamentada em literatura científica e normativa vigente, esta revisão teórica visa proporcionar uma reflexão aprofundada sobre o impacto do trabalho do Educador Social na vida das crianças e jovens em acolhimento residencial. Dada a complexidade e exigência deste campo de atuação, importa compreender os desafios enfrentados pelos profissionais, bem como as melhores práticas que permitem promover o desenvolvimento integral e a autonomia dos menores institucionalizados. Além disso, a literatura tem vindo a enfatizar a necessidade de um investimento contínuo na formação e supervisão dos educadores sociais, garantindo intervenções de qualidade que respeitem os direitos fundamentais das crianças e jovens e promovam o seu bem-estar e integração social. (Rodrigues, 2018)

3.1. O Papel do Educador Social no Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens

O sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo em Portugal é regulado pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações subsequentes). Este sistema visa garantir os direitos fundamentais das crianças e jovens através da aplicação de medidas de promoção e proteção, sendo operacionalizado por organismos como as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e as instituições de acolhimento residencial, entre outros (Lei n.º 147/99, 1999; CNPDPCJ, s.d.; Instituto da Segurança Social, 2023).

No contexto de acolhimento residencial, o Educador Social desempenha um papel fundamental na execução das medidas de proteção, assumindo-se como mediador entre a criança/jovem e o meio institucional, escolar e familiar. A sua intervenção tem como objetivo central a promoção do bem-estar, da segurança e do desenvolvimento integral da criança/jovem, contribuindo para a sua inclusão social e autonomia (Casa Pia, 2023; Rodrigues, 2018).

O Educador Social também desempenha um papel essencial na prevenção da institucionalização prolongada, promovendo a reintegração familiar sempre que possível e viável. A intervenção educativa deve ser orientada para o desenvolvimento de competências sociais e emocionais, preparando as crianças e jovens para uma vida independente e socialmente integrada (Casa Pia, 2023; Rodrigues, 2018).

3.2. O Papel do Educador Social no Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens

O acolhimento residencial é uma medida de caráter excecional e temporário, aplicada em situações em que a permanência da criança ou jovem na família representa um risco para o seu bem-estar. Neste contexto, o Educador Social desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento integral dos menores acolhidos, assegurando um ambiente seguro, estruturado e afetuoso. (Alves 2022).

O Educador Social é responsável por acompanhar o quotidiano das crianças e jovens, garantindo a sua saúde, alimentação, higiene e apoio escolar, bem como promovendo atividades lúdicas que favoreçam a interação e o desenvolvimento socio emocional. Este profissional organiza, orienta e planifica a vida diária das crianças/jovens, promovendo a sua participação ativa e uma cidadania social responsável (Veiga & Correia, 2009)

A intervenção do Educador Social não se limita à satisfação das necessidades básicas; abrange também o desenvolvimento de competências sociais, emocionais e educativas dos menores acolhidos. Ao atuar como adulto de referência, o Educador Social estabelece relações baseadas na confiança, respeito e estabilidade emocional, fundamentais para o desenvolvimento saudável das crianças e jovens (Azevedo & Correia, 2013).

Entre os principais desafios enfrentados pelos educadores sociais em contextos de acolhimento residencial, destacam-se a carga emocional do trabalho, a escassez de recursos humanos e materiais e a necessidade de coordenação entre os diferentes

profissionais envolvidos no processo de acolhimento. Adicionalmente, a gestão da relação com as famílias de origem pode ser complexa, exigindo uma abordagem mediadora e sensível às dinâmicas familiares de cada caso (Canastra & Malheiro, 2008).

A formação contínua e a supervisão regular são essenciais para que os educadores sociais desenvolvam competências técnicas e emocionais adequadas às exigências do acolhimento residencial. Estas práticas contribuem para a qualidade da intervenção e para o bem-estar dos profissionais, prevenindo situações de burnout e promovendo a eficácia das estratégias educativas implementadas (Azevedo, 2011).

O Educador Social desempenha um papel central no acolhimento residencial de crianças e jovens, sendo responsável por assegurar um ambiente que promova o desenvolvimento integral dos menores. Através de uma intervenção baseada na confiança, respeito e estabilidade emocional, este profissional contribui para a construção de trajetórias de vida positivas, apesar dos desafios inerentes ao contexto de acolhimento. (Veiga & Correia, 2009).

3.3. Da Teoria à Prática: Objetivos e Desafios da Intervenção no Acolhimento Residencial

A intervenção socioeducativa em contextos de acolhimento residencial visa assegurar o bem-estar e o desenvolvimento integral de crianças e jovens em situações de risco. Para tal, é essencial delinear objetivos claros e reconhecer os desafios inerentes a este processo. (Casa Pia, 2023; Rodrigues, 2018)

Assim, a intervenção socioeducativa deve:

- Garantir a proteção e segurança das crianças e jovens: A criação de um ambiente seguro é fundamental para o desenvolvimento saudável dos menores acolhidos. Esta proteção abrange tanto a integridade física quanto o bem-estar emocional, assegurando que as crianças e jovens se sintam protegidos e valorizados (Rodrigues, 2018);
- Promover o desenvolvimento integral: A intervenção deve abranger as dimensões física, emocional, cognitiva e social, proporcionando experiências que favoreçam o crescimento harmonioso dos indivíduos. Atividades educativas, lúdicas e terapêuticas são essenciais para estimular competências e habilidades necessárias à vida em sociedade (Casa Pia, 2023);
- Facilitar a reintegração familiar ou preparar para a vida independente: Sempre que possível, é desejável a reintegração das crianças e jovens nas suas

famílias de origem. Quando tal não é viável, a preparação para uma vida autónoma torna-se imperativa, através do desenvolvimento de competências pessoais e sociais que permitam uma transição bem-sucedida para a independência (Alves, 2022).

Para além disso, a intervenção em acolhimento residencial enfrenta diversos desafios que podem impactar a eficácia das ações desenvolvidas, nomeadamente:

- Carga emocional do trabalho: Os profissionais lidam frequentemente com histórias de vida marcadas por traumas e adversidades, o que pode gerar desgaste emocional e burnout. É crucial implementar estratégias de suporte e supervisão que auxiliem os educadores sociais a gerir o stress e a manter a qualidade da intervenção (Casa Pia, 2023);
- Escassez de recursos humanos e materiais: A falta de profissionais qualificados e de recursos adequados pode comprometer a qualidade do acolhimento. Investimentos contínuos na formação de equipas e na infraestrutura das instituições são necessários para garantir um ambiente propício ao desenvolvimento dos acolhidos (Rodrigues, 2018);
- Necessidade de coordenação entre profissionais: A intervenção eficaz requer a colaboração de uma equipa multidisciplinar, incluindo educadores sociais, psicólogos, assistentes sociais e outros especialistas. A comunicação e a articulação entre estes profissionais são fundamentais para a coerência e eficácia das estratégias de intervenção (Casa Pia, 2023);
- Gestão da relação com as famílias de origem: A interação com as famílias das crianças e jovens acolhidos pode ser complexa, exigindo sensibilidade e habilidades de mediação por parte dos educadores sociais. É essencial compreender as dinâmicas familiares e envolver as famílias no processo de intervenção, sempre que possível, para promover a reintegração ou, pelo menos, a manutenção de vínculos afetivos significativos (Alves, 2022).

A intervenção socioeducativa em acolhimento residencial é um processo complexo que exige objetivos bem definidos e uma compreensão aprofundada dos desafios inerentes. A formação contínua dos profissionais, a disponibilização de recursos adequados e a promoção de um trabalho colaborativo são pilares fundamentais para assegurar a eficácia das intervenções e o bem-estar das crianças e jovens acolhidos. (Rodrigues, 2018; Casa Pia, 2023).

3.4. O Educador Social: Características e Competências Essenciais

O Educador Social desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e coesão sociais, atuando em contextos diversificados e junto de populações vulneráveis. Para uma intervenção eficaz, é imperativo que este profissional desenvolva um conjunto de competências técnicas, relacionais e pessoais que sustentem a qualidade e a pertinência da sua prática. (Veiga & Correia, 2009) Uma formação sólida em pedagogia social é fundamental, permitindo ao Educador Social compreender e aplicar estratégias educativas adaptadas às necessidades específicas dos indivíduos e comunidades com quem trabalha. Este conhecimento abrange o desenvolvimento infantil e juvenil, bem como a legislação de proteção de menores, assegurando que a intervenção respeite os direitos e promova o bem-estar dos destinatários (Canastra & Malheiro, 2009).

Adicionalmente, a capacidade de elaborar, implementar e avaliar projetos socioeducativos é uma competência essencial. Esta habilidade permite ao Educador Social planejar intervenções estruturadas, definir objetivos claros e medir os resultados obtidos, garantindo a eficácia e a eficiência das ações desenvolvidas. (Veiga & Correia, 2009)

A gestão emocional e a resiliência são indispensáveis na atuação do Educador Social, dada a natureza exigente e, por vezes, emocionalmente desgastante do seu trabalho. Estas competências permitem-lhe lidar com situações de stress, manter a estabilidade emocional e servir de modelo positivo para os indivíduos com quem interage (Azevedo & Correia, 2013).

Paralelamente, habilidades de comunicação eficaz e mediação de conflitos são vitais para estabelecer relações de confiança e promover a resolução pacífica de divergências. O Educador Social deve ser capaz de ouvir ativamente, expressar-se de forma clara e facilitar o diálogo entre as partes envolvidas, contribuindo para a construção de ambientes harmoniosos e colaborativos (Canastra & Malheiro, 2009).

A empatia é uma característica central no perfil do Educador Social, permitindo-lhe compreender e respeitar as experiências e sentimentos dos outros. Esta capacidade de se colocar no lugar do outro facilita a criação de vínculos significativos e a adaptação das intervenções às necessidades reais dos indivíduos (Azevedo & Correia, 2013).

O sentido de responsabilidade e a capacidade de adaptação são igualmente fundamentais. O Educador Social deve assumir compromisso com os objetivos

estabelecidos e ser flexível para ajustar as estratégias de intervenção face às mudanças e desafios que possam surgir no contexto profissional (Veiga & Correia, 2009).

A prática profissional do Educador Social é orientada por princípios éticos e deontológicos que asseguram o respeito pela dignidade humana e pelos direitos dos indivíduos. A consciência ética é fundamental na práxis profissional dos educadores sociais, funcionando como referência externa que promove uma imagem pública valorizada, ancorada numa cultura de justiça e de responsabilidade.

Em suma, o Educador Social deve integrar um conjunto diversificado de competências que lhe permitam responder de forma eficaz e ética aos desafios inerentes à sua prática profissional. A formação contínua e a reflexão crítica sobre a sua intervenção são essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional, contribuindo para a afirmação e valorização da identidade da Educação Social em Portugal. (Azevedo, 2011)

3.5. A Importância da Intervenção Educativa no Acolhimento Residencial

A intervenção educativa em contextos de acolhimento residencial desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social e no desenvolvimento integral de crianças e jovens que se encontram em situações de vulnerabilidade. Este tipo de intervenção visa não apenas suprir as necessidades básicas, mas também proporcionar um ambiente que favoreça o crescimento pessoal, social e educativo dos indivíduos acolhidos. (Mota, 2021)

A qualidade das relações estabelecidas entre educadores e acolhidos é determinante para o desenvolvimento emocional e social destes últimos. Desta forma, vínculos positivos e de confiança contribuem para a construção de uma autoestima saudável e para a capacidade de estabelecer relações interpessoais satisfatórias. Estas interações funcionam como modelos de referência, auxiliando na formação de competências sociais essenciais para a integração na comunidade. (Mota, 2021; Fernandes 2021)

Intervenções socioeducativas bem estruturadas têm o potencial de interromper ciclos entre diferentes gerações de exclusão e marginalização. De acordo com as Diretrizes das Nações Unidas para o cuidado alternativo de crianças (Organização das Nações Unidas ONU, 2010), é essencial que as intervenções sejam individualizadas, respeitando as particularidades de cada criança ou jovem, e que

promovam a sua participação ativa no processo educativo. Esta abordagem personalizada facilita a aquisição de competências e a construção de projetos de vida positivos.

O sucesso das intervenções educativas em acolhimento residencial está intrinsecamente ligado ao papel desempenhado pelos educadores sociais. A Casa Pia (2022) enfatiza a necessidade de reconhecer e valorizar estes profissionais, que atuam como agentes de mudança e facilitadores do desenvolvimento dos acolhidos. A sua formação contínua e a capacidade de adaptação às necessidades específicas de cada indivíduo são cruciais para a eficácia das intervenções. (Casa Pia, 2023)

A intervenção educativa em acolhimento residencial enfrenta diversos desafios, como a gestão de comportamentos disruptivos, a reconstrução de vínculos afetivos e a preparação para a autonomia. Para superar estas dificuldades, é fundamental implementar estratégias que promovam a resiliência, o sentido de pertença e a participação ativa dos acolhidos no seu processo de desenvolvimento. Além disso, a colaboração entre diferentes profissionais e a articulação com a comunidade envolvente potenciam os resultados positivos das intervenções. (Mota, 2021)

Em suma, a intervenção educativa em acolhimento residencial é essencial para assegurar o bem-estar e a inclusão social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Através de relações de qualidade, estratégias individualizadas e a valorização dos educadores sociais, é possível promover o desenvolvimento integral dos acolhidos e prepará-los para uma vida autónoma e integrada na sociedade. (Fernandes, 2021)

CAPÍTULO II – CARATERIZAÇÃO DO CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

Este capítulo dedica-se à contextualização do projeto de intervenção no seu espaço físico, social e institucional, apresentando uma caracterização aprofundada da casa de acolhimento, onde a intervenção decorreu, bem como do seu público-alvo.

A primeira parte incide sobre a descrição da instituição, incluindo a sua missão, funcionamento, recursos humanos e resposta social. Segue-se a caracterização dos destinatários diretos da intervenção, nomeadamente, crianças e jovens em situação de acolhimento, considerando as suas particularidades e necessidades identificadas.

Desta forma, a caracterização da casa de acolhimento constitui um elemento estruturante para a compreensão da intervenção desenvolvida, permitindo articular as especificidades do contexto institucional com as estratégias metodológicas adotadas.

1. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O atual tópico visa a apresentação e caracterização da Casa de Acolhimento onde foi desenvolvido o presente projeto de intervenção.

Ao longo do texto será descrita a localização, capacidade e destinatários; horário e período de funcionamento; missão e valores; caracterização das instalações; caracterização dos recursos humanos; identificação dos serviços prestados e por último, caracterização das diferentes fases do acolhimento: pedido, processo de admissão, preparação do acolhimento, receção do acolhimento, integração e cessação da medida.

A informação descrita ao longo do presente capítulo foi adquirida através da consulta de documentos internos facultados pela instituição, nomeadamente, o regulamento interno, o quadro de pessoal, o organograma e o plano de atividades.

1.1. Localização, Capacidade, Destinatários

A Casa de Acolhimento onde foi desenvolvido este projeto situa-se na zona Norte-Litoral, do país. Embora, se localize num concelho relativamente próximo de um centro urbano, encontra-se numa freguesia cuja acessibilidade é difícil e os transportes públicos limitados. Possui capacidade para acolher 22 crianças e jovens, sendo que duas destas vagas de acolhimento são destinadas a emergências.

A Casa de Acolhimento diferencia-se por ser uma casa mista, ou seja, recebe

elementos do sexo feminino e do sexo masculino, facilitando o acolhimento de fratrias, dando assim uma resposta mais integrada e humanizada. O acordo de cooperação com o instituto da segurança social define que as crianças e jovens acolhidos devem, no momento do acolhimento ter idade compreendida entre os 6 e os 12 anos. No entanto, a idade no acolhimento pode ser inferior ou superior à definida no acordo de cooperação aquando das seguintes situações: no acolhimento de fratrias ou caso seja de primordial importância para a criança ou jovem a proximidade do núcleo familiar e/ou se não existirem vagas disponíveis noutras Casas de Acolhimento na sua área de residência.

De salientar, porém, que as crianças e jovens podem-se manter na casa de acolhimento após a idade estabelecida no acordo de cooperação, conforme a LPCJP.

1.2. Horário e Período de funcionamento

A Casa de Acolhimento encontra-se em funcionamento durante 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365/366 dias por ano.

Tem em vigor o funcionamento em “regime aberto”, o que significa que a entrada e saída das crianças e jovens é livre, tendo apenas como limites as necessidades educativas e da proteção dos seus direitos e interesses, tal como vem expresso no nº 2 do artigo 53 da LPCJP.

As rotinas diárias encontram-se devidamente estruturadas. No entanto, são flexíveis a fim de garantir que a idiosincrasia e necessidades específicas de cada criança e jovem sejam asseguradas.

As crianças e jovens desta Casa de Acolhimento, estão integrados na comunidade e fazem uma vida semelhante à de qualquer criança, que está integrada na família, sendo proporcionado uma série de apoios a nível escolar e de atividades extracurriculares (por exemplo, futebol, natação, escuteiros, etc.), através de parcerias e apoios de entidades e empresas locais.

1.3. Missão e Valores

A presente Casa de Acolhimento de crianças e jovens em risco, tem como missão, proporcionar às crianças e jovens acolhidos a satisfação de todas as suas necessidades básicas e secundárias, promovendo assim uma estrutura e convivência idêntica a um meio familiar, fomentando a sua valorização pessoal e social, bem como a segurança, saúde, educação, formação e desenvolvimento integral, através de um acompanhamento próximo e individualizado.

Valoriza um ambiente acolhedor e afetivo, disponibilizando os recursos essenciais ao desenvolvimento pessoal, social e profissional das crianças/ jovens, tendo por isso como visão o restaurar emocional destas crianças e jovens capacitando-as adequadamente para se tornarem adultos autossuficientes e socialmente responsáveis.

No seguimento do referenciado, esta Casa de Acolhimento apresenta assim como valores e princípios orientadores os seguintes elementos:

- Compromisso com os direitos das crianças/jovens: respeitar e defender os direitos das crianças e jovens;
- Ética: defesa isenta dos direitos individuais como “Saber Ser”;
- Transparência: clareza da conduta organizacional;
- Rigor: compromisso com todos os aspetos da intervenção de todo trabalho e processo de acompanhamento à criança e/ou jovem;
- Inovação: procura constante de uma melhoria contínua;
- Segurança: promover e prestar um ambiente de segurança e acolhedor à criança e/ou jovem;
- Respeito: consideração pela diferença (opinião, cultura, etc.).

1.4. Caraterização das Instalações

Relativamente às instalações, a Casa de Acolhimento encontra-se edificada numa unidade de tipo familiar e, de acordo com o legalmente previsto, é constituída por cave, rés-do-chão, 1º andar e espaço exterior. A Casa caracteriza-se por possuir espaços acolhedores.

O piso inferior, possui luz direta e encontra-se a funcionar como sala de atividades, de convívio e de estudo. Possui também uma zona de arrecadação e outra zona destinada aos colaboradores de forma a terem um espaço para guardarem os seus pertences pessoais.

O piso térreo é um piso funcional, constituído por divisões diferenciadas: hall de entrada, receção, gabinete técnico, gabinete da direção técnica, sala de visitas (também utilizada como um gabinete onde se providencia sessões de acompanhamento de estudo aos jovens) sala de convívio, espaço de refeições, cozinha industrial totalmente equipada onde se confeciona diariamente todas as refeições, despensa, arrecadação, lavandaria e por fim, instalações sanitárias diferenciadas destinadas aos colaboradores e às crianças e jovens.

Os espaços comuns são utilizados pelas crianças e jovens e estão organizados

de forma a facilitar a acessibilidade, conforto e bem-estar.

O primeiro andar é constituído por onze quartos, seis instalações sanitárias, uma sala de estar com espaço de arrumação para pertences comuns.

A sala de estar estabelece a divisão entre os quartos dos jovens do sexo masculino dos quartos do sexo feminino e um espaço de arrumação. Assim, o primeiro andar trata-se de um piso íntimo e pessoal para as crianças e jovens.

Nos quartos, e de forma a fomentar a familiaridade e proximidade, os jovens podem decorar com objetos e bem pessoais, como peluches e fotografias.

Em relação ao espaço exterior, a Casa de Acolhimento é rodeada de espaço com várias plantas, árvores e arbustos, servindo de espaço de convívio entre as crianças e os jovens. Neste espaço existe uma horta, uma zona de lazer e uma zona destinada à compostagem de resíduos orgânicos e reciclagem.

Por fim, devido à sua localização ser distante do centro e os meios de acesso serem escassos a Casa de Acolhimento possui duas viaturas próprias que são utilizadas para o transporte e acompanhamento das crianças e jovens a consultas médicas, ao transporte para as atividades extracurriculares, para o transporte escolar quando não é possível usufruir da rede de transportes públicos, entre outros.

1.5. Caraterização dos Recursos Humanos

De forma a responder às necessidades das crianças e jovens a Casa de Acolhimento possui um conjunto de profissionais, com formação especializada e/ou superior, que organizam, participam, orientam e supervisionam o quotidiano, as atividades e as rotinas das crianças e jovens.

Conforme o definido no acordo de cooperação contratualizado com a segurança social a Casa de Acolhimento é constituída por uma equipa técnica e uma equipa educativa.

A equipa técnica, é constituída por um assistente social, um psicólogo e um Educador Social. Sendo que, neste momento, o assistente social acumula o cargo de diretor técnico.

A equipa educativa é constituída por 9 auxiliares de ação educativa, um escriturário/ rececionista, um cozinheiro, um ajudante de cozinha e um motorista. No entanto, os cargos de auxiliares de ação educativa são ocupados por colaboradores intitulados internamente como “monitores” tratando-se de pessoas, maioritariamente, com formação superior ou habilitações académicas especializadas em áreas da educação, desporto e relacionadas com o acolhimento e acompanhamento de

crianças e jovens. Todos os cargos estão afetos a 100%, com a exceção do cargo de escriturário/ rececionista que está com 50% de afetação ao serviço.

A Direção da Casa de Acolhimento optou por ocupar os cargos de auxiliares de ação educativa com “monitores” como sendo uma medida para melhorar e desenvolver a qualidade do acolhimento residencial na vida das crianças e jovens, proporcionando-lhes assim um melhor apoio e acompanhamento.

Desta forma, a Casa de Acolhimento possui uma equipa multidisciplinar com diversas funções e responsabilidades distribuídas por diferentes elementos, de forma a acompanhar as crianças e jovens em todo o seu processo e assegurar as suas necessidades e as tarefas inerentes ao funcionamento de uma casa de acolhimento.

Com base no regulamento interno da Casa de Acolhimento, é responsabilidade da Direção Técnica a gestão, coordenação e supervisão de todos os intervenientes.

Em relação à equipa técnica, são atribuídas funções como por exemplo, o planeamento e organização de atividades; elaboração de relatórios e a realização de todo o trabalho burocrático relacionado com os processos de acolhimento; articulação com as entidades competentes responsáveis pelos processos das crianças e jovens; articulação com profissionais e entidades de saúde assim como o acompanhamento a consultas médicas; acompanhamento de todo o processo a nível escolar e articulação com os respetivos professores e/ ou Diretores de Turma; acompanhar as relações familiares das crianças e jovens; organizar e supervisionar questões relacionadas com a logística e manutenção da estrutura física da Casa de Acolhimento;

Em contexto de acolhimento, o Educador Social, desenvolve uma função crucial no acompanhamento das crianças e dos jovens, tendo o objetivo de restaurar as lacunas adquiridas e promover o seu bem-estar biopsicossocial.

Assim é competência do Educador Social:

- Acompanhar diretamente a criança e jovem no seu percurso, desde a admissão até à saída;
- Desenvolver um relacionamento próximo e individualizado com as crianças e jovens;
- Proporcionar um ambiente de segurança, harmonia, ajuda e convivência, baseado no respeito mútuo, confiança e comunicação;
- Proporcionar o apoio necessário a todas as crianças e jovens para que as mesmas compreendam o seu acolhimento e entendam as regras de funcionamento na Casa, assim como os seus direitos e deveres;
- Promover o desenvolvimento integral da criança ou jovem;

- Fomentar nas crianças e jovens competências para viverem em sociedade;
- Estimular e incentivar nas crianças e jovens o gosto pela participação em atividades escolares profissionais e extraescolares;
- Participar nas reuniões escolares, tendo como objetivo o acompanhamento e avaliação da situação escolar da criança ou jovem bem como delinear estratégias conjuntas que sejam conducentes à sua integração social e profissional;
- Coordenar e monitorizar todas as atividades extracurriculares;
- Acompanhar as relações familiares das crianças e jovens acolhidas desde a admissão à saída;
- Proceder a visitas domiciliárias sempre que necessário e realizar o respetivo relatório;
- Elaborar, em conjunto com os restantes elementos da equipa técnica, os planos específicos de intervenção para cada uma das crianças e jovens, de acordo com a sua maturidade, com vista à aquisição de competências sociais e pessoais e conseqüente integração social;
- Elaborar relatórios pedagógicos sempre que se considere necessário, integrando os contributos pedagógicos que interessar a cada caso;
- Manter atualizado e organizado o processo interno de cada criança ou jovem;
- Apoiar a equipa educativa de forma a garantir o bom funcionamento da Casa de Acolhimento;
- Acompanhar as crianças ou jovens a diligências médicas sempre que tal se justifique-

Os elementos da equipa educativa assumem funções como por exemplo: proceder ao acompanhamento diurno e noturno das crianças e jovens, dentro e fora da Casa de Acolhimento; acompanhar o estudo e as atividades extracurriculares das crianças e jovens; assegurar uma alimentação equilibrada e saudável das crianças e jovens; prestar cuidados de higiene e conforto às crianças e jovens e colaborar na prestação de cuidados de saúde que não requeiram conhecimentos específicos, nas horas prescritas e segundo instruções recebidas; assegurar a manutenção diária dos quartos e vestuário das crianças/jovens; reportar à direção e à equipa técnica da casa de acolhimento ocorrências relevantes no âmbito das funções exercidas. A atividade da equipa educativa é desenvolvida por turnos, sendo a respetiva escala de

rotatividade organizada de forma a garantir, no mínimo, a permanência de 2 elementos por turno. Estes elementos devem desenvolver um relacionamento próximo e individualizado com as crianças e jovens.

Assim, ambas as equipas se centram primordialmente na relação de cuidados e acompanhamento próximo, individualizado e presente na vida criança/ jovem, na aquisição progressiva de autonomia com vista a uma plena integração social, escolar, profissional e comunitária, na promoção do sucesso escolar e também em garantir que a criança reúna todas as ferramentas necessárias para a realização de uma vida diária o mais comum possível às outras crianças que não se encontram em acolhimento.

1.6. Identificação dos Serviços Prestados

A Casa de Acolhimento presta de forma geral os seguintes serviços:

- Proporcionar às crianças e jovens acolhidos uma alimentação saudável qualitativa e quantitativamente adequada, salvaguardando as situações que necessitem de alimentação especial;
- Prestação de cuidados necessários a um bom nível de saúde, particularmente nos aspetos preventivos e de despiste de situações anómalas, com recurso aos serviços de saúde locais;
- Prestar cuidados de higiene pessoal;
- Garantir a existência de condições para hábitos de sono regulares e saudáveis;
- Fomentar relações emocionais estáveis e consolidadas;
- Proporcionar um ambiente confortável, o mais próximo possível de um meio familiar;
- Acompanhar e estimular o desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças e jovens acolhidos, bem como a aquisição de normas e valores;
- Assegurar os meios necessários à sua formação escolar em cooperação estreita com a escola e, quando possível, com a família;
- Promover a participação das crianças e jovens em atividades extracurriculares, adequadas à sua idade, de forma que explorem os seus interesses e potencialidades;
- Promover com as crianças e jovens atividades de animação sociocultural, ocupacional e de vida diária, recorrendo aos espaços educativos e lúdicos existentes no meio, envolvendo a família e outros serviços ou

entidades da comunidade;

- Definir um projeto de vida para cada criança em parceria com a equipa multidisciplinar que a acompanha;
- Promover, sempre que possível, a reintegração familiar e comunitária das crianças e jovens;

Em relação à alimentação a Casa de Acolhimento assegura às crianças e jovens uma alimentação variada, equilibrada e adaptada às diferentes fases de desenvolvimento de cada criança/jovem e quando prescrita pelo médico será fornecida a alimentação especial adequada. As crianças e jovens acolhidos podem participar na escolha de pratos, dando sugestões de receitas a incluir na ementa semanal.

São servidas cinco refeições essenciais: pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar e ceia. No entanto, o número de refeições é meramente indicativo, podendo as crianças e jovens efetuar as refeições adicionais que desejarem, se tal for considerado adequado.

O horário das refeições é definido de acordo com as necessidades e horários das crianças e jovens acolhidos.

2. CARATERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

A intervenção que será apresentada foi desenvolvida com um grupo de 21 crianças e jovens com medida de promoção e proteção de acolhimento residencial, ao longo dos anos de 2022 e 2023. Tal como anteriormente referido, a instituição em causa é uma casa de acolhimento mista (acolhe rapazes e raparigas), havendo em algumas situações ligações familiares, designadamente, fratrias.

Do grupo acima mencionado, 8 elementos são do sexo feminino e 13 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 11 e os 22 anos. As jovens do sexo feminino apresentam uma média de idades de 17,15 anos, enquanto os do sexo masculino têm uma média de 16,30 anos.

A informação apresentada no presente tópico foi recolhida com base na análise documental dos registos internos facultados pela instituição, nomeadamente fichas de identificação dos jovens, que incluem dados pessoais e escolares, bem como a consulta dos respetivos processos de promoção e proteção, devidamente organizados em capas individuais. Este levantamento permitiu reunir dados relevantes sobre o perfil sociodemográfico do grupo em questão.

De seguida, serão apresentados e analisados os dados relativos à constituição do grupo, organizados graficamente em cinco dimensões centrais: género, faixa etária, tempo de permanência em acolhimento residencial e habilitações literárias. Estas dimensões encontram-se representadas nas Figuras 1 a 4 e constituem uma base essencial para compreender o enquadramento dos jovens envolvidos na intervenção.

Figura 1 - Distribuição por género

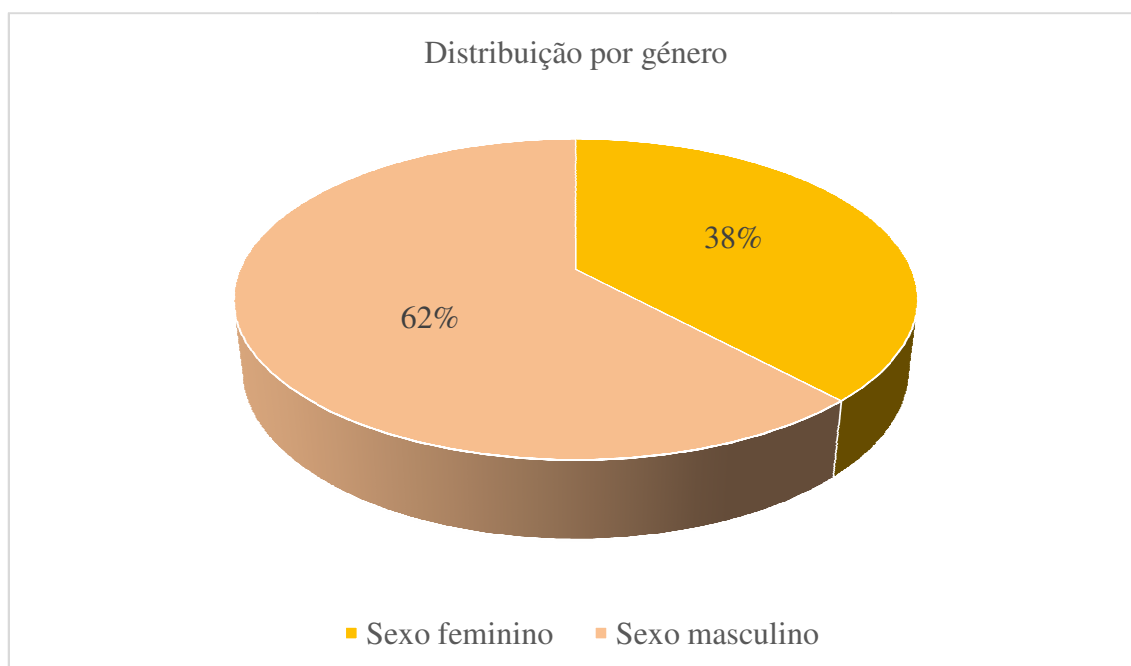
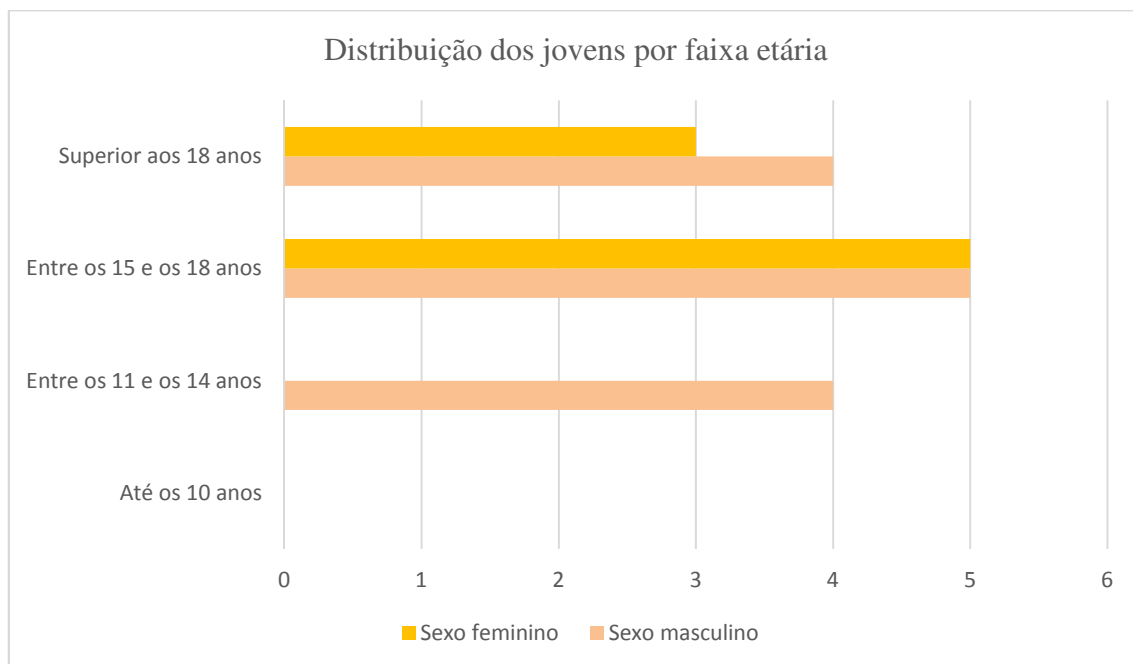


Figura 1 – “Distribuição por género”: analisando esta representação, pode concluir-se que a casa de acolhimento é constituída maioritariamente por crianças/ jovens do sexo masculino, visto que, estas equivalem a 62% da totalidade dos elementos que residem na casa de acolhimento, sendo esta percentagem respeitante a 13 (treze) elementos.

A restante percentagem, nomeadamente, 38% corresponde às crianças/ jovens residentes na casa do sexo feminino, sendo este valor correspondente a um total de 8 elementos.

Figura 2 - Distribuição dos jovens por faixa etária



Analisando a Figura 2 – “Distribuição dos jovens por faixa etária”: constata-se que a idade das crianças/ jovens na casa de acolhimento varia entre os 11 e idade superior a 18 anos.

Regista-se uma predominância do grupo entre os 15 e os 18 anos e igualdade de sexo na constituição do mesmo.

Constata-se ainda maior relevância do número de jovens com idade superior a 18 anos, salientando-se uma predominância do sexo masculino neste grupo, género dominante na casa.

Por último, importa salientar que o grupo com menor prevalência é o das crianças com idade inferior a 14 anos.

Figura 3 - Tempo de permanência em acolhimento residencial

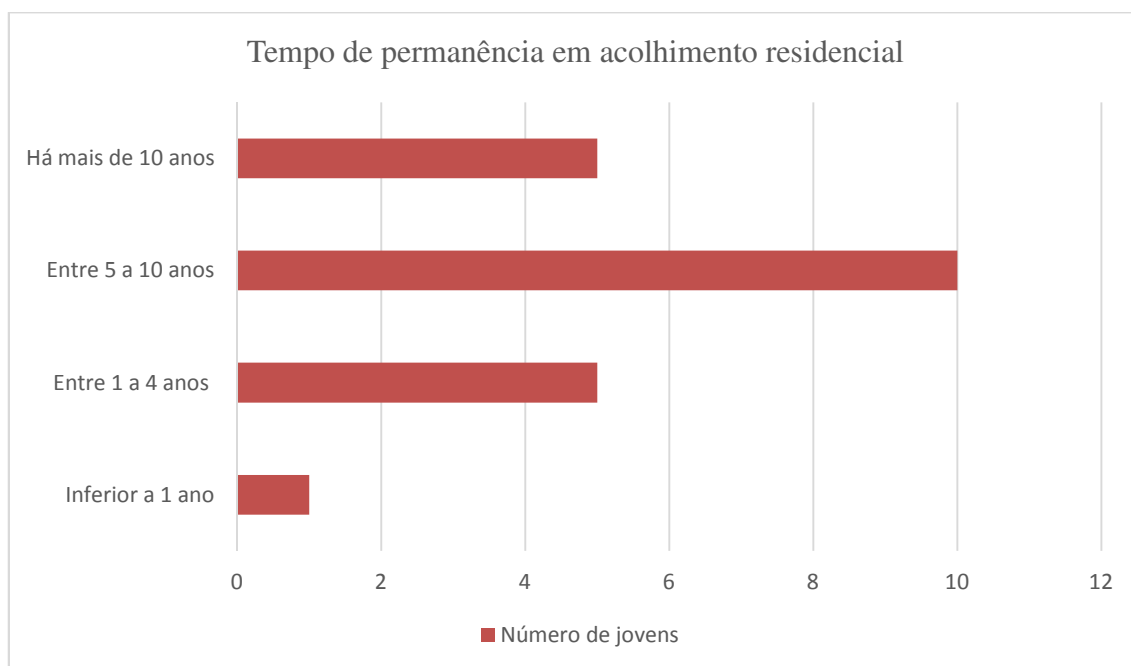


Figura 3 – “Tempo de permanência em acolhimento residencial”: ao visualizar a imagem gráfica apreendemos que 9 dos jovens (43%) está acolhido há 5 anos ou menos, 6 dos jovens (28,5%) está acolhido por um período entre 5 a 10 anos, estando os restantes 6 jovens (28,5%) há mais de 10 jovens em contexto de acolhimento residencial.

Estes dados, designadamente, a idade dos jovens e o tempo de permanência em acolhimento tem uma correlação direta com os projetos de vida definidos para os mesmos.

Efetivamente, a par do projeto de autonomia que face às características seria o mais esperado, verifica-se um grande número de jovens com projeto de acolhimento permanente. Esta questão surge sobretudo ligada às crianças e jovens que apresentam quadro de deficiência/ incapacidade moderada a grave e que não dispõem de retaguarda familiar.

Concretizando uma abordagem ao tempo de permanência destes jovens em acolhimento importa referir que o elemento com entrada mais recente está acolhido há cerca de seis meses e o elemento com mais tempo de permanência na casa está acolhido há 17 anos, estando a maioria dos jovens acolhidos em média há mais de 5 anos.

Figura 4 - Habilitações Literárias

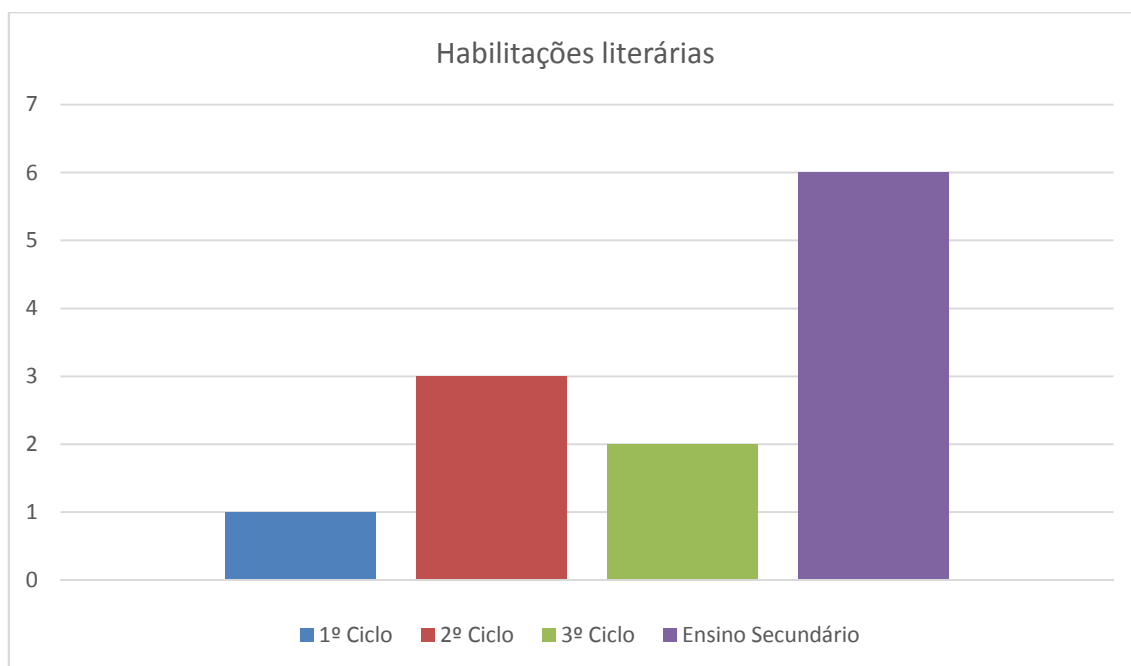


Figura 4 – “Habilitações literárias”: até à data da execução do projeto, havia 6 jovens com o ensino secundário concluído, tendo um jovem ingressado no ensino superior e um num curso de nível 4 na prossecução dos estudos; 8 jovens concluíram o 2º ciclo do ensino básico estando a frequentar em diferentes anos o 3º ciclo; 6 jovens concluíram já o segundo ciclo estando a frequentar o 3º ciclo; 1 dos jovens está integrado num curso de ensino superior.

A prevalência de uma escolaridade mais elevada torna-se especial relevância na prossecução dos projetos de autonomia, projeto de vida que prevalece entre a população em apreço.

CAPÍTULO III – PROJETO DE INTERVENÇÃO: DIAGNÓSTICO, PLANIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO

Este capítulo apresenta, de forma estruturada e fundamentada, o projeto de intervenção, desenvolvido numa casa de acolhimento de crianças e jovens. O projeto foi concebido com base nas necessidades identificadas no contexto institucional, tendo como finalidade a promoção da autonomia pessoal, social e funcional dos jovens acolhidos, potenciando uma transição progressiva, segura e sustentada para a vida adulta.

A primeira parte do capítulo é dedicada ao “Diagnóstico de Necessidades do Contexto de Intervenção”, elaborado através de uma metodologia combinada, envolvendo a análise documental e a observação direta, conforme proposto por Serrano (2014). Esta etapa revelou-se essencial para a construção de uma resposta interventiva pertinente, ajustada às características do público-alvo e às especificidades do contexto institucional.

Na segunda parte, designada “Projeto de Intervenção”, procede-se à descrição detalhada do projeto “Caminhos para a Vida Autónoma: Projeto de Desenvolvimento de Competências em Contexto de Acolhimento”. São apresentados os objetivos gerais e específicos, a fundamentação teórica e metodológica, bem como o processo de planificação e execução das atividades. Estruturado em torno de três oficinas temáticas, saúde e bem-estar, organização educativa/profissional e literacia financeira, o projeto visa o desenvolvimento de competências práticas essenciais para a construção de percursos de vida autónomos e sustentáveis.

Este capítulo inclui ainda a análise e discussão dos resultados da avaliação do projeto, com base em fontes documentais, permitindo uma reflexão crítica sobre os impactos da intervenção, as aprendizagens alcançadas e os desafios que persistem. A abordagem adotada procura assim articular teoria, prática e avaliação numa perspetiva integrada e transformadora da intervenção socioeducativa em contextos de acolhimento residencial.

1. DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES DO CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

O diagnóstico de necessidades constitui uma etapa estruturante no planeamento e desenvolvimento de projetos sociais. Conforme refere Serrano (2014), trata-se de um procedimento estruturado e meticoloso, com a finalidade de reconhecer as discrepâncias entre a situação atual de um determinado contexto e a situação desejada, permitindo delinear intervenções ajustadas às necessidades reais da população-alvo.

Este processo não se resume à recolha de dados, assumindo antes uma dimensão analítica e interpretativa, que possibilita revelar carências, potencialidades, problemas latentes e oportunidades de melhoria. Segundo a autora, um diagnóstico bem fundamentado contribui para a definição de objetivos claros, estratégias eficazes e metodologias coerentes com o contexto social, promovendo a eficácia e a sustentabilidade da intervenção.

Para além da sua função técnica, o diagnóstico assume também uma vertente ética e participativa, ao integrar os diversos agentes sociais no processo, valorizando os seus saberes e promovendo a corresponsabilidade. Neste sentido, constitui um instrumento essencial de planeamento participativo e transformação social (Serrano, 2014).

No âmbito do presente projeto, desenvolvido numa casa de acolhimento de crianças e jovens, o diagnóstico de necessidades foi orientado por estes princípios teóricos, procurando garantir uma leitura aprofundada e situada da realidade institucional e dos seus principais desafios.

1.1. Metodologia

A metodologia adotada para a realização do diagnóstico de necessidades foi delineada em conformidade com os princípios orientadores da intervenção social, nomeadamente o rigor científico, a adequação ao contexto e a valorização da participação ativa dos sujeitos envolvidos. Conforme sustenta Serrano (2014), a metodologia deve articular diferentes métodos e técnicas de forma complementar, favorecendo uma compreensão abrangente e integrada da realidade em estudo.

No presente projeto, desenvolvido numa casa de acolhimento de crianças e jovens, a metodologia foi construída com base numa abordagem flexível, ajustada às

particularidades do contexto institucional. Tal como referido por Serrano (2014), o processo metodológico implica múltiplas etapas interdependentes, incluindo a delimitação do objeto de estudo, a formulação das hipóteses de diagnóstico, a definição das fontes de informação, a recolha e análise dos dados, e a sistematização e interpretação dos resultados. Esta estrutura orientou o desenvolvimento do trabalho de campo, garantindo a coerência e a relevância do diagnóstico produzido.

1.2. Métodos e Técnicas de Recolhas de Dados

Os métodos e técnicas de recolha de dados são instrumentos essenciais para a obtenção de informações que permitam a construção de um diagnóstico robusto e fundamentado. Entre os diversos métodos disponíveis para a recolha de dados encontram-se a aplicação de questionários, a realização de entrevistas, a observação direta e a análise de documentos, entre outros. Cada método contribui de maneira particular para a compreensão da realidade estudada, permitindo uma abordagem abrangente e multidimensional do contexto (Serrano, 2014).

De acordo com Serrano (2014), a escolha dos métodos e técnicas de recolha de dados deve ser orientada pela natureza das informações pretendidas, pelos objetivos específicos do diagnóstico e pelas características da população-alvo. A autora sublinha a importância da utilização de técnicas diversificadas, que permitam captar tanto dados quantitativos como qualitativos, garantindo a triangulação da informação e a validade dos resultados obtidos.

No presente projeto, os métodos selecionados foram a observação direta e a análise documental. A opção por estas técnicas decorre da especificidade do contexto institucional, onde a convivência diária, as interações sociais e os registos técnicos são elementos centrais para a compreensão aprofundada das necessidades dos utentes.

1.2.1. Observação Direta

A observação direta configurou-se como uma ferramenta imprescindível no processo de diagnóstico, permitindo aceder, de forma empírica e não intrusiva, à dinâmica quotidiana da casa de acolhimento. De acordo com Serrano (2014), esta técnica é particularmente útil em contextos sociais complexos, nos quais é necessário captar comportamentos, atitudes, relações interpessoais e rotinas institucionalizadas, muitas vezes não verbalizadas pelos sujeitos.

A observação direta constitui uma das técnicas fundamentais para a recolha de dados em contextos de intervenção social. Trata-se da observação sistemática dos comportamentos, interações, rotinas e dinâmicas que ocorrem no espaço social estudado. Esta técnica permite ao investigador captar, de forma empírica e contextualizada, informações relevantes que, muitas vezes, não são acessíveis por via de questionários ou entrevistas. Serrano (2014) destaca que a observação favorece a compreensão de aspetos não verbais, simbólicos e culturais que caracterizam a realidade social.

No caso específico deste projeto, a observação permitiu compreender a forma como as crianças e os jovens interagem entre si e com os profissionais, bem como identificar padrões de comportamento, necessidades emocionais latentes, mecanismos de adaptação e dinâmicas grupais. Esta técnica revelou-se fundamental para captar realidades subjetivas que dificilmente emergiriam através de métodos declarativos, conferindo profundidade e autenticidade ao diagnóstico efetuado. Neste sentido, a observação direta revelou-se fundamental para captar, de forma empírica e sistemática, comportamentos, interações e rotinas dos sujeitos envolvidos no contexto de acolhimento. A sua utilização justifica-se, portanto, pela necessidade de compreender a vivência quotidiana dos jovens acolhidos e a forma como interagem com os diferentes profissionais, espaços e rotinas da instituição.

A observação possibilitou ainda identificar necessidades latentes, que muitas vezes não são verbalizadas nem registadas formalmente, mas que impactam diretamente na eficácia da intervenção social. Assim, o seu contributo foi essencial para construir um diagnóstico mais completo, enraizado na realidade vivida.

Em suma, a observação direta consiste na análise in loco do ambiente e dos comportamentos dos sujeitos envolvidos, permitindo ao investigador captar, de forma empírica, os aspetos contextuais e as nuances que caracterizam a realidade estudada. Este método privilegia a perceção sensorial e a verificação dos fatos em tempo real, proporcionando dados qualitativos que complementam e enriquecem o diagnóstico do projeto (Serrano, 2014)

1.2.2. Análise Documental

A análise de documentos implica o exame minucioso de registos escritos, relatórios, publicações e outros materiais informativos que registam dados históricos e contextuais. Por meio deste método, é possível realizar uma avaliação crítica e sistemática das informações disponíveis, permitindo compreender os processos e as dinâmicas subjacentes à realidade em estudo, e oferecendo uma base sólida para a

interpretação dos dados recolhidos por outros métodos (Serrano, 2014).

A análise documental constituiu o outro método utilizado neste projeto, sendo considerada por Serrano (2014) uma técnica essencial para o acesso a informações registadas de forma sistemática pelas instituições. Neste estudo, foram analisados diversos documentos institucionais internos, nomeadamente: o regulamento interno, as fichas de solicitação do pedido de acolhimento, e os relatórios CASA relativos aos anos de 2019, 2020 e 2021. Estes documentos, elaborados e geridos pela própria instituição, constituem registos oficiais internos. Para efeitos de anonimização e proteção de dados pessoais, cada criança/jovem foi identificada através de um código alfanumérico (S1, S2, S3, ..., S21), assegurando-se assim o respeito pelos princípios éticos e legais inerentes à proteção da identidade dos participantes.

A utilização da análise documental revelou-se particularmente relevante pela sua capacidade de fornecer uma visão longitudinal e objetiva da realidade institucional, funcionando como uma fonte rica e indispensável de informação, fundamental para a compreensão aprofundada do contexto de acolhimento e para o diagnóstico das necessidades dos jovens acolhidos.

1.2.2.1. Análise – Regulamento Interno

O Regulamento Interno consiste num documento normativo central que estabelece os princípios de funcionamento, os direitos e deveres dos jovens acolhidos e os critérios de organização institucional.

O regulamento em análise configura-se como um instrumento abrangente, composto por múltiplas normas (da Norma I à Norma LIV), organizadas de forma sistemática, cobrindo áreas como a admissão, permanência e saída dos jovens, os procedimentos de saúde, alimentação, educação, lazer, administração de bens e disciplina, entre outras. A estrutura documental evidencia um compromisso com a legalidade, a organização eficiente dos serviços e a proteção integral das crianças e jovens acolhidos, estando em conformidade com os dispositivos legais nacionais em vigor, nomeadamente a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) e as orientações da Lei n.º 23/2017, de 23 de maio, que aprova o regime jurídico do acolhimento residencial.

A análise crítica do conteúdo permitiu identificar vários elementos de relevância para a compreensão das condições institucionais em que se insere o projeto de intervenção.

O regulamento evidencia uma orientação clara para a defesa do interesse superior da criança e do jovem, assegurando o seu direito a viver num ambiente

seguro, estruturado e afetivamente estável. A missão da casa de acolhimento centra-se na proteção e promoção do desenvolvimento integral dos menores em situação de perigo, através de uma resposta residencial educativa, com foco na personalização do acompanhamento técnico e na criação de condições para a reintegração familiar ou social, sempre que possível. Esta missão é congruente com os pressupostos do projeto ora desenvolvido, cuja finalidade principal consiste em promover a autonomia dos jovens acolhidos.

O regulamento delimita com rigor as competências da Direção Técnica, da Equipa Técnica e da Equipa Educativa, atribuindo a cada grupo profissional funções específicas, bem como responsabilidades na planificação, execução e acompanhamento dos projetos de vida dos jovens. Esta definição contribui para uma distribuição clara de tarefas e reforça a responsabilidade institucional partilhada. A equipa técnica é encarregue da elaboração dos Planos Individuais de Intervenção (PII), do acompanhamento psicossocial e da articulação com as entidades do sistema de proteção, enquanto a equipa educativa assegura o quotidiano, a organização das rotinas e a dinamização de atividades pedagógicas. A existência desta estrutura organizativa coesa constitui um fator facilitador para a implementação de projetos como o presente, que exigem envolvimento articulado das várias áreas funcionais.

O regulamento define as rotinas diárias, os horários de funcionamento, os momentos de estudo, lazer e descanso, bem como os critérios de comportamento e convivência. Este conjunto de normas tem por objetivo criar um ambiente estruturado e previsível, que contribua para a estabilidade emocional dos jovens e favoreça o seu desenvolvimento pessoal. As regras são apresentadas como instrumentos educativos e não meramente disciplinares, promovendo a responsabilização dos acolhidos e incentivando a participação ativa na vida da instituição, em consonância com os princípios de cidadania e autonomia que norteiam a intervenção social contemporânea. Este aspeto mostra-se particularmente relevante para o presente projeto, centrado na capacitação dos jovens para a vida autónoma, dado que o funcionamento institucional condiciona, e pode também potenciar, a eficácia das ações formativas e educativas desenvolvidas.

Embora o regulamento estabeleça um conjunto de normas orientadoras, também contempla mecanismos de flexibilização progressiva, adaptados ao grau de maturidade, responsabilidade e evolução de cada jovem. A existência de momentos de autoavaliação, a atribuição de tarefas adequadas à idade, e a possibilidade de os jovens participarem na organização do quotidiano institucional, configuram estratégias

pedagógicas coerentes com os objetivos do projeto. Desta forma, o regulamento não se limita a impor limites e normas, mas propõe uma pedagogia do quotidiano que favorece a aquisição de competências pessoais e sociais, indispensáveis à construção de trajetórias autónomas e sustentáveis.

O regulamento reconhece a importância da integração comunitária e da articulação com serviços externos (escolas, centros de saúde, entidades judiciais, instituições culturais e desportivas), permitindo o alargamento do campo de experiências dos jovens e o reforço do seu capital social. Além disso, estabelece orientações para o apoio à transição para a autonomia, nomeadamente no acompanhamento pós-institucional, sempre que aplicável. Este enquadramento institucional alinha-se com os pressupostos do presente projeto, que, através das suas oficinas temáticas, visa preparar os jovens para a vida adulta, promovendo competências de organização pessoal, gestão financeira, autocuidado e responsabilidade cívica.

As normas relativas à conduta dos jovens, ao regime disciplinar e às medidas corretivas estão estruturadas de forma pedagógica, integrando os princípios da educação para a responsabilidade e para o respeito mútuo. O regulamento não assume um carácter punitivo, mas formativo, privilegiando a mediação de conflitos, o diálogo e a aplicação de medidas educativas proporcionais e coerentes. Esta abordagem alinha-se com os valores de participação e empoderamento juvenil que o projeto defende, contribuindo para um ambiente institucional onde o jovem é agente do seu próprio processo educativo.

Em suma, a análise do regulamento interno da presente casa de acolhimento permitiu compreender de forma aprofundada o enquadramento organizacional, pedagógico e legal em que se inscreve o presente projeto. O documento, enquanto expressão normativa da missão da instituição, evidencia uma abordagem centrada na proteção, educação e responsabilização progressiva das crianças e jovens acolhidos, configurando-se como um suporte relevante para a intervenção técnica.

Neste sentido, a análise documental do regulamento interno não só permitiu identificar os valores e princípios estruturantes da instituição, como também ofereceu indicadores contextuais essenciais para o planeamento e adequação das oficinas temáticas do projeto. Compreender as normas que regulam a vida quotidiana dos jovens é fundamental para assegurar que as estratégias de promoção da autonomia estejam alinhadas com o funcionamento institucional, evitando sobreposições ou incoerências, e reforçando o impacto positivo da intervenção.

Assim, o regulamento revela-se um instrumento facilitador e potenciador da intervenção social, cujo conhecimento e análise crítica constituem parte integrante e indispensável do processo de diagnóstico de necessidades e de fundamentação técnica do projeto desenvolvido.

1.2.2.2. Análise – Ficha de Solicitação de Acolhimento

A análise documental das 21 fichas de solicitação de acolhimento revela um conjunto de características sociodemográficas e contextuais comuns entre as crianças e jovens admitidos na casa de acolhimento. Cada ficha corresponde a um menor identificado por um código (S1, S2, ... S21), assegurando a confidencialidade dos intervenientes. A idade dos jovens no momento do pedido de acolhimento varia entre 3 e 15 anos, concentrando-se sobretudo em idades de latência e adolescência inicial. Esta distribuição etária indica que grande parte dos casos envolve crianças em idade escolar, incluindo vários pré-adolescentes, o que tem implicações nas necessidades educativas e de desenvolvimento a serem consideradas no acolhimento. As entidades sinalizadoras responsáveis pelos pedidos de acolhimento são maioritariamente as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), em 16 dos 21 casos, seguidas pelas Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais (EMAT) em 5 casos. Este dado evidencia que a quase totalidade dos jovens já se encontrava sinalizada em sede de promoção e proteção, seja pela via administrativa (CPCJ) seja pela via judicial, refletindo situações de perigo suficientemente graves para mobilizar os mecanismos oficiais de proteção infantil.

No momento do pedido, a situação jurídica de cada criança/jovem traduz os percursos já tentados para a sua proteção no seio familiar. Em 12 dos casos analisados, não se encontrou qualquer registo de regulação formal das responsabilidades parentais em sede de tribunal, o que pode indicar uma ausência de definição legal clara quanto à guarda e tutela das crianças em causa. Nos restantes casos, constatou-se a existência de processos cíveis prévios: em 6 situações a regulação do poder paternal atribuíra a guarda à mãe, e em 3 casos essa responsabilidade estava legalmente atribuída aos avós (foi atribuída tutela legal aos avós paternos em determinadas situações, uma vez que os progenitores se encontravam impedidos de assumir as suas responsabilidades parentais). Importa referir que nenhum dos jovens se encontrava em processo de adoção no momento da recolha dos dados, o que indica que, apesar das dificuldades familiares, ainda não havia sido decidida a adoção como projeto de vida. Adicionalmente, verificou-se que nenhum dos menores tinha em curso um processo tutelar educativo), ou seja, em

todos os 21 casos, não havia registo de inquérito tutelar educativo nem de medidas tutelares de natureza judicial aplicadas por comportamentos ofensivos à lei. Este resultado é consistente com a natureza das situações sinalizadas, que dizem respeito, sobretudo, a situações relacionadas com falhas nos cuidados e na proteção das crianças e jovens, não estando associadas a comportamentos de natureza delinvente por parte destes.

Do ponto de vista educacional, quase todos os jovens se encontravam inseridos no sistema de ensino formal, com níveis escolares que vão desde o pré-escolar até ao 9º ano de escolaridade. Observa-se, contudo, que mais de metade dos casos apresentava necessidades educativas especiais: 12 dos 21 menores frequentavam ensino especial ou adaptado, e em pelo menos 11 fichas consta a indicação de dificuldades graves de aprendizagem. Estes dados refletem a prevalência de atrasos cognitivos, perturbações do neuro desenvolvimento ou lacunas educativas significativas entre a população acolhida. Em contrapartida, a problemática do absentismo ou abandono escolar não se mostrou expressiva nos documentos analisados – não foi identificado, em qualquer dos casos analisados, abandono escolar relevante, sendo que a maioria das fichas (17) indica de forma clara que não se verificava absentismo. No que toca a comportamentos disruptivos em contexto escolar, apenas 4 jovens (de idades mais avançadas) exibiam problemas graves de comportamento na escola segundo os registos, indicando que a maioria não tinha histórico de indisciplina escolar severa. Em síntese, o cenário educacional traçado pelas fichas sugere que as necessidades dos jovens estão menos relacionadas com integração escolar (frequência às aulas) e mais com apoio pedagógico especializado, dada a elevada incidência de dificuldades de aprendizagem e colocações em ensino especial.

Outro aspeto crítico evidenciado pelas fichas documentais é a quase total ausência de atividades lúdicas ou desportivas no quotidiano pré-acolhimento destes menores. Em 20 dos 21 casos, está explicitamente referido que o jovem não frequenta qualquer atividade lúdico-desportiva regular. Apenas numa situação isolada há referência a uma tentativa de participação desportiva no passado (um jovem que chegou a jogar futebol), a qual foi interrompida por decisão familiar devido ao fraco desempenho escolar desse menor. Tal relato pontual ilustra como, mesmo quando existiram iniciativas positivas, estas foram condicionadas pelas dinâmicas familiares, reforçando a ideia de que as famílias de origem, em geral, não conseguiram proporcionar contextos estimulantes e estruturados de lazer aos filhos.

No domínio da saúde e desenvolvimento global, as fichas de acolhimento fornecem informações detalhadas, nomeadamente, uma parcela significativa destes jovens apresenta condições clínicas ou de desenvolvimento que agravam a situação de vulnerabilidade. Por exemplo, encontram-se referidos casos de paralisia cerebral, défices cognitivos acentuados, perturbações do espectro do alcoolismo fetal e perturbações de hiperatividade e défice de atenção, entre outros diagnósticos. Em pelo menos 4 crianças/jovens é assinalada a presença de deficiência ou condição de saúde crónica incapacitante, exigindo cuidados especializados (como terapias de reabilitação ou acompanhamento médico regular). Consequentemente, muitos destes menores necessitam de acompanhamento frequente em serviços de saúde: várias fichas indicam que os jovens frequentam consultas de especialidade, tais como pediatria do desenvolvimento, neura pediatria ou otorrinolaringologia. Do mesmo modo, identifica-se que uma parte considerável faz uso de medicação prescrita, nomeadamente psicotrópica ou neurológica (por exemplo, metilfenidato no caso de crianças com hiperatividade), estando essa medicação sob supervisão médica. Estes dados apontam para a existência de necessidades de saúde particulares, que deverão ser asseguradas no contexto do acolhimento, nomeadamente no que diz respeito ao acesso regular a cuidados médicos e ao acompanhamento na adesão a tratamentos e intervenções terapêuticas.

Ainda no quadro da saúde e comportamentos, de acordo com os registos documentais, não se verificam casos de consumo de substâncias aditivas ou outras dependências entre os menores. Em todos os processos está referido que os jovens não consomem álcool, drogas ou outras substâncias, nem apresentam quaisquer dependências comportamentais.

A informação relativa às condições familiares e fatores de risco nas fichas de solicitação traça um panorama de famílias marcadas por múltiplas carências. Em praticamente todos os casos, tratam-se de agregados monoparentais ou de famílias nucleares disfuncionais. Os formulários analisados descrevem múltiplas situações de vulnerabilidade socioeconómica, destacando-se, com frequência, referências ao desemprego dos cuidadores, à instabilidade dos rendimentos e a condições habitacionais inadequadas. Em vários casos, é mencionada a inexistência de habitação própria ou a vivência em contextos de sobrelotação, frequentemente acompanhados de uma forte dependência de apoios sociais de carácter básico. Este contexto socioeconómico precário constitui, por si só, um fator de risco transversal, limitando a capacidade protetiva das famílias.

No plano relacional e de competências parentais, as fichas evidenciam padrões de negligência e incapacidade educativa por parte dos cuidadores. Foi possível identificar repetidamente situações de falta de supervisão adequada das crianças, a omissão de cuidados básicos e a falhas ao nível das competências parentais. Em pelo menos seis processos surge explicitamente o termo negligência, descrevendo cenários em que as necessidades básicas de segurança, saúde ou educação não eram devidamente asseguradas no meio familiar. Associado a isso, deteta-se em várias histórias instabilidade emocional e comportamental dos cuidadores, incluindo problemas de saúde mental e abuso de substâncias. Por exemplo, vários registos apontam para consumo excessivo de álcool por parte dos progenitores (com um caso de síndrome alcoólica fetal num bebé, decorrente do alcoolismo materno durante a gestação). Também se identificaram situações de violência doméstica e conflitos familiares graves: pelo menos três fichas referem episódios de violência entre os progenitores presenciados pelas crianças, e outras assinalam clima de conflitualidade na família alargada. Tais experiências de violência e instabilidade contribuem significativamente para o ambiente de risco em que os menores cresceram, levando a situações de maus-tratos psicológicos e emocionais.

É pertinente destacar que cerca de dois terços das crianças e jovens têm irmãos igualmente sinalizados em processos de promoção e proteção. Em 15 dos 21 casos, os profissionais referem que irmãos do menor também se encontram com medidas de proteção ativas (alguns inclusive já acolhidos em instituições). Este dado reforça a natureza sistémica dos problemas: não se trata de casos isolados, mas sim de dinâmicas familiares disfuncionais que afetam múltiplos membros da fratria. Em várias situações, inclusive, os bebés ou irmãos mais novos já tinham sido temporariamente retirados aquando do nascimento devido às condições de risco (como indicado em certos relatos de acolhimento neonatal temporário seguido de devolução à família, sem sucesso duradouro). Por outro lado, uma minoria de fichas (cerca de 4) indica não haver irmãos em risco ou envolvidos, em geral, trata-se de situações em que os jovens são filhos únicos ou em que os irmãos mais velhos já atingiram a maioridade, tendo, por isso, cessado o acompanhamento no âmbito do sistema de proteção. Apesar de a família alargada estar presente em algumas histórias, raramente constituiu uma alternativa viável ao acolhimento. Embora em 3 casos os avós paternos tenham assumido legalmente a tutela, e noutros haja referência a tios ou avós com vínculos afetivos positivos, as equipas sinalizaram que não existiam familiares com condições ou disponibilidade para ficar com as crianças. Diversos registos apontam que não

existem elementos disponíveis família alargada ou que, quando há algum parente próximo envolvido (por exemplo, uma tia que apoia pontualmente), estes não conseguem assegurar todos os cuidados de forma permanente, seja por limitações de saúde, idade avançada, conflitos familiares ou outras razões. Em suma, as redes de suporte informal mostraram-se frágeis ou inexistentes na maioria dos casos, aumentando a pressão sobre o sistema formal de acolhimento para suprir essa falta de retaguarda familiar.

As fichas de solicitação de acolhimento incluem ainda a descrição das intervenções previamente implementadas no âmbito dos processos de promoção e proteção, possibilitando a reconstrução do percurso que conduziu à decisão de institucionalização. Em todos os casos houve um historial de acompanhamento pelas entidades competentes antes do pedido de colocação. As CPCJ ou as EMAT procuraram, ao longo do tempo, implementar medidas de apoio no meio natural de vida: as mais comuns foram a medida de apoio junto dos pais, aplicada em 17 situações, e em 3 outras uma medida de apoio junto de outro familiar (quando, por exemplo, a criança chegou a ficar temporariamente aos cuidados de avós ou tios). Tais medidas traduziram-se em ações como visitas domiciliárias regulares de técnicos, encaminhamento para respostas de apoio económico, acompanhamento psicológico ou psiquiátrico dos progenitores, e planos de educação parental. No entanto, a informação das fichas revela que essas intervenções se revelaram insuficientes para remover os fatores de perigo. Em vários relatos lê-se que, não obstante o acompanhamento técnico continuado, os pais/mães mantiveram comportamentos de risco ou não adquiriram as competências necessárias, redundando numa persistência (ou agravamento) das situações de perigo. Apenas numa situação a medida em vigor já era o acolhimento institucional (determinada judicialmente), encontrando-se o menor em fase de espera de vaga, nos restantes, a decisão de pedir acolhimento surge como quebra de último recurso, quando as tentativas de manter a criança no seio familiar falharam. Aliás, denota-se caráter de urgência em grande parte dos pedidos: em pelo menos metade das fichas está assinalado que a efetivação do acolhimento deveria ser imediata ou urgente, indicando que as equipas técnicas avaliaram existir um risco iminente se a criança permanecesse na situação atual. Essa urgência reforça a gravidade objetiva dos casos e a necessidade de afastamento rápido para garantir a segurança e bem-estar dos menores. Note-se que, para a quase totalidade (20 de 21) destes jovens, será a primeira experiência de acolhimento fora da família, apenas um caso mencionava um acolhimento anterior (ocorrido transitoriamente logo após o

nascimento). Esse facto demonstra que o recurso à colocação institucional não foi tomado levemente: tratam-se, na maioria, de crianças que permaneceram com a família o máximo de tempo possível, até ficar claro para as entidades de proteção que o acolhimento se tornara inevitável.

A secção de fundamentação para o pedido de acolhimento presente em cada ficha sintetiza de forma contundente os motivos pelos quais a institucionalização foi solicitada. Da leitura crítica destes textos, emergem temáticas recorrentes: a insegurança no contexto familiar e a incapacidade dos cuidadores em proteger e educar adequadamente. Muitas fundamentações iniciam referindo que “a criança não tem supervisão adequada” ou que o progenitor/a apresenta lacunas insuperáveis no exercício das responsabilidades parentais. Em vários casos é afirmado explicitamente que a permanência no lar de origem representa um perigo para o menor, seja pela continuidade de exposição a violência doméstica, seja pela omissão de cuidados básicos essenciais ao bem-estar, à saúde e ao desenvolvimento da criança, como, por exemplo, situações em que menores são deixados sem supervisão adequada ou apresentam necessidades clínicas que não são devidamente acompanhadas. As formulações utilizadas pelos técnicos destacam frequentemente a incapacidade ou indisponibilidade do adulto cuidador, como no caso de uma mãe com deficiência intelectual ou perturbação psiquiátrica grave que a impede de prestar os cuidados mais elementares a um filho. Em suma, a decisão de afastamento é justificada como a única via para garantir proteção, estabilidade e satisfação das necessidades fundamentais da criança/jovem, face ao colapso ou inexistência de um ambiente familiar minimamente capaz de o fazer.

Por fim, as fichas analisadas incluem as perspetivas delineadas pelas equipas que solicitam o acolhimento para o projeto de vida futuro de cada criança ou jovem, isto é, o plano pensado de acordo com as informações disponíveis no momento de entrada no acolhimento. Tais perspetivas, embora personalizadas caso a caso, podem ser agrupadas em grandes tendências. Num conjunto significativo de situações, sobretudo envolvendo crianças mais novas, o projeto de vida encontra-se em aberto, com a prioridade imediata centrada na institucionalização e estabilização do menor, adiando para o futuro próximo uma avaliação mais aprofundada sobre a possibilidade de reintegração familiar. Nestas situações, enuncia-se frequentemente que o acolhimento residencial servirá de contexto protetor temporário, enquanto se procura clarificar qual a melhor solução a longo prazo, seja a reunificação com a família biológica, a colocação em família de acolhimento, ou eventualmente a adoção.

Por outro lado, em casos onde as circunstâncias familiares apontam para dificuldades persistentes, mas não irreversíveis, as perspectivas de vida incluem a reunificação familiar como objetivo, embora condicionado a mudanças concretas. Por exemplo, identificou-se numa ficha que a intenção futura seria trabalhar no acompanhamento do agregado familiar ao nível habitacional e de competências parentais, sugerindo que, caso a mãe melhore as suas condições de vida e capacidades, a criança poderia retornar ao seu cuidado. Nestas formulações, o acolhimento é visto como uma medida protetiva transitória, conjugada com intervenção junto da família de origem, de modo a tentar uma reunificação segura quando possível.

Há também casos, em especial envolvendo adolescentes ou crianças com condições crónicas graves, em que o projeto de vida proposto se centra na continuidade do acolhimento até à autonomização ou integração noutra resposta especializada. Por exemplo, para jovens próximos da maioridade ou com limitações que dificultem a vida independente, as fichas referem planos de desenvolvimento de competências de autonomia progressiva dentro da instituição e articulação futura com respostas de apoio à vida adulta. Assim, em pelo menos três situações, a perspectiva traçada é a preparação para a autonomização gradual do jovem, reconhecendo que a família não reunirá condições para o receber de volta e que o objetivo realista é capacitá-lo para, no futuro, viver de forma tão autónoma quanto possível. Em outro caso de criança com doença crónica e dependência total, o projeto de vida indicado aponta para a manutenção em contexto institucional de longo prazo, dado entender-se que a institucionalização contínua, possivelmente até à transição para uma estrutura residencial adulta, é a forma mais segura de garantir cuidados adequados e permanentes.

No conjunto, essas perspectivas de projeto de vida revelam uma abordagem prudente e individualizada por parte da equipa responsável pelo pedido de acolhimento: privilegia-se a proteção imediata e a estabilização dos percursos, sem descurar, porém, a busca por soluções permanentes adequadas ao superior interesse de cada criança, seja o retorno à família biológica, quando esta puder garantir as condições exigidas, seja alternativas como a adoção ou a preparação para a autonomização, nos casos em que a reintegração no seio familiar não se revela exequível.

Ao refletir criticamente sobre os dados documentais levantados, é possível identificar padrões claros de necessidades prevalentes entre estas crianças e jovens

institucionalizados. Em primeiro lugar, sobressaem necessidades de proteção e segurança imediatas, decorrentes de trajetórias de vida marcadas pela exposição a risco e pela ausência de cuidadores seguros. Todos os casos ilustram, de forma diversa, a necessidade basilar de colocação num ambiente estável, livre de violência e com supervisão contínua. Em segundo lugar, salientam-se necessidades de apoio no desenvolvimento e aprendizagem: a incidência elevada de atrasos escolares, dificuldades cognitivas e problemas de saúde implica que o acolhimento deve prover recursos terapêuticos e pedagógicos especializados (tutores educativos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, etc.) para colmatar carências acumuladas e promover o desenvolvimento integral destes menores. Igualmente, emerge a necessidade de intervenção psicológica junto das crianças e jovens, muitos dos quais carregam experiências de negligência, roturas afetivas e trauma que requerem acompanhamento técnico.

No plano familiar, os padrões identificados apontam para necessidades de fortalecimento das competências parentais e reabilitação familiar. Nas situações em que se mantém o contacto com a família de origem e existe algum potencial de reunificação, torna-se necessária uma intervenção estruturada e intensiva, orientada para a superação dos fatores de risco previamente identificados. Para aquelas situações em que a reunificação não é exequível, surge então a necessidade de encontrar projetos de vida alternativos permanentes (adoção de crianças mais novas, ou preparação para a vida autónoma no caso dos mais velhos), o que demanda esforços no sentido de preparar emocionalmente os menores para essas transições e de agilizar, dentro do possível, os trâmites legais e sociais inerentes.

A análise documental realizada, centrada nas fichas de solicitação do pedido de acolhimento, demonstra a sua elevada relevância no processo de diagnóstico de necessidades no contexto da intervenção social. Ao examinar minuciosamente os dados registados nestes documentos (que cobrem desde antecedentes familiares, passando por educação e saúde, até às expectativas de futuro), obtém-se uma compreensão aprofundada e multifacetada de cada caso antes mesmo de se iniciar a intervenção direta. Este diagnóstico inicial, elaborado a partir de fontes documentais, permite identificar de antemão as áreas críticas a trabalhar com cada criança/jovem: por exemplo, saber que um determinado menor tem um déficite cognitivo e nunca frequentou atividades de lazer orienta a planificação de um plano de intervenção que inclua apoio psicopedagógico e oportunidades de integração lúdica; ou conhecer que outro jovem vivenciou violência doméstica e manifesta sintomatologia de ansiedade

alerta os técnicos para a necessidade de acompanhamento psicológico e de criação de um ambiente relacional reparador no acolhimento. Ademais, a identificação de tendências comuns nos dados (como a recorrência de negligência ou a ausência de redes familiares de apoio) informa não só as intervenções a nível individual, mas também a gestão global do projeto de acolhimento, por exemplo, evidenciando a importância de dotar a resposta institucional de recursos formativos para os pais, de protocolos de saúde para acompanhamento de crianças com necessidades especiais, ou de parcerias com entidades locais.

Em suma, a análise documental das fichas de solicitação de acolhimento configura-se como um instrumento fundamental de diagnóstico, que enriquece o processo da análise de necessidades ao articular informações históricas e contextuais com a identificação de riscos e recursos. Esta abordagem permite fundamentar tecnicamente as intervenções a desenvolver, garantindo que o projeto de acolhimento seja delineado com base em evidências concretas da realidade dos menores acolhidos. Ao reconhecer os padrões e necessidades prevalentes, nomeadamente, segurança, estabilidade, apoio educativo, cuidados de saúde, vínculo afetivo seguro e, quando possível, a reintegração familiar, a equipa pode direcionar os seus esforços de forma mais eficaz e estratégica, em consonância com o superior interesse de cada criança e jovem institucionalizado. Assim, a análise documental não é apenas um retrato estático da situação de partida, mas um passo inicial dinâmico que orienta todo o processo subsequente de intervenção e planificação do projeto de vida no acolhimento.

1.2.2.3. Análise – Plano Anual de Atividades 2022

O Plano Anual de Atividades de 2022 da casa de acolhimento reflete uma proposta pedagógica abrangente e intencional, concebida para responder às necessidades de desenvolvimento integral das crianças e jovens acolhidos. Estruturado em torno de eixos estratégicos bem definidos, o plano evidencia uma forte aposta na promoção da educação, saúde e bem-estar, competências pessoais e sociais, bem como na participação cívica e comunitária.

O plano apresenta uma diversidade de iniciativas voltadas para o reforço das competências educativas e cognitivas dos jovens. A aposta em momentos dedicados à leitura, ao reforço escolar e à exploração de temáticas culturais e históricas demonstra uma clara intenção de complementar o percurso académico formal com estratégias de educação não formal. As atividades planeadas evidenciam uma preocupação em estimular o pensamento crítico, a criatividade e a literacia, bem como em fomentar

hábitos de estudo consistentes. Assim, a existência de diversas atividades contribui para a criação de um ambiente educativo enriquecedor, promovendo a valorização do conhecimento e a responsabilização dos jovens pelo seu próprio percurso educativo.

A dimensão da saúde física e emocional está representada no plano, refletindo uma perspectiva holística do bem-estar das crianças/ jovens. São previstas atividades que incentivam estilos de vida saudáveis. Para além da saúde física, o plano contempla também iniciativas centradas no bem-estar psicológico e emocional, promovendo a autorreflexão, a expressão de emoções e o fortalecimento da autoestima.

Outro eixo relevante é o desenvolvimento das competências pessoais e sociais. O plano anual de atividades valoriza a participação ativa dos jovens em dinâmicas de grupo, incentivando a cooperação, o respeito mútuo e o sentido de pertença. Através de atividades práticas e lúdicas, pretende-se fomentar o trabalho em equipa, a responsabilidade e a capacidade de tomada de decisão. Estas iniciativas revelam uma aposta clara no reforço da capacidade dos jovens para estabelecer e manter relações interpessoais saudáveis, bem como para desenvolverem competências essenciais para a vida em sociedade.

O plano anual de atividades contempla ainda momentos destinados à promoção da cidadania ativa e da participação cívica. As atividades projetadas procuram consciencializar os jovens para os seus direitos e deveres enquanto cidadãos, incentivando-os a envolverem-se em ações solidárias e em eventos comunitários. Este eixo assume particular relevância, pois permite aos jovens desenvolverem um sentido de responsabilidade social e uma ligação mais estreita com a comunidade envolvente.

Em suma, o plano anual de atividades de 2022 revela uma estrutura coerente e uma clara intencionalidade pedagógica. A diversidade de áreas abordadas e a alternância entre atividades educativas, lúdicas, culturais e formativas demonstram uma preocupação em oferecer experiências de aprendizagem significativas e integradoras.

Além disso, a planificação revela sensibilidade para com a heterogeneidade do grupo de jovens acolhidos, procurando adaptar as propostas às suas necessidades e interesses específicos.

1.2.2.4. Análise – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento: CASA 2019, 2020, 2021

A presente secção dedica-se à análise detalhada dos dados recolhidos através dos formulários CASA (Caracterização Anual da Situação de Acolhimento) referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021. Estes formulários constituem um instrumento padronizado de monitorização e avaliação das condições e características das crianças e jovens acolhidos em instituições de acolhimento, permitindo uma leitura sistemática da evolução dos casos ao longo do tempo.

Os dados analisados provêm dos relatórios CASA elaborados pela instituição de acolhimento em estudo e dizem respeito exclusivamente aos jovens acolhidos nesta entidade durante o período em análise. Estes relatórios foram compilados internamente e remetidos para a Segurança Social, cumprindo os requisitos legais e regulamentares de reporte anual obrigatórios.

A análise segue a organização definida pelos próprios relatórios CASA, que abrangem três categorias principais em cada ano de referência:

- CASA 2019: inclui crianças e jovens cujo acolhimento se iniciou entre 02/11/2018 e 01/11/2019, aqueles cujo acolhimento se iniciou em data anterior a 02/11/2018 e ainda os que cessaram o acolhimento entre 02/11/2018 e 01/11/2019;
- CASA 2020: inclui crianças e jovens cujo acolhimento se iniciou entre 02/11/2019 e 01/11/2020, aqueles cujo acolhimento se iniciou em data anterior a 02/11/2019 e ainda os que cessaram o acolhimento entre 02/11/2019 e 01/11/2020;
- CASA 2021: abrange crianças e jovens cujo acolhimento se iniciou entre 02/11/2020 e 01/11/2021, aqueles cujo acolhimento se iniciou em data anterior a 02/11/2020 e ainda os que cessaram o acolhimento entre 02/11/2020 e 01/11/2021.

Para efeitos de anonimização e proteção de dados pessoais, cada criança/jovem foi identificada com um código alfanumérico (S1, S2, S3, ..., S21), correspondendo este à nomenclatura atribuída internamente nos relatórios CASA para manter a confidencialidade das identidades.

Importa destacar que, ao longo dos três anos analisados, o grupo de jovens acolhidos manteve-se essencialmente estável, sem alterações significativas no número de residentes. Apenas em 2021 se registou uma exceção, com o ingresso de um novo jovem, que veio acrescer ao grupo pré-existente. Esta estabilidade da

população acolhida permite uma leitura mais longitudinal da evolução dos indicadores apresentados, oferecendo uma visão aprofundada sobre o impacto prolongado do acolhimento institucional nos percursos individuais.

A análise que se segue procura identificar tendências, continuidades e eventuais mudanças nas dimensões-chave avaliadas pelos relatórios CASA, contribuindo para um diagnóstico sólido e atualizado das necessidades e características da população acolhida na instituição ao longo do período em estudo.

Análise – CASA 2019

Em 2019 encontravam-se acolhidas 18 crianças e jovens em regime residencial, com idades aproximadas entre os 10 e os 19 anos. Predominavam os adolescentes em idade de 3.º ciclo e ensino secundário, embora ainda se registasse a presença de uma criança em idade de 1.º ciclo (cerca de 10 anos) e de jovens no limiar da idade adulta (18-19 anos). Do ponto de vista do sexo, havia uma distribuição relativamente equilibrada, com ligeira maioria do sexo masculino (10 rapazes vs. 8 raparigas). A maioria dos menores era de nacionalidade portuguesa e proveniente do mesmo distrito da casa de acolhimento, não existindo nenhum caso de deslocalização distrital e havendo apenas um caso de origem estrangeira (criança natural de Espanha). Este perfil demográfico indica um grupo heterogéneo em faixas etárias, justificando respostas educativas diferenciadas e atenção especial aos jovens próximos da maioridade.

As condições familiares subjacentes ao acolhimento em 2019 refletem contextos de risco significativos. Em todos os 18 casos, as crianças/ jovens já tinham sido alvo de medidas de promoção e proteção em meio natural de vida antes do ingresso na instituição, o que demonstra que se tentaram previamente intervenções junto da família nuclear ou alargada. Concretamente, 15 menores (83%) estiveram sob medida de apoio junto dos pais, enquanto 3 (17%) estiveram sob apoio junto de familiares próximos, antes de se decidir o acolhimento residencial. Embora os formulários de 2019 não explicitem individualmente os motivos de perigo (isto porque, neste campo do formulário só se deve “(...) considerar apenas as crianças e jovens que entraram em acolhimento no período em avaliação (entre 02/11/2018 e 01/11/2019 (...))”, o facto de nenhuma destas medidas ter logrado evitar a institucionalização sugere famílias com graves dificuldades em garantir os cuidados adequados, nomeadamente situações de negligência prolongada e/ ou ausência de suporte familiar eficaz.

Importa ainda referir que nenhum dos menores estava sujeito a processo tutelar educativo. Em 9 dos 18 casos (50%), o processo de promoção e proteção encontrava-se sob tutela da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) local, enquanto os restantes eram acompanhados sob competência judicial (Tribunal), com apoio de equipas especializadas (EMAT), indicando que metade das situações já exigiam intervenção judicial dada a gravidade ou persistência das circunstâncias de perigo.

Os jovens analisados nos formulários apresentam um perfil de necessidades complexo, com elevada incidência de questões de saúde física, mental e desenvolvimento. Todos os menores evidenciaram pelo menos uma característica assinalável neste domínio. Destaca-se que aproximadamente 61% (11 em 18) estavam medicados com psicofármacos (medicação pedopsiquiátrica/psiquiátrica), revelando a prevalência de diagnósticos de saúde mental (por exemplo, perturbações do humor, hiperatividade, etc.) que requerem tratamento farmacológico. Além disso, praticamente todos recebiam acompanhamento psicológico regular (15 jovens, 83%), refletindo a necessidade de suporte psicoterapêutico continuado. Cerca de um terço (6 casos) estava também sob acompanhamento em consulta de desenvolvimento.

No âmbito das deficiências e doenças crónicas, registavam-se, em 2019, 3 jovens com deficiência intelectual clinicamente diagnosticada e 2 com deficiência física (motora ou sensorial) significativa. Adicionalmente, 4 crianças/ jovens padeciam de doença física crónica ou condição médica relevante (por exemplo, epilepsia, diabetes ou outra doença exigindo acompanhamento médico regular). Em termos comportamentais, assinala-se que apenas 2 menores apresentavam “problemas de comportamento ligeiros” (desobediência às regras, pequenas fugas ou atitudes de oposição), não se identificando casos de comportamentos de perigo graves ou delinquência. Importa notar que não ocorreram fugas prolongadas da casa de acolhimento no período em 2019, o que indica estabilidade na integração destas crianças e jovens na casa.

No que respeita à escolaridade, em 2019 todos os menores se encontravam enquadrados em algum percurso educativo, com exceção de um caso. A maioria estava integrada no ensino regular, distribuídos pelos diversos níveis conforme a idade: havia 1 criança no 1.º ciclo, 3 no 2.º ciclo (dos quais 1 em percurso curricular alternativo adequado a dificuldades de aprendizagem) e 5 no 3.º ciclo do ensino básico. Já no ensino secundário, 2 jovens frequentavam cursos científico-humanísticos (regulares) e 4 frequentavam cursos profissionais. Esta distribuição evidencia um esforço para manter cada criança/jovem inserido na modalidade educativa mais

adequada: quer no ensino regular, quer em vias profissionalizantes, ou mesmo em currículo alternativo e educação especial. De facto, 1 menor com multideficiência estava em ensino especial especializado.

Chama-se a atenção para um caso de não frequência escolar em 2019: um jovem, apesar de em idade de escolaridade obrigatória, encontrava-se temporariamente fora da escola, constando a indicação de “necessidade de reorientação para modalidade de qualificação ajustada”. Perante tal situação, a equipa técnica procurava alternativas formativas para reintegrar este jovem num percurso adequado (como se confirmaria nos anos seguintes). Em suma, em 2019 a casa do acolhimento assegurou que 17 de 18 crianças/jovens (94%) estavam a estudar ou em formação, dentro das suas capacidades, denotando um forte investimento na área educativa. Apenas casos excepcionais de saúde/deficiência condicionaram trajetórias diferenciadas (ensino especial ou interrupção temporária), que estavam a ser alvo de encaminhamento específico.

Conforme referido, todas as crianças e jovens acolhidos em 2019 tinham um historial de medidas de proteção em meio natural falhadas, o que contextualiza o acolhimento atual como medida de última linha após esgotadas as tentativas de manutenção no seio familiar. Nenhum dos menores tinha passado por outras respostas de acolhimento antes (fosse acolhimento familiar ou outra instituição), o acolhimento na Casa constituiu, portanto, a primeira experiência de afastamento do lar para todos. Contudo, regista-se um caso de reentrada no sistema de acolhimento: um dos jovens (S7) já tivera uma experiência prévia de acolhimento seguida de reintegração familiar malsucedida, necessitando de voltar a ser acolhido. Todos os demais 17 jovens encontravam-se em primeira permanência prolongada na instituição desde a data de admissão inicial (não houve cessação de acolhimento em 2019, ou seja, nenhum jovem saiu definitivamente durante esse ano). Também não se verificaram transferências para outras casas de acolhimento.

É de salientar que a totalidade das situações se mantinha juridicamente regularizada em termos de aplicação de medida: cada criança ou jovem estava abrangido por uma medida tutelar de proteção em vigor (“acolhimento em instituição”) devidamente emanada pela CPCJ ou Tribunal competente, não havendo pendências processuais anómalas. Adicionalmente, não se identificaram Menores Estrangeiros Não Acompanhados (MENA) nem situações equiparadas: o caso de criança estrangeira referenciado estava acompanhado no contexto de promoção e proteção comum. Em suma, o ano de 2019 apresenta um quadro de estabilidade institucional:

sem entradas ou saídas abruptas (todos já residindo desde anos anteriores), com processos legais definidos, e configura-se como um período de continuidade no trabalho terapêutico-pedagógico com este grupo residente.

Em relação aos projetos de vida delineados para as crianças e jovens em acolhimento em 2019, verifica-se uma prevalência clara de planos orientados para a autonomização. Dos 18 menores, 11 (61%) tinham como projeto de vida a autonomização, ou seja, perspetivava-se que permanecessem em acolhimento após atingirem a maioridade (18 anos) ou um grau de maturidade suficiente, preparando-se para a vida independente. Este dado evidencia que para a maioria não se vislumbravam, naquele momento, possibilidades realistas de retorno ao convívio familiar nem de integração em família substituta, ficando como solução expectável a saída para autonomia. Por outro lado, 4 crianças/jovens (22%) tinham projetos de (re)integração familiar: em 3 casos, reintegração na família nuclear (pais biológicos) e em 1 caso, reintegração na família alargada (por exemplo, tios ou avós). Estes projetos indicavam que, para essa minoria, ainda se trabalhava no sentido de recuperar os laços familiares e criar condições para um eventual regresso ao seio familiar de origem. Finalmente, 3 crianças (17%) tinham como projeto de vida o acolhimento familiar de longa duração (acolhimento permanente).

Durante 2019, importa frisar que não houve alterações de projeto de vida assinaladas, ou seja, nenhum menor viu o seu plano de futuro redefinido ao longo desse ano (todos os campos de “alteração em relação ao projeto anterior” surgem como “não se aplica”). Isso indica que os projetos de vida em vigor, designadamente, autonomização e reintegração familiar, mantiveram-se constantes nesse período.

No global, o panorama de 2019 revela-se preocupante quanto à falta de soluções familiares permanentes: nenhum dos menores tinha projeto de adoção e apenas 4 (22%) apontavam para reintegração familiar, contrastando com 78% cujas trajetórias indicavam continuidade no sistema de promoção e proteção até à idade adulta (seja via autonomização, seja aguardando alternativas institucionais duradouras). Este cenário sublinha a necessidade de um intenso trabalho de preparação para a autonomia com a maioria dos jovens, sem descuidar os esforços de reaproximação familiar nos poucos casos em que ainda eram viáveis.

Análise – CASA 2020

No ano de 2020 manteve-se em acolhimento o mesmo grupo de crianças e jovens do ano anterior, totalizando 18 residentes no final do ano. A faixa etária acompanhou o envelhecimento natural do grupo, situando-se agora aproximadamente entre os 11 e os 20 anos. Não houve incorporações de novos menores em 2020 nem saídas definitivas, o que indica estabilidade no número de acolhidos. A distribuição por sexo permaneceu semelhante a 2019, com 10 do sexo masculino e 8 do feminino, continuando a leve predominância de rapazes (56%). A amplitude etária refletia-se nos percursos educativos: o mais novo encontrava-se no 2.º ciclo (tendo transitado do 1.º ciclo no ano anterior) e os mais velhos atingiram ou ultrapassaram a maioridade durante 2020 (alguns jovens de 18-19 anos completaram o secundário). Em termos geográficos e legais, não ocorreram mudanças significativas: todos os menores continuaram acolhidos na mesma região de origem (sem deslocações territoriais) e não se registaram alterações das entidades responsáveis, nomeadamente 9 casos sob CPCJ e 9 sob Tribunal, espelhando uma continuidade no acompanhamento processual pelas respetivas entidades.

Importa realçar que 2020 foi um ano atípico devido à pandemia de COVID-19, com potenciais impactos nas dinâmicas institucionais e pessoais. Apesar das restrições e desafios impostos, a casa de acolhimento conseguiu manter a coesão do grupo sem abandonos nem entradas emergenciais.

Em 2020, as situações familiares subjacentes ao acolhimento mantiveram-se praticamente inalteradas em relação ao ano anterior. Todos os 18 jovens continuavam a ter como causa do acolhimento as falhas graves no ambiente familiar identificadas previamente – negligência, ausência de condições parentais, ou outras situações de perigo que persistiam sem resolução. Nenhum menor regressou à família neste ano e, conseqüentemente, não houve cessação de medidas de acolhimento. Assim, as medidas de promoção e proteção em meio natural anteriores ao acolhimento permanecem como parte da história de todos: tal como em 2019, 100% dos casos resultaram do insucesso de medidas junto dos pais ou familiares. A distribuição destas medidas pretéritas não se alterou (15 casos de apoio junto dos pais, 3 junto de outro familiar), pois não houve novas admissões. Este indicador reforça o diagnóstico de que, para este grupo, as famílias biológicas não reuniram condições para retomar os filhos, prolongando-se a necessidade de acolhimento.

No que respeita a reentradas no sistema, mantinha-se apenas um jovem em situação de reentrada (o mesmo caso identificado em 2019, S7). Não surgiram novos casos de reintegração falhada, sinal positivo de que não se aventuraram regressos familiares precipitadamente durante 2020. Com efeito, as equipas optaram por consolidar os projetos de vida delineados, mantendo os menores no acolhimento dada a avaliação de persistência do risco no meio familiar. Em suma, do ponto de vista sociofamiliar, 2020 caracterizou-se por continuidade: sem alterações substanciais nas relações familiares dos jovens acolhidos.

Juridicamente, todos os jovens permaneceram com as situações legais regularizadas – medidas de acolhimento renovadas e fiscalizadas. Nenhum processo de promoção e proteção foi arquivado neste ano, nem houve transferências de tutela significativas entre CPCJ e Tribunal. Por fim, tal como em 2019, não houve quaisquer indicadores de envolvimento em processos tutelares educativos ou necessidade de medidas de internamento em centro educativo.

No domínio da saúde e características pessoais, o ano de 2020 manteve um perfil de necessidades elevado e abrangente, muito similar a 2019. A maioria dos indicadores permaneceu estável ou com variações mínimas, mostrando a continuidade dos problemas crónicos e do acompanhamento assegurado:

- Acompanhamento psicológico: 14 dos 18 jovens (cerca de 78%) continuavam em psicoterapia regular. Este ligeiro decréscimo face a 2019 (quando eram 15) pode dever-se a um jovem que, por alguma razão, suspendeu ou finalizou o acompanhamento nesse ano. Ainda assim, o número permanece bastante alto, confirmando a prioridade dada à saúde mental;
- Medicação psiquiátrica: 10 jovens (56%) mantinham necessidade de psicofármacos, número muito próximo ao do ano anterior. Pode-se afirmar que mais de metade dos acolhidos dependeu de medicação psicotrópica em 2020, revelando quadros clínicos estáveis, mas que ainda requerem controle farmacológico;
- Consulta de desenvolvimento: novamente 6 crianças/jovens (33%) figuram como necessitando de consultas de desenvolvimento ou acompanhamento neurológico especializado;
- Deficiências e doença física: Em 2020 contabilizaram-se 3 jovens com deficiência intelectual, 2 com deficiência física e 3 com doenças físicas crónicas. Nota-se aqui uma ligeira redução no número de doenças físicas assinaladas (de 4 para 3 casos), possivelmente devido a um jovem cujo

problema de saúde tenha sido controlado ao ponto de deixar de ser considerado relevante no formulário, ou a uma reavaliação diagnóstica. Já os casos de deficiência intelectual e física mantiveram-se iguais em número absoluto, referindo-se aos mesmos sujeitos identificados em 2019, cuja situação perdura. Dois destes jovens com deficiências significativas completaram 18 anos em 2020, razão pela qual começaram a ser referenciados para recursos de adultos (como lares residenciais), conforme mencionado adiante nos projetos de vida. No entanto, é pertinente referir que, apesar disso, continuaram fisicamente na instituição até que a transição seja concretizada;

- Problemas comportamentais: Apenas 1 jovem foi referido com problemas de comportamento ligeiros em 2020 (face a 2 no ano anterior). Esta variação sugere uma possível melhoria comportamental em pelo menos um caso, já que nenhum novo caso problemático surgiu. Continuou a não haver registos de comportamentos de índole grave ou disruptiva extrema, nem situações de fuga. A ausência de fugas prolongadas repetiu-se em 2020, demonstrando que, os jovens mantiveram adesão à casa e às regras, sem ocorrência de evasões.

Em síntese, os padrões de saúde e necessidades especiais em 2020 espelham a persistência dos desafios já identificados: uma proporção muito elevada de jovens com necessidades ao nível psicológico/psiquiátrico e vários com condições de saúde e deficiência de longo prazo.

No âmbito educativo e formativo, 2020 apresentou dinâmicas de progressão académica para grande parte dos jovens, acompanhadas de alguns marcos de conclusão escolar e transição para a vida ativa:

- Ensino básico: Em 2020 a maioria (10 jovens, 56%) encontrava-se no 3.º ciclo do ensino básico (7.º ao 9.º ano). Este número significativamente superior ao de 2019 (5 jovens) resulta dos que transitaram do 2.º ciclo no ano anterior para o 3.º ciclo, refletindo a evolução normal de escolaridade. Apenas 1 criança permanecia no 2.º ciclo (5.º/6.º ano) durante 2020, precisamente a mais nova do grupo. Nenhum menor estava já no 1.º ciclo, dado que a criança antes nessa situação avançou de ano. Esse único aluno de 2.º ciclo estava integrado no regime regular (currículo normal), o que indica que a transição do 1.º ciclo foi bem-sucedida;
- Ensino secundário: No ensino secundário, contavam-se 2 jovens em cursos científico-humanísticos (regulares) e 2 em cursos profissionais, totalizando 4

frequentes no secundário (22% dos acolhidos). Notavelmente, este número é inferior ao de 2019 (quando 6 frequentavam o secundário), o que não decorre de abandono, mas sim do facto de alguns jovens terem concluído a escolaridade obrigatória nesse ano. De facto, 1 jovem concluiu o 12.º ano (via profissional) em 2020, atingindo um patamar de qualificação importante. Este jovem, já maior de idade, encontrava-se numa fase de transição: conforme descrito no relatório, tinha completado o curso profissional e tratava-se de um “*processo de maior acompanhado*”, estando à procura de uma atividade ocupacional ou emprego adequada ao seu perfil. Outro jovem, portador de deficiência severa, também concluiu a escolaridade obrigatória e foi encaminhado para uma atividade ocupacional em virtude da sua incapacidade grave, ou seja, este jovem não prosseguiu para o secundário regular, mas integrou-se numa resposta ocupacional especializada, garantindo-lhe estímulo e suporte diurno adaptado, em vez de permanecer num contexto escolar formal que já não lhe traria benefícios. Assim, estes dois casos explicam a diminuição de matriculados no secundário: porque finalizaram o percurso educativo formal previsto e avançaram para etapas seguintes (mercado de trabalho protegido, formação profissional ou ocupação terapêutica);

- Situações especiais: Em 2020 manteve-se 1 jovem em ensino especial estruturado, dada a continuidade da sua condição de multideficiência que exige intervenção pedagógica específica fora do ensino regular. Por outro lado, o jovem que em 2019 não frequentava a escola apresentou evoluções: deixou de constar como “*não frequenta*”. Em vez disso, o registo de 2020 indica que este, agora maior de idade, aguardava o início de um curso de formação profissional previsto para início de 2021 (“S17”). Ou seja, foi efetuado um encaminhamento para educação/formação de adultos. Tal mostra uma retoma do percurso formativo para aquele caso antes em rutura escolar, recorrendo a um formato ajustado (educação e formação de adultos) e a um período de espera até abertura do curso – denotando sucesso da intervenção educativa em envolver o jovem em qualificação, ainda que por via não convencional.

No cômputo geral de 2020, 17 dos 18 jovens (94%) encontravam-se envolvidos em educação, formação ou ocupação estruturada, seja em escola, seja em cursos/atividades pós-escolares adequados às suas necessidades. Apenas 1 jovem, precisamente o que concluiu o 12.º ano, estava em fase de transição e procura de emprego, situação esperada após terminar os estudos. O resultado foi que nenhum

menor abandonou definitivamente a escola em 2020; pelo contrário, houve progressões e certificações importantes.

Ao longo de 2020, os projetos de vida das crianças e jovens acolhidos passaram por reflexão e, em alguns casos, redefinição, acompanhando as mudanças de idade e circunstâncias. Observam-se tanto tendências de continuidade quanto ajustes pontuais nos planos:

- Manutenção da predominância da Autonomização: Assim como em 2019, o projeto de vida mais frequente foi a autonomização. Em 2020, 10 dos 18 jovens (55%) tinham como projeto de vida preparar a saída para a vida autónoma após a maioridade, mantendo-se o peso elevado desta solução. A ligeira diminuição ocorreu porque um jovem “S1”, no CASA 2019 tinha como projeto de vida atual “autonomização” e no CASA 2020 o seu projeto de vida verificou-se alterado para (Re) integração na família nuclear;
- Reintegração Familiar (nuclear): verificou-se um ligeiro aumento de projetos de (Re)integração na família nuclear, passando de 3 casos (2019) para 5 casos em 2020 (28% do total);
- Acolhimento Permanente: 3 crianças (17%) mantiveram projeto de acolhimento permanente em 2020, igual ao número apresentado em 2019. Ou seja, continuavam identificados alguns casos em que se pretendia a colocação dos sujeitos em lar residencial (nome dado a instituições que acolhem pessoas adultas com deficiência que não possam viver de forma autónoma ou com a família). No entanto, importa destacar que nenhum sujeito foi efetivamente colocado em lar residencial durante 2020;
- Alterações de projeto de vida: Em 2020 registaram-se 2 casos de alteração formal do projeto de vida relativamente ao ano anterior, nomeadamente no sujeito “S1” e “S8”, dado que no CASA 2019 tinham como projeto de vida atual “autonomização” e no CASA 2020 os seus projetos de vida verificaram-se alterados para (Re) integração na família nuclear. De modo geral, a quase totalidade dos projetos manteve-se idêntica, mas houve alterações pontuais, nomeadamente, a inclusão de mais crianças em reintegração nuclear, e a efetivação parcial de planos de acolhimento permanente. Tais mudanças foram devidamente justificadas internamente, dado que nos documentos constam menções como *“criança/jovem integrado em resposta adequada às suas necessidades”*, evidenciando que em pelo menos 2 casos (S2 e S3) o projeto anterior de acolhimento permanente foi considerado encerrado pelo facto de

esses jovens estarem enquadrados numa resposta (a respetiva casa de acolhimento) adequada às suas necessidades.

Em síntese, o balanço de 2020 em termos de projetos de vida mostra alguma evolução positiva em casos específicos – nomeadamente a finalização de percursos (educativos). Contudo, persiste um percentual elevado de jovens cujo futuro provável é a autonomização.

Análise – CASA 2021

Em 2021 verificou-se um ligeiro aumento do número de crianças/jovens acolhidos, passando de 18 para 19 residentes. Este acréscimo deveu-se à admissão de uma nova criança (S16) durante o ano – uma criança de 10 anos de idade, que ingressou no lar em março de 2021. Assim, pela primeira vez em vários anos, houve uma nova entrada efetiva, elevando a ocupação. Não obstante essa entrada, não se registaram saídas definitivas em 2021: nenhum jovem deixou o acolhimento de forma permanente (por reintegração, adoção ou autonomização) até ao final do ano. Desta forma, a casa acolhia no término de 2021 um grupo de 19 crianças e jovens com idades entre os 10 e os 21 anos.

Em termos de género, em 2021 acentuou-se ligeiramente a maioria masculina: 11 rapazes e 8 raparigas (58% do sexo masculino). Essa diferença refletiu a entrada da nova criança, que é do sexo masculino, somada à manutenção dos restantes.

Geograficamente, todos os menores continuavam a ser originários do mesmo distrito/região da Casa (Norte Litoral), e nenhum estava deslocado fora do seu distrito de origem, mantendo-se assim a proximidade geográfica em relação às famílias.

Do ponto de vista legal, com a entrada de S16 (uma nova situação de perigo sinalizada em 2021), verificou-se um ligeiro aumento de processos sob alçada judicial. Com efeito, no final de 2021 11 casos estavam sob supervisão do Tribunal e 8 sob CPCJ, dado que o “S16” tinha o seu processo de promoção e proteção a ser acompanhado pela equipa EMAT. Ainda assim, todos os processos mantinham-se devidamente ativos, ou seja, não houve encerramento de nenhum processo de promoção e proteção em 2021, dado que ninguém saiu da situação de acolhimento.

Em suma, 2021 caracterizou-se por uma população ligeiramente ampliada e ainda mais envelhecida, consolidando a tendência de anos anteriores: muitos jovens próximos ou já na idade adulta, com permanências de longa duração.

No que concerne às condições familiares e ao percurso no acolhimento, 2021 manteve a tônica de estabilidade sem retornos ao meio familiar, mas introduziu uma nova história de vida à instituição:

- Manutenção das situações anteriores: Para os 18 jovens já presentes antes de 2021, as situações familiares permaneceram inalteradas em termos de risco. Continuavam verificadas as graves dificuldades parentais que justificaram o acolhimento – negligência, abusos ou outras –, sem melhorias suficientes que permitissem considerar a reunificação familiar segura. Consequentemente, nenhum desses jovens regressou à família nuclear ou alargada durante 2021. Também não houve aplicação de medidas novas em meio natural para eles: à semelhança de 2019-2020, todos já tinham passado pelas tentativas de apoio familiar prévios (apoio junto dos pais ou familiares) que falharam. Esse histórico comum (100% dos casos) permaneceu como nota de fundo das histórias de vida, reforçando o caráter duradouro do acolhimento;
- Nova admissão (S16) e situação familiar: A nova criança admitida em 2021 traz consigo uma situação de perigo familiar. Trata-se de um rapaz de 10 anos que, de acordo com as informações preenchidas, foi acolhido por motivos de negligência multidimensional: especificamente, registou-se *“Negligência ao nível da educação e da saúde; ausência temporária de suporte familiar”*. A intervenção inicial junto desta família deu-se em 2021, mas igualmente passou primeiro por uma medida em meio natural – no caso, apoio junto dos pais. Porém, essa medida resultou infrutífera ou tornou-se inviável, levando à necessidade do acolhimento residencial. Assim, “S16” segue o mesmo padrão dos demais: ingressou no acolhimento após falhar a manutenção no seio familiar, o que denota uma continuidade do paradigma de esforço de manutenção familiar prévio conforme a Lei de Promoção e Proteção (LPCJP) impõe. Com “S16”, houve também uma nova reentrada no sistema: a análise do formulário CASA 2021 indica que esta criança teve acolhido em março de 2021 numa casa de acolhimento de emergência. Portanto, além do caso já conhecido (S7, reentrada antiga), S16 configura o segundo caso de reentrada na casa de acolhimento;
- Continuidade sem saídas: À parte a nova admissão, o fluxo de entrada e saída permaneceu desequilibrado em favor da permanência. Nenhuma criança ou jovem saiu definitivamente do acolhimento em 2021, seja por retorno familiar, adoção ou outra razão. Até mesmo os jovens que completaram 18 anos

durante o ano continuaram na instituição. Essa ausência de saídas denota, por um lado, que não houve concretização de projetos de vida de reintegração familiar (os cinco casos que ambicionavam retorno ao lar familiar não se efetivaram até final de 2021, mantendo-se os jovens acolhidos) e, por outro, que processos de transição para a vida autónoma ainda não culminaram.

No aspeto jurídico-familiar, nenhum processo foi encerrado ou arquivado em 2021 e nenhum jovem passou a situação de adoção ou outro encaminhamento legal alternativo. A única novidade foi a abertura do processo referente a S16, que como já mencionado ficou sob acompanhamento técnico por parte da EMAT desde início.

Em 2021, os indicadores de saúde e necessidades especiais dos jovens acolhidos permaneceram globalmente elevados, ainda que com algumas oscilações devidas à evolução individual e à entrada do novo caso. Em continuidade com os anos anteriores, a casa enfrentou um quadro exigente em termos de apoio clínico e psicossocial:

- Acompanhamento Psicológico: 16 dos 19 jovens (84%) recebiam acompanhamento psicológico regular em 2021, um número absoluto ligeiramente superior ao dos anos anteriores (quando eram 14-15 casos). Este aumento numérico deve-se em parte à inclusão do novo sujeito, S16. Na prática, a maioria dos jovens acolhidos continuaram a dispor de apoio psicológico contínuo;
- Medicação Psiquiátrica: 10 jovens (53%) estavam sob medicação pedopsiquiátrica/psiquiátrica em 2021 (proporção similar à do ano de 2020). Embora percentualmente haja ligeira queda (por ter aumentado o denominador total de jovens), em termos absolutos o número de medicamentos manteve-se igual. Em suma, mais de metade do grupo dependia de tratamento farmacológico;
- Consulta de Desenvolvimento: Pela terceira vez consecutiva, contabilizam-se 6 crianças/ jovens em consulta de desenvolvimento regular, todos os mesmos casos desde 2019;
- Deficiências Intelectuais e Físicas: observou-se em 2021 uma redução no número de jovens com deficiência intelectual assinalada, passando de 3 para 1 caso. Em contrapartida, as deficiências físicas mantiveram-se em 2 casos: dois jovens continuavam a apresentar limitações físicas significativas. Doenças crónicas físicas foram referidas em 3 jovens, número semelhante a 2020;

- Comportamento e outras características: No domínio comportamental e relacional, 2021 seguiu a tendência de baixa incidência de problemas graves e apenas 1 jovem constava com problemas de comportamento ligeiros. Nenhum caso de comportamentos de risco severos foi reportado (agressões graves, criminalidade, etc.), nem quaisquer fugas prolongadas ou abandonos;
- Em termos de escolaridade e formação, no ano de 2021 o grupo de jovens acolhidos apresentava trajetórias diversificadas, com destaque para transições importantes para a vida pós-escolar em alguns casos:
 - Ensino Básico: Dos 19 acolhidos, 7 jovens (37%) frequentavam o 3.º ciclo do ensino básico. Houve, portanto, uma diminuição em comparação a 2020 (quando eram 9), explicada pelo fato de vários terem concluído o 9.º ano no ano letivo 2019/20 e avançado para o secundário em 2020/21. Além disso, 1 criança (S16) estava no 2.º ciclo em 2021 (5.º ano), representando o novo jovem. Não havia ninguém no 1.º ciclo, dado que todos já ultrapassaram essa etapa.
 - Ensino Secundário: Em 2021 houve um aumento substancial de jovens no secundário. 6 jovens (32%) frequentavam o ensino secundário, sendo 3 em cursos científico-humanísticos (ensino regular) e 3 em cursos profissionais. Este aumento (face a 4 no ano anterior) decorre da natural progressão escolar: alguns que concluíram o 9.º ano ingressaram no 10.º em 2021. Assim, acompanhando o envelhecimento do grupo, mais adolescentes ascenderam ao secundário.
 - Conclusão da Escolaridade Obrigatória e Pós-Ensino: Em 2021, um jovem concluiu o 12.º ano, juntando-se ao que já havia concluído em 2020. Após terminar, esse jovem passou a frequentar um curso pós-secundário não superior. Além disso, registrou-se 1 caso de Educação e Formação de Adultos (EFA), S17 - aquele jovem que aguardava o início de uma formação iniciou em 2021 um programa EFA.
 - Ensino Especial e situações excecionais: 2 jovens frequentavam ensino especial em 2021. O aumento de 1 para 2 dado que o novo menor (S16) foi colocado num contexto de ensino especial. Fora do circuito escolar comum, 1 jovem maior de idade aguardava ainda ingresso num curso profissional específico.

Em resumo, em 2021 todos os residentes em idade elegível estavam matriculados ou envolvidos em alguma forma de educação/formação.

No ano de 2021, os projetos de vida dos jovens acolhidos encaminharam-se cada vez mais para a necessidade de soluções de autonomia, ao mesmo tempo em que algumas expectativas de reintegração familiar se retraíram face à realidade. Observam-se tendências marcantes e algumas mudanças na orientação dos planos:

- Predomínio acentuado da Autonomização: Em 2021, 12 dos 19 acolhidos (aproximadamente 63%) tinham a autonomização como projeto de vida, representando o valor mais alto dos três anos analisados. Este aumento em números absolutos (de 10 para 12 casos) deveu-se ao envelhecimento do grupo e à revisão de expectativas: pelo menos dois jovens que anteriormente possuíam projeto de reintegração familiar viram esse plano fracassar ou ser considerado inviável e, conseqüentemente, passaram a ser orientados para a preparação da vida independente;
- Diminuição dos Projetos de Reintegração Familiar: Em contraste com 2020, registou-se uma redução no número de projetos de (re)integração na família nuclear, passando de 5 para 3 casos (16%);
- Acolhimento Permanente: Em 2021, 4 crianças (21%) tinham projeto de acolhimento permanente, um aumento de um caso face a 2020, nomeadamente, o S16;
- Alterações e evolução de projetos: Em 2021, pelo menos 2 jovens tiveram alteração no seu projeto de vida em comparação com o ano anterior, conforme indicado nos registos (*“novo projeto de promoção e proteção definido no ano em avaliação”*). Essas alterações corresponderam muito provavelmente à mudança de reintegração familiar para autonomização em dois casos, (S1, S8).

Em termos de tendências gerais até 2021, podemos afirmar que não se observaram melhorias significativas no núcleo familiar dos acolhidos ao longo do triénio, pelo contrário, reduziu-se o número de casos com perspectiva de retorno aos pais. Também não se conseguiu mobilizar respostas de adoção ou acolhimento familiar suficientes para alterar o destino institucional da maioria.

Análise Comparativa: CASA 2019–2021

Comparando os anos de 2019, 2020 e 2021, observa-se uma considerável estabilidade no número de crianças e jovens acolhidos, com um ligeiro aumento no último ano. O efetivo manteve-se em torno de 18 residentes nos dois primeiros anos, subindo para 19 em 2021 devido à admissão de um novo caso e ausência de saídas.

A estrutura etária do grupo evoluiu no sentido do envelhecimento coletivo: muitos dos acolhidos que eram adolescentes em 2019 aproximaram-se da maioria até 2021. Em resultado, a proporção de jovens em idade pré-adulta (16-18 anos) aumentou, enquanto diminuiu a de crianças mais novas. A entrada pontual de uma criança de 10 anos em 2021 foi uma exceção que rejuvenesceu ligeiramente a faixa etária, mas não inverteu a tendência geral de um grupo maioritariamente adolescente/jovem adulto.

Em termos de género, manteve-se uma composição relativamente equilibrada ao longo dos três anos, com uma leve maioria masculina (passando de 55% para ~58% rapazes).

No que toca à duração do acolhimento, permite constatar uma tendência de acolhimentos de longa duração na Casa do Acolhimento. Verifica-se que a maioria dos residentes presentes durante os anos em estudo iniciou o acolhimento em datas bastante anteriores ao período abrangido pelos relatórios CASA (2019-2021). Exemplos disso são os casos de jovens cujo acolhimento remonta a anos como 2008, 2010, 2011 e 2013, evidenciando uma permanência prolongada no sistema de acolhimento residencial, muitas vezes ultrapassando uma década. Destaca-se ainda que apenas um novo acolhimento foi registado no período de análise (S16 em 2021), reforçando a ideia de um grupo relativamente estável e consolidado de residentes ao longo dos anos avaliados.

Do ponto de vista territorial e legal, ao longo do triénio todos os acolhidos permaneceram na região de origem, ou seja, não houve deslocamentos geográficos nem transferências para outras valências. Já no plano jurídico, notou-se uma judicialização crescente: em 2019 e 2020 metade dos casos era acompanhada por CPCJ e metade por Tribunal; em 2021 passou a predominar o Tribunal (58%). Assim, a tendência indica que com o tempo os processos tendem a escalar para a esfera judicial, seja para prorrogação de medidas para além dos 18 anos, seja por complexidade acrescida.

Ao nível das condições familiares e motivos de acolhimento, o triénio confirma que a negligência familiar e a incapacidade dos cuidadores em garantirem segurança e cuidados básicos foram o denominador comum da maioria das situações. Em 2019, 2020 e 2021, virtualmente todos os casos derivaram de falhas parentais graves, não emergiram novos tipos de perigo nem mudanças significativas nesse perfil. A única diferenciação foi a chegada de S16 em 2021, cuja situação espelhava precisamente negligência educativa e de saúde, reforçando que esse continua a ser, de longe, o

principal motivo de institucionalização. Não se observou ao longo do período nenhum caso de reabilitação familiar bem-sucedida. Pelo contrário, a proporção de crianças com plano de reintegração familiar declinou (22% em 2019 para 16% em 2021), o que sugere que algumas famílias de origem inicialmente tidas como recuperáveis acabaram por não o ser. Assim, comparativamente, 2021 terminou com menos esperança de reintegração do que 2019, evidenciando uma tendência de cristalização das situações de afastamento familiar.

No que respeita às medidas e intervenções antes do acolhimento, manteve-se constante o fato de que 100% dos menores haviam passado por pelo menos uma medida de proteção em meio natural (apoio junto dos pais/familiares). Este dado invariável ao longo dos três anos demonstra a aplicação do princípio da subsidiariedade: nenhum menor foi institucionalizado diretamente sem tentativa prévia de permanência no núcleo familiar. Comparativamente, não houve mudança de política ou prática – ano após ano, os relatórios confirmam que primeiramente se tentou manter a criança em casa, e só diante do insucesso se optou pelo acolhimento.

Um indicador que teve ligeira variação foi o de reentradas no acolhimento. Em 2019 e 2020 havia um único caso de reentrada (um jovem que já tivera uma reintegração falhada anteriormente). Em 2021, somou-se um segundo caso (a nova criança/ jovem). Ainda que os números absolutos sejam pequenos, essa duplicação de casos de reentrada é relevante: evidencia que continuaram a ocorrer situações de insucesso em reintegrações familiares de curto prazo. Em termos percentuais, passamos de ~5% dos jovens (1 em 18) com reentrada em 2019-2020 para ~10% (2 em 19) em 2021.

Quanto à participação dos pais/ famílias durante o acolhimento, os dados quantitativos não detalham, mas qualitativamente percebemos que poucas famílias continuavam ativamente no plano de trabalho, dado que apenas 3 crianças/ jovens possuíam como projeto de vida a “reintegração”.

No triénio, não há menção a avanços como por exemplo apadrinhamento civil, ou confiança a pessoa idónea como alternativas, ou seja, nenhum caso transitou para essas respostas.

Na vertente da saúde física e mental, a análise comparativa 2019-2021 revela mais persistências do que mudanças, embora se notem alguns movimentos correlacionados com o envelhecimento:

- Em todos os anos, constatou-se uma alta incidência de problemas de saúde mental e psicológica. Mais de metade dos acolhidos em cada ano requereram

medicação psiquiátrica, e cerca de 80% ou mais receberam apoio psicológico contínuo;

- No campo dos problemas de comportamento, houve uniformemente poucos casos e apenas de gravidade ligeira, sem qualquer situação de comportamento desviante severo em nenhum dos anos;
- Relativamente às deficiências e doenças crônicas, a tendência principal foi a redução do número de jovens com deficiência intelectual em acolhimento infantil até 2021, de 3 para 1 caso;
- Uma constante em todos os anos foi o número de casos a necessitar de consultas de desenvolvimento (6 casos). Essa invariabilidade sugere que as perturbações do neuro desenvolvimento afetaram cerca de um terço dos acolhidos consistentemente.

Em conclusão comparativa, no eixo saúde e desenvolvimento, a casa de acolhimento enfrentou desafios contínuos de elevada complexidade homogênea durante os três anos.

A comparação longitudinal das situações escolares dos jovens de 2019 a 2021 revela progressos educacionais significativos e coerentes:

- Melhoria dos níveis de escolaridade: Ao longo dos três anos, acompanhamos vários jovens na sua progressão escolar. Vimos o grupo inicialmente concentrado no 2.º e 3.º ciclo em 2019 transitar massivamente para níveis superiores em 2020 e 2021. Assim, a percentagem de acolhidos no ensino secundário aumentou de cerca de 33% (6/18) em 2019 para 32% (6/19) em 2021, mantendo proporção semelhante, mas note-se que em 2020 houvera um decréscimo temporário (22%) devido às finalizações. O dado mais importante é qualitativo: vários jovens conseguiram concluir ciclos de ensino. Pelo menos 3 jovens concluíram o 9.º ano entre 2019-2021 e dois concluíram o 12.º ano. Comparativamente, 2019 não registava nenhuma conclusão de 12.º ano; já 2020 teve o primeiro caso e 2021 o segundo;
- Integração quase universal na escola ou formação: Em todos os anos, salvo casos muito específicos (1 jovem fora da escola em 2019, que depois retomou via EFA), praticamente 100% das crianças e jovens estiveram inscritos em atividades educativas. Em perspetiva comparativa, o abandono escolar foi erradicado do grupo até 2021. O jovem que não frequentava em 2019 transformou-se num formando em 2021; e nenhum outro seguiu esse caminho

de abandono. Assim, entre 2019 e 2021 houve uma melhoria concreta – de um caso problemático para zero casos.

Em síntese, no aspeto educativo e formativo, a comparação 2019-2021 revela um balanço muito positivo. Os jovens progrediram nos estudos, houve melhoria de nível médio de escolarização do grupo, nenhuma desistência permanente e integração de quase todos em vias formativas adequadas à medida que concluíam a escolaridade base.

A evolução dos projetos de vida de 2019 a 2021 evidencia algumas tendências preocupantes de institucionalização prolongada, ainda que compensadas por esforços de planeamento de transições:

- O aspeto mais marcante é o crescimento da proporção de jovens cujo projeto de vida é a autonomização. Passou-se de 61% em 2019 para 63% em 2021, com pico intermediário de 56% em 2020 (quando temporariamente alguns estavam em reintegração). Em termos absolutos também subiu (de 11 para 12 casos). Isso indica que, ao longo do triénio, cada vez mais se confirmou que a maioria daqueles jovens não retornaria a uma família e que, consecutivamente, acabariam por transitar diretamente do acolhimento para a vida independente. No caso em análise, essa tendência acentuou-se em virtude do fracasso de algumas reintegrações planeadas e da inexistência de adoções. Deste modo, a instituição transformou-se de um espaço de transição para um espaço de crescimento integral até à vida adulta para muitos residentes. O comparativo mostra que, se em 2019 ainda se alimentavam expectativas de saída via família para quase 40% dos jovens, em 2021 essa esperança reduziu-se a menos de 20%;
- Em contrapartida, os projetos de reintegração familiar diminuíram significativamente. De 4 casos (um deles família alargada) em 2019, para 5 casos em 2020, caíram para apenas 3 em 2021. A ideia de reintegração na família alargada desapareceu totalmente após 2019, visto que, aquele caso foi reavaliado e alterado. E reintegração na família nuclear, que ganhou algum fôlego em 2020, voltou a retroceder em 2021. Isso indica que as tentativas de reunificação não lograram êxito e foram sendo abandonadas. Importa salientar: nenhum dos projetos de reintegração iniciados em anos anteriores se concretizou até 2021. Ou seja, 0% de concretização familiar no triénio;

- Os projetos de acolhimento permanente oscilaram ligeiramente em número (1 caso em 2019, 3 em 2020, 4 em 2021), mas na prática não se concretizaram durante o período. O aumento para 4 em 2021 deveu-se ao novo caso;
- Quanto à concretização dos projetos de vida, pode-se resumir: entre 2019 e 2021, nenhum projeto de vida previsto se concretizou plenamente no seu objetivo inicial.

Em conclusão, a análise comparativa 2019-2021 evidencia que, apesar dos esforços e de alguns progressos notáveis (sobretudo na área educacional e de estabilidade comportamental), os desafios estruturais permanecem: as crianças acolhidas tendem a não retornar às famílias nem a encontrar outras, crescendo dentro do sistema até saírem por idade.

1.3. Principais Resultados da Análise de Necessidades

O presente capítulo apresenta os principais resultados da análise de necessidades realizada na casa de acolhimento, fundamentada na observação direta e na análise documental, nomeadamente, o regulamento interno, as fichas de solicitação de acolhimento e os relatórios CASA dos anos 2019, 2020 e 2021. A recolha e interpretação dos dados visaram identificar carências objetivas e subjetivas dos jovens institucionalizados, traçando um diagnóstico rigoroso das dimensões críticas a serem trabalhadas no contexto de acolhimento residencial.

As necessidades mais imediatas e universais identificadas dizem respeito à proteção e estabilidade. A totalidade dos jovens acolhidos ingressou na instituição na sequência de situações graves de perigo, resultantes de contextos familiares marcados por negligência, maus-tratos físicos ou psicológicos, abandono ou outras formas de incapacidade parental severa. A análise das fichas de solicitação de acolhimento revelou que, em 100% dos casos, tinham sido previamente tentadas medidas de apoio no meio natural de vida, nomeadamente, apoio junto dos pais ou familiares. A entrada no acolhimento constituiu, assim, uma resposta de último recurso, acionada para salvaguardar a segurança e os direitos fundamentais das crianças e jovens envolvidos.

A necessidade de um ambiente seguro e estruturado emerge, portanto, como basilar. As vivências de desproteção familiar, acarretaram impactos profundos no bem-estar emocional dos jovens, gerando ansiedade, medo e desconfiança. A análise documental confirma que a instituição cumpre plenamente a sua missão de proporcionar condições físicas e emocionais seguras, tal como preconizado no seu

regulamento interno, contudo, persistem necessidades latentes de reforço da estabilidade emocional e da previsibilidade no cotidiano, essenciais para a reconstrução da confiança e da autoimagem positiva dos jovens acolhidos.

A análise dos dados aponta para um perfil de necessidades complexas ao nível da saúde física e mental. Um número substancial de jovens apresenta diagnósticos clínicos relevantes, incluindo deficiências físicas, deficiências intelectuais, perturbações do neuro desenvolvimento e condições de saúde crónica. Entre os casos analisados, destacam-se situações de paralisia cerebral, perturbações do espectro alcoólico fetal, défice cognitivo severo e perturbações de hiperatividade e défice de atenção.

A análise dos relatórios CASA mostra que uma elevada proporção dos jovens acolhidos se encontra sob acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico regular, sendo frequente a prescrição de medicação psicotrópica. Este padrão revela a presença generalizada de necessidades ao nível da saúde mental, que exigem intervenções clínicas especializadas e acompanhamento terapêutico contínuo. Verificou-se também a necessidade de acesso regular a cuidados médicos de diversas especialidades, nomeadamente pediatria do desenvolvimento, neurologia, otorrinolaringologia e outras consultas específicas, em função das condições clínicas individuais.

Importa destacar que, apesar da complexidade clínica identificada, não foram detetadas situações de consumo de substâncias aditivas nem dependências comportamentais entre os jovens acolhidos, em consonância com a faixa etária predominante (crianças e adolescentes). Contudo, a necessidade de reforçar a literacia em saúde e a prevenção de comportamentos de risco futuros mantém-se como um eixo crucial da intervenção.

A análise documental revelou um investimento institucional consistente na integração escolar dos jovens acolhidos. Todos os menores, salvo exceções pontuais devidamente justificadas, encontram-se matriculados em estabelecimentos de ensino ou inseridos em percursos formativos ajustados às suas necessidades e capacidades. Contudo, mais de metade apresenta dificuldades de aprendizagem significativas ou necessidades educativas especiais, manifestadas em percursos curriculares adaptados, ensino especial ou presença em vias profissionalizantes.

Verificou-se ainda a existência de casos de interrupção temporária do percurso escolar, associados a dificuldades de reintegração ou necessidade de orientação para modalidades formativas mais ajustadas. Estes dados evidenciam necessidades

expressivas de apoio pedagógico especializado, reforço educativo individualizado e acompanhamento psicopedagógico, com vista à promoção do sucesso escolar e à mitigação das lacunas acumuladas durante a infância e adolescência.

Para os jovens em transição para a vida adulta, identificam-se também necessidades de orientação vocacional e capacitação para a inserção no mercado de trabalho, reconhecendo a importância de percursos profissionalizantes e de estratégias eficazes para promover a autonomia socioeconómica.

Embora os jovens acolhidos não apresentem, na generalidade, comportamentos delinquentes ou disruptivos graves, a análise indica carências ao nível das competências sociais e emocionais. Estas fragilidades são expectáveis à luz dos contextos familiares disfuncionais em que cresceram, marcados por negligência afetiva, ausência de modelos positivos de relacionamento e, nalguns casos, exposição a dinâmicas violentas.

As necessidades neste domínio prendem-se, essencialmente, com o reforço de competências de comunicação interpessoal, gestão emocional, resolução de conflitos e desenvolvimento de atitudes de empatia, respeito mútuo e responsabilidade coletiva. O fortalecimento destas competências é crucial não apenas para o bem-estar relacional no presente, mas também para a futura inserção social e profissional dos jovens, contribuindo para trajetórias de vida mais autónomas e saudáveis.

Um traço transversal a praticamente todos os casos analisados é a fragilidade ou ausência de suporte familiar efetivo. As fichas documentais revelam que muitos dos jovens acolhidos pertencem a agregados familiares monoparentais, frequentemente com mães isoladas e sem rede de apoio eficaz. Em diversos casos, a família alargada (avós, tios) também se mostrou incapaz de suprir as falhas parentais, quer por limitações objetivas (idade, saúde) quer por envolvimento em dinâmicas igualmente problemáticas.

Este vazio de suporte familiar configura uma vulnerabilidade acrescida, sobretudo no momento de transição para a vida adulta, quando a maioria dos jovens institucionalizados não poderá contar com retaguarda familiar. Além da necessidade afetiva de pertença e vínculo, identificam-se carências práticas de orientação e apoio na autonomização, reforçando a importância de alternativas institucionais e comunitárias que compensem esta ausência.

A análise documental e a experiência institucional indicam ainda a existência de carências significativas ao nível da literacia financeira, particularmente entre os jovens em idade de transição para a autonomia. Provenientes, em grande parte, de contextos

socioeconómicos vulneráveis, muitos destes jovens não dispõem de conhecimentos básicos sobre gestão orçamental, poupança, consumo responsável ou funcionamento do sistema bancário.

Esta lacuna apresenta-se como um fator de risco potencial para situações de instabilidade financeira, endividamento ou dificuldades de gestão económica quando estes jovens assumirem responsabilidades próprias, nomeadamente após a saída do acolhimento residencial. Assim, a capacitação financeira emerge como uma necessidade fundamental para assegurar a sustentabilidade da autonomização e a inclusão social plena dos jovens acolhidos.

Um dos resultados mais marcantes da análise documental e observacional realizada prende-se com a predominância inequívoca do projeto de vida de autonomização entre os jovens acolhidos. Ao longo do período em análise, verificou-se que a larga maioria dos residentes tinha como perspetiva de futuro a transição para a vida autónoma, permanecendo na instituição até atingir a maioridade ou até completar a sua formação básica e desenvolver as competências mínimas necessárias para a independência.

Este dado traduz-se numa constatação essencial: a realidade destes jovens não aponta, na maioria dos casos, para a reintegração familiar nem para a adoção ou outros tipos de acolhimento alternativo duradouro. Pelo contrário, confirma-se a tendência de institucionalização prolongada, culminando frequentemente na autonomização direta a partir do contexto de acolhimento residencial.

A relevância desta constatação é dupla. Por um lado, revela o esgotamento das alternativas familiares, sinalizando que, apesar dos esforços desenvolvidos pelas equipas técnicas (apoio junto dos pais, reintegração familiar, procura de soluções alternativas), a rede familiar e social dos jovens acolhidos se mostra, em grande parte, incapaz de oferecer condições para o seu retorno seguro e estável. Por outro lado, sublinha a responsabilidade acrescida da instituição de acolhimento e das entidades parceiras em preparar adequadamente estes jovens para a autonomia, garantindo que, ao atingirem a maioridade e cessarem a medida de acolhimento, estejam munidos de competências práticas, pessoais, sociais e económicas que lhes permitam uma transição bem-sucedida para a vida adulta.

Este resultado reforça a necessidade de intervenção focalizada em áreas como desenvolvimento pessoal, literacia financeira, orientação vocacional, gestão doméstica e saúde emocional, ou seja, a intervenção em áreas determinantes para que a autonomização não constitua apenas uma saída formal do sistema de acolhimento,

mas sim uma verdadeira capacitação para a vida independente e responsável

Em suma, a análise aprofundada das necessidades dos jovens acolhidos revelou um panorama complexo e multifacetado, marcado por trajetórias de vulnerabilidade acumulada e desafios significativos ao nível do desenvolvimento pessoal, emocional, educativo e social. Entre os vários domínios de necessidade identificados, nomeadamente, proteção e estabilidade, saúde física e mental, integração escolar, desenvolvimento de competências pessoais e sociais, literacia financeira e fortalecimento das redes de suporte, destaca-se de forma transversal e premente a necessidade de preparação para a autonomização.

Os dados analisados mostram que a larga maioria dos jovens acolhidos possui como projeto de vida principal a autonomização, ou seja, a transição direta para a vida independente ao atingir a maioridade/ cessar a medida de promoção e proteção de acolhimento residencial. Este facto evidencia não apenas a ausência de alternativas familiares viáveis, mas também a enorme responsabilidade das instituições em assegurar que estes jovens adquiram, durante o período de acolhimento, todas as competências necessárias para uma integração social e económica segura e sustentável. A autonomização não deve ser encarada como uma mera formalidade de saída do sistema, mas sim como um processo estruturado e intencional, capaz de dotar os jovens de ferramentas práticas e cognitivas para enfrentarem os desafios da vida adulta com autonomia e resiliência.

Importa também sublinhar que, ainda que alguns jovens tenham como projeto de vida alternativo a reintegração familiar ou o acolhimento permanente, as competências relacionadas com a autonomia são igualmente indispensáveis para o seu desenvolvimento integral. A capacitação para a autonomia transcende o destino formal do projeto de vida, pois trata-se de fomentar habilidades essenciais à cidadania, independência responsável e participação ativa na sociedade, aplicáveis em qualquer contexto futuro.

Foi precisamente à luz deste diagnóstico de necessidades que surgiu a conceção do meu projeto de intervenção, estruturado em torno de oficinas práticas e pedagógicas, concebidas para responder de forma integrada e eficaz às lacunas identificadas. Este conjunto de oficinas – abrangendo cuidados de saúde e bem-estar, desenvolvimento educativo e profissional, e literacia financeira – procura proporcionar aos jovens acolhidos oportunidades concretas de aprendizagem e experimentação, visando a aquisição de competências críticas para a sua autonomização e inclusão social bem-sucedida.

Assim, o projeto não só se alicerça nas evidências empíricas recolhidas ao longo do processo de diagnóstico, como se apresenta como uma resposta intencionalmente desenhada para colmatar as necessidades mais prementes da população acolhida, reforçando a articulação entre diagnóstico, planificação e ação interventiva no contexto institucional. Importa ainda referir que, atendendo à diversidade de idades e níveis de desenvolvimento dos jovens acolhidos, as atividades propostas são planeadas e ajustadas de forma a permitir a participação plena e o acompanhamento eficaz por parte de todos, garantindo a adequação pedagógica e a acessibilidade dos conteúdos e metodologias. Esta flexibilidade metodológica assegura que todos os jovens, independentemente da sua faixa etária ou do seu percurso individual, possam beneficiar plenamente da intervenção, consolidando competências transversais que lhes serão úteis em qualquer cenário futuro.

2. PROJETO DE INTERVENÇÃO

2.1. Planificação

A planificação constitui uma fase estruturante na construção de qualquer projeto social, traduzindo-se no processo de definição, organização e calendarização das etapas, recursos e estratégias necessários à sua concretização. De acordo com Serrano (2014), esta fase assegura a coerência entre os objetivos delineados e as ações a desenvolver, promovendo uma gestão racional e eficiente dos recursos disponíveis e contribuindo, assim, para o sucesso e sustentabilidade da intervenção.

No âmbito do presente projeto, a planificação teve como foco central a criação de oficinas temáticas, cada uma composta por atividades estruturadas. Estas oficinas foram desenhadas com base nas necessidades diagnosticadas na população acolhida, e têm como principal objetivo a promoção da autonomia pessoal e social dos jovens. Assim, a fase de planificação implicou não só a definição dos conteúdos e metodologias de cada oficina, como também a previsão dos recursos humanos, materiais e temporais indispensáveis à sua execução.

Através deste planeamento estratégico, pretendeu-se garantir que todas as atividades fossem alinhadas com os objetivos gerais do projeto, respeitando os princípios de coerência interna, viabilidade prática e adequação ao perfil dos destinatários. Esta abordagem sistemática permitiu construir um itinerário de

intervenção claro, sequenciado e flexível, que poderá ser posteriormente monitorizado e ajustado conforme a evolução das necessidades dos jovens e dos contextos institucionais.

Em suma, a planificação é o processo de definição e organização das etapas, recursos e prazos necessários para a implementação e execução de um projeto social. Este planeamento estratégico assegura a coerência entre as ações a serem desenvolvidas e os objetivos pretendidos, promovendo uma gestão eficaz e a otimização dos recursos disponíveis, sendo um fator determinante para a eficácia e sustentabilidade da intervenção (Serrano, 2014).

Neste sentido, é apresentado na Tabela 1 – “Calendário de implementação das oficinas temáticas (2022–2023)”, o cronograma do projeto de intervenção “Caminhos para a Vida Autónoma: Projeto de Desenvolvimento de Competências em Contexto de Acolhimento.”

Tabela 1 - Calendário de implementação das oficinas temáticas (2022–2023)

Período	Ano 2022			Ano 2023					
	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.
Ações									
Oficina I – Juventude Saudável:	X	X	X						
Oficina de Manutenção e Cuidados de Saúde									
Oficina II – Rumo ao Sucesso:				X	X	X			
Oficina de Desenvolvimento Educativo e Profissional para Jovens									
Oficina III – Finanças em Ação:							X	X	X
Oficina de Literacia Financeira para Jovens									

2.2. Finalidade, Objetivos Gerais e Objetivos Específicos

A finalidade de um projeto social consiste na promoção de mudanças significativas e sustentáveis na realidade dos indivíduos e comunidades, orientando as intervenções para a melhoria das condições de vida e para o reforço da coesão e dos vínculos sociais. Segundo Serrano (2014), a finalidade representa o horizonte orientador da ação social, funcionando como referencial para a definição das

estratégias e para a avaliação contínua da pertinência e do impacto das atividades desenvolvidas.

No caso do presente projeto, a finalidade centra-se na promoção da autonomia pessoal, social e funcional dos jovens acolhidos numa casa de acolhimento, procurando responder a necessidades identificadas no diagnóstico inicial. Através da implementação de três oficinas temáticas, que integram um conjunto diversificado de atividades, pretende-se capacitar os jovens para a tomada de decisões, a gestão do quotidiano e o desenvolvimento de competências que favoreçam a transição para a vida adulta de forma mais consciente e estruturada.

Deste modo, a finalidade do projeto transcende a mera execução de atividades pontuais, assumindo-se como um compromisso com a transformação positiva dos percursos individuais dos jovens, bem como com a criação de condições que lhes permitam construir projetos de vida viáveis, autónomos e socialmente integrados.

No âmbito da intervenção social, a definição clara dos objetivos é essencial para orientar a ação, avaliar os resultados e garantir a coerência metodológica do projeto. Conforme destaca Serrano (2014), o objetivo geral reflete a intenção transformadora mais ampla da intervenção, enquanto os objetivos específicos traduzem essa intenção em metas concretas, delimitadas e operacionais, orientando cada etapa do processo de execução.

No presente projeto, implementado numa casa de acolhimento de crianças e jovens, o objetivo geral consiste em:

- Promover a autonomia pessoal, social e funcional dos jovens institucionalizados, através do desenvolvimento de competências práticas nas áreas da saúde, da organização educativa/profissional e da gestão financeira.

Para operacionalizar esta finalidade, o projeto organiza-se em torno de três oficinas temáticas, cada uma composta por atividades dirigidas a domínios distintos da autonomia. Com base nesta estrutura, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Incentivar estilos de vida saudáveis, promovendo a consciencialização sobre a higiene pessoal, a prevenção de comportamentos de risco, como o uso de tabaco, e a adoção de rotinas alimentares equilibradas.
- Reforçar competências educativas e profissionais, incentivando os jovens à organização dos seus estudos, ao planeamento académico e à preparação para a inserção no mercado de trabalho;

- Desenvolver competências de literacia financeira, capacitando os jovens para a gestão consciente do seu orçamento pessoal, para a tomada de decisões financeiras responsáveis e para a familiarização com instrumentos bancários básicos;
- Estimular a responsabilidade individual e a capacidade de tomada de decisão, através de atividades que promovam a reflexão, o planeamento e a construção de estratégias adequadas às exigências da vida adulta;
- Reforçar a autoestima e a autoconfiança dos jovens, através da valorização da sua participação ativa, da expressão das suas ideias e do reconhecimento do seu percurso individual.

Em suma, o objetivo geral traduz a linha orientadora do projeto, refletindo a intenção principal da intervenção e os efeitos transformadores que se pretendem alcançar junto da população-alvo. Por sua vez, os objetivos específicos operacionalizam essa intenção em ações concretas, traduzidas em metas bem definidas que orientam a execução prática do projeto. Essa distinção permite um planeamento claro e facilita o acompanhamento do progresso, assegurando que cada etapa esteja alinhada com a objetivo geral do projeto (Serrano, 2014). Deste modo, a distinção entre objetivo geral e objetivos específicos permite estruturar a intervenção de forma coerente e planificada, assegurando a correspondência entre os recursos mobilizados, os resultados esperados e a avaliação contínua do progresso. Esta articulação reforça a missão central do projeto: dotar os jovens acolhidos de competências que lhes permitam uma transição progressiva e segura para uma vida adulta mais autónoma e consciente.

2.3. Descrição das Atividades do Projeto de Intervenção

O presente projeto de intervenção, intitulado "Caminhos para a Vida Autónoma: Projeto de Desenvolvimento de Competências em Contexto de Acolhimento", foi delineado com o propósito de responder às necessidades identificadas no diagnóstico realizado, visando promover a autonomia pessoal, social e funcional dos jovens acolhidos na instituição. As atividades propostas organizam-se em torno de três oficinas temáticas – saúde, desenvolvimento educativo/profissional e literacia financeira – cada uma composta por um conjunto de ações específicas dirigidas ao reforço de competências essenciais para a transição para a vida adulta.

Cada oficina foi concebida de forma a proporcionar aprendizagens significativas, articulando conhecimentos teóricos e experiências práticas, num ambiente pedagógico adaptado às necessidades, idades e capacidades dos jovens envolvidos. As atividades privilegiam a participação ativa, a experimentação, o diálogo e a reflexão, permitindo aos jovens apropriarem-se de ferramentas indispensáveis para a gestão autónoma da sua saúde, percurso educativo e recursos financeiros.

A descrição das atividades que se segue explicita os objetivos, conteúdos e metodologias de cada uma das oficinas, evidenciando a sua articulação com os objetivos gerais e específicos do projeto, bem como o seu contributo para o fortalecimento da autonomia, da autoconfiança e da capacidade de tomada de decisão dos jovens institucionalizados.

2.3.1. Oficina I – Juventude Saudável: Oficina de Manutenção e Cuidados de Saúde

A Oficina I – Juventude Saudável foi criada com o propósito de promover hábitos saudáveis e a manutenção do bem-estar entre os jovens da Casa de Acolhimento. A adoção de boas práticas de higiene, alimentação equilibrada e a consciencialização sobre os efeitos nocivos de substâncias prejudiciais são fundamentais para o desenvolvimento físico e emocional dos jovens, permitindo-lhes tomar decisões informadas e responsáveis no seu quotidiano.

Para alcançar esses objetivos, esta oficina inclui três atividades que abordam diferentes aspetos da saúde e bem-estar, proporcionando aos jovens informação prática e estratégias para a sua aplicação diária. Através de palestras educativas, dinâmicas interativas e atividades práticas, os jovens têm a oportunidade de refletir sobre os seus hábitos e implementar melhorias significativas na sua rotina.

A metodologia adotada nesta oficina baseia-se numa abordagem dinâmica e participativa, incentivando o envolvimento ativo dos jovens no processo de aprendizagem. Além disso, são disponibilizados recursos técnico-pedagógicos, como apresentações, folhetos informativos e materiais interativos, que reforçam a transmissão do conhecimento e facilitam a sua aplicação no dia a dia.

Para tal, são realizadas três atividades cujo tema se relaciona com o tema primordial “Saúde”. Neste sentido, apresenta-se a “Tabela 2 - Oficina I: Juventude Saudável – atividades e participantes” onde consta a designação de cada atividade e o respetivo número de participantes.

Tabela 2- Oficina I: Juventude Saudável – atividades e participantes

Atividade	Nº Participantes
Atividade 1: Ação de Sensibilização sobre Higiene Pessoal: Cuida da Tua Higiene Diária	6
Atividade 2: Ação de Sensibilização: Perigos do Tabaco	9
Atividade 3: Ação de Sensibilização: Recomendações para uma alimentação saudável	6

Seguidamente, são apresentadas detalhadamente as três atividades que compõem esta oficina, destacando os seus objetivos, metodologias e impacto no desenvolvimento dos jovens.

Atividade 1 - Ação de Sensibilização sobre Higiene Pessoal: Cuida da Tua Higiene Diária

A atividade "Ação de Sensibilização sobre Higiene Pessoal: Cuida da Tua Higiene Diária" tem como objetivo sensibilizar os jovens para a importância da higiene pessoal na promoção da saúde e do bem-estar, destacando os benefícios das práticas de higiene diárias e os riscos associados à sua negligência. Esta atividade visa reforçar o papel da higiene como um fator essencial para a manutenção da saúde física, emocional e social dos jovens.

A sessão é conduzida sob a forma de uma palestra interativa, recorrendo a diferentes recursos pedagógicos que permitem uma abordagem dinâmica e participativa. Durante a exposição, são apresentados conceitos fundamentais relacionados com a higiene pessoal e corporal, bem como práticas adequadas a adotar no quotidiano. São ainda discutidos os impactos positivos de uma boa higiene na prevenção de doenças e na promoção da autoestima e das relações interpessoais.

Para potenciar a aprendizagem e a interiorização dos conteúdos, a sessão integra momentos de brainstorming, quizz online e questionamento dirigido, estimulando a reflexão crítica e o envolvimento dos jovens no processo educativo.

No final da atividade, foram afixados nas casas de banho dos jovens folhetos informativos com os procedimentos para uma correta lavagem das mãos, emitidos pela Direção-Geral da Saúde, e disponibilizado um utensílio para contabilizar o tempo de escovagem dos dentes, com o objetivo de promover a adoção de boas práticas de higiene oral, incentivando o cumprimento dos minutos recomendados para uma

lavagem eficaz dos dentes.

A tabela seguinte apresenta o planeamento da atividade desenvolvida no âmbito da Oficina I – Juventude Saudável, nomeadamente os objetivos da atividade, as competências a desenvolver, bem como as estratégias, métodos, técnicas e recursos pedagógicos utilizados na sua concretização.

Por fim, no anexo 1, “Oficina I: Juventude Saudável – Higiene Pessoal” constam os recursos técnicos pedagógicos utilizados na atividade.

Tabela 3 - Planeamento da atividade: ação de sensibilização sobre higiene pessoal

Objetivos da atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o conceito de higiene pessoal, diária e corporal; • Identificar os diferentes hábitos de higiene pessoal e corporal a adotar no dia a dia; • Compreender as diferentes práticas/ procedimentos associados a cada tipo de hábito de higiene pessoal e corporal.
Competências a desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia e responsabilidade social; • Saúde e bem-estar; • Consciência social e ambiental.

Estratégias

Métodos Pedagógicos	Técnicas e Atividades Pedagógicas	Recursos Técnico – Pedagógico
Expositivo Interrogativo Ativo	Exposição oral Técnica de formulação de perguntas Brainstorming Quizz online	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo projetor; • Computador; • PowerPoint; • Cartolina; • Marcador preto; • Internet; • Dispositivo com ligação à internet (computador, telemóvel, tablet)

Atividade 2: Ação de Sensibilização: Perigos do Tabaco

A atividade "Ação de Sensibilização: Perigos do Tabaco" visa sensibilizar os jovens para os riscos e consequências do consumo de tabaco, promovendo o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os impactos desta substância na saúde física, mental e social. Esta ação integra-se numa abordagem preventiva, incentivando a adoção de estilos de vida saudáveis e livres de tabaco, enquanto promove competências de tomada de decisão informada e resistência à pressão social.

A sessão é organizada sob a forma de uma palestra educativa e interativa, na qual são apresentados os principais conceitos relacionados com o tabagismo, os efeitos nocivos do consumo de tabaco e os benefícios da não adesão a este comportamento. Ao longo da exposição, são utilizados recursos multimédia e estratégias pedagógicas participativas que estimulam o envolvimento dos jovens na discussão e reflexão sobre o tema.

No final da ação de sensibilização, foi realizada uma atividade prática, que consistiu na resolução de uma sopa de letras temática. Esta atividade desafiou os jovens a encontrar palavras associadas ao consumo de tabaco, existindo duas versões distintas: uma com palavras relacionadas com os efeitos negativos do tabagismo (versão “com fumo”) e outra com termos ligados a uma vida saudável e sem tabaco (versão “sem fumo”). Esta dinâmica permitiu reforçar os conhecimentos adquiridos durante a palestra, de forma lúdica e interativa.

A tabela seguinte apresenta o planeamento da atividade desenvolvida no âmbito da Oficina I – Juventude Saudável, nomeadamente os objetivos da atividade, as competências a desenvolver, bem como as estratégias, métodos, técnicas e recursos pedagógicos utilizados na sua concretização.

Por fim, no anexo 2, “Oficina I: Juventude Saudável – Perigos do Tabaco” constam os recursos técnicos pedagógicos utilizados na atividade.

Tabela 4 - Planeamento da atividade: ação de sensibilização sobre os perigos do tabaco

Objetivos da atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o conceito de tabagismo; • Identificar os impactos/ consequências da substância abordada na saúde física e mental;
Competências a desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a consciência sobre os efeitos nocivos do tabagismo; • Desenvolver o pensamento crítico em relação à pressão social e tomada de decisão; • Promover hábitos de vida saudáveis;

Estratégias

Métodos Pedagógicos	Técnicas e Atividades Pedagógicas	Recursos Técnico – Pedagógico
Expositivo Interrogativo Ativo	Exposição oral Técnica de formulação de perguntas; Brainstorming Sopa de letras	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo projetor; • Computador; • PowerPoint; • Papel; • Caneta

Atividade 3: Ação de Sensibilização: Recomendações para uma Alimentação Saudável

A atividade "Ação de Sensibilização: Recomendações para uma Alimentação Saudável" tem como objetivo sensibilizar os jovens para a importância de adotar hábitos alimentares equilibrados, promovendo a aquisição de conhecimentos sobre os princípios da alimentação saudável e incentivando a prática de escolhas nutricionais adequadas no seu cotidiano.

A sessão é dinamizada através de uma ação de sensibilização interativa, que inclui a apresentação de diapositivos temáticos sobre os conceitos fundamentais da alimentação saudável, a Roda dos Alimentos e a organização das refeições diárias. Este momento expositivo visa fornecer aos jovens uma base informativa sólida, recorrendo a exemplos práticos que facilitam a sua compreensão e aplicabilidade.

Após a apresentação, realiza-se um jogo de perguntas e respostas, com o objetivo de consolidar os conhecimentos abordados de forma lúdica e participativa, promovendo o envolvimento ativo dos jovens na aprendizagem. Em seguida, os participantes colaboram na criação de um espaço destinado ao armazenamento da fruta disponível para consumo, contribuindo para a valorização de alimentos saudáveis no seu ambiente. Esta dinâmica culmina com a laminação de diversas frutas, que são disponibilizadas para consumo durante o lanche, incentivando a experimentação e a prática de escolhas alimentares saudáveis.

No final da atividade, é entregue aos jovens um documento com receitas de lanches saudáveis, com sugestões práticas e acessíveis, reforçando os conteúdos abordados e incentivando a sua aplicação no dia a dia.

A tabela seguinte apresenta o planeamento da atividade desenvolvida no âmbito da Oficina I – Juventude Saudável, nomeadamente os objetivos da atividade, as competências a desenvolver, bem como as estratégias, métodos, técnicas e recursos pedagógicos utilizados na sua concretização.

No anexo 3 “Oficina I: Juventude Saudável – Alimentação Saudável”, constam os recursos técnicos pedagógicos utilizados na atividade, incluindo a apresentação de PowerPoint com a dinâmica do “Jogo da Alimentação Saudável”, fotografias das frutas laminadas e o documento com as receitas de lanches saudáveis.

Tabela 5 - Planejamento da atividade: ação de sensibilização para uma alimentação saudável

Objetivos da atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer os benefícios a curto e a longo prazo de uma alimentação equilibrada e saudável; • Fornecer ferramentas práticas para a adoção de hábitos alimentares saudáveis; • Compreender os grupos alimentares, as suas funções e a importância de uma alimentação equilibrada e saudável;
Competências a desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> • Habilidade de planejar refeições e criar planos alimentares, incluindo todos os grupos alimentares necessários; • Capacidade de tomar decisões informadas sobre alimentação, escolhendo opções mais saudáveis de forma independente;

Estratégias

Métodos Pedagógicos	Técnicas e Atividades Pedagógicas	Recursos Técnico - Pedagógico
Expositivo Interrogativo Ativo	Exposição oral Técnica de formulação de perguntas; Brainstorming; Quizz: Jogo da alimentação saudável Atividade prática: laminar fruta Documento com receitas para lanches saudáveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo projetor; • Computador; • PowerPoint; • Papel; • Caneta; • Fruta; • Faca; • Pratos

2.3.2. Oficina II – Rumo ao Sucesso: Oficina de Desenvolvimento Educativo e Profissional para Jovens

A Oficina II - Rumo ao Sucesso foi desenvolvida com o objetivo de promover o desenvolvimento educativo e profissional dos jovens residentes na Casa de Acolhimento, fornecendo-lhes ferramentas essenciais para a sua autonomia e inserção no mundo acadêmico e laboral.

Esta oficina é composta por três atividades práticas, cuidadosamente planejadas para capacitar os jovens na organização do seu espaço de estudo, gestão eficaz do tempo e criação de um currículo profissional. Cada uma destas atividades visa dotá-los de competências fundamentais para o sucesso escolar e profissional, permitindo-

lhes desenvolver hábitos de estudo autónomos, melhorar a sua capacidade de planeamento e preparar-se para futuras oportunidades no mercado de trabalho.

A abordagem adotada ao longo da oficina é colaborativa e participativa, incentivando os jovens a serem protagonistas no seu processo de desenvolvimento. Para além da orientação prática durante as sessões, são disponibilizados recursos técnico-pedagógicos, como documentos de apoio, modelos editáveis e check-list, que os jovens poderão utilizar de forma independente no futuro.

Para tal, são realizadas três atividades apresentadas na Tabela 6 “Oficina II: Rumo ao Sucesso – atividades e participantes”

Tabela 6 - Oficina II: Rumo ao Sucesso – atividades e participantes

Atividade	Nº Participantes
Atividade 1: Espaço de Estudo, Espaço de Sucesso: Criação de um Ambiente Ideal para Aprender	3
Atividade 2: Planeia o Teu Sucesso: Construção de um Cronograma Individual de Estudos	3
Atividade 3: Construir o Futuro - Elaboração de um Currículo Profissional	5

Nas secções seguintes, são apresentadas detalhadamente as três atividades que compõem esta oficina, destacando os seus objetivos, metodologias e impacto no desenvolvimento dos jovens.

Atividade 1: Espaço de Estudo, Espaço de Sucesso: Criação de um Ambiente Ideal para Aprender

A atividade de organização do material escolar e espaço de estudo consiste numa sessão individual prática e orientada que tem como objetivo criar um ambiente propício para a aprendizagem e incentivar o estudo autónomo dos jovens.

Para tal, foi criado um documento de apoio e uma respetiva check-list com orientações que se devem seguir durante a sessão com o jovem. Assim, há uma linha orientadora a ser seguida para que a informação seja totalmente transmitida.

Ao longo da sessão é utilizada uma abordagem de aprendizagem colaborativa, ou seja, embora seja uma sessão individual com o jovem é utilizada uma abordagem colaborativa, onde se trabalha em parceria com o jovem e este participa na criação do espaço. No final, é feita uma breve reflexão oral sobre a sessão onde todos os jovens referiram ser útil e pertinente terem um espaço próprio e privado para estudarem. Com

a realização desta atividade, o jovem terá um espaço próprio destinado ao seu estudo, o que permitirá a criação de hábitos e métodos de estudos autônomos.

De salientar, que o material utilizado para a criação de um espaço de estudo próprio e privado para o jovem foi material disponível na casa de acolhimento, não existindo custos com a aquisição de novo material. Para além disso, foi reorganizado por categorias e materiais o armário com o material escolar geral disponível na casa de acolhimento.

A tabela seguinte apresenta o planeamento da atividade desenvolvida no âmbito da Oficina II – Rumo ao Sucesso, nomeadamente os objetivos da atividade, as competências a desenvolver, bem como as estratégias, métodos, técnicas e recursos pedagógicos utilizados na sua concretização.

No anexo 4 “Oficina II: Rumo ao Sucesso – Ambiente Ideal para Aprender”, constam os recursos técnicos pedagógicos utilizados na dinâmica, nomeadamente, o documento orientador para acompanhar o jovem na organização do seu material escolar e espaço de estudo e registos fotográficos dos locais de estudo e do armário com o material escolar disponível para os jovens.

Tabela 7 - Planeamento da atividade: um ambiente ideal para aprender

Objetivos da atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um espaço de estudo organizado, confortável e livre de distrações; • Aumentar a capacidade de concentração e foco ao estudar em um ambiente bem estruturado; • Melhorar a eficiência e produtividade nos estudos através de uma melhor organização dos materiais e do espaço.
Competências a desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de autodisciplina para manter o espaço de estudo organizado e sem distrações; • Capacidade de gerir e organizar seu próprio espaço de estudo de forma independente; • Assumir responsabilidade pela criação e manutenção de um ambiente de estudo eficiente.

Estratégias

Métodos Pedagógicos	Técnicas e Atividades Pedagógicas	Recursos Técnico – Pedagógico
Ativo	Exposição oral; Documento de apoio com orientações para o material e local de estudo; Check-list;	<ul style="list-style-type: none"> • Papel; • Caneta; • Material imobiliários disponível na casa de acolhimento.

Atividade 2: Planeia o Teu Sucesso: Construção de um Cronograma Individual de Estudos

A atividade de elaboração de um plano individual de estudos consiste numa sessão prática e orientada que tem como objetivo ajudar o jovem a organizar o seu tempo dedicado aos estudos, promovendo uma melhor gestão do tempo e incentivando a criação de hábitos de estudo autónomos.

Durante a sessão, é fornecido ao jovem um documento de apoio com orientações e uma check-list para a construção do seu cronograma semanal. Este documento funciona como uma ferramenta guia, garantindo que todos os elementos importantes sejam incluídos no plano (ex.: horários de estudo, refeições, atividades extracurriculares e lazer).

Como parte da dinâmica desta atividade, é entregue aos jovens um flyer intitulado "Dicas para Gerir Imprevistos e Melhorar a Concentração". Este material apresenta, de forma visual e apelativa, conselhos práticos que reforçam os conceitos trabalhados durante a sessão.

O flyer é composto por:

- Dicas principais: como criar uma lista de prioridades, organizar o espaço de estudo e implementar técnicas de gestão de tempo;
- Sugestões visuais: incluindo imagens e design colorido que chamam à atenção dos jovens e tornam as mensagens mais fáceis de lembrar.

Este material não é apenas uma lembrança das estratégias aprendidas, mas também um recurso que os jovens podem consultar no futuro para melhorar a sua concentração e gestão de imprevistos.

A abordagem utilizada é colaborativa, onde o jovem participa ativamente na criação do plano semanal e adapta-o à sua realidade, com apoio do adulto responsável. Esta dinâmica reforça a autonomia e responsabilidade do jovem no processo de organização do tempo.

No final da atividade, é realizada uma reflexão oral onde o jovem partilha o que aprendeu e como o plano de estudo poderá ajudá-lo a atingir os seus objetivos. A revisão semanal do plano é incentivada, para que sejam feitas as adaptações necessárias conforme as mudanças na rotina do jovem.

Os materiais utilizados na atividade incluem o documento orientador do cronograma e a respetiva check-list, não havendo custos adicionais para a sua implementação. Estes documentos estão disponíveis para consulta no anexo 5 “Oficina II: Rumo ao Sucesso – Cronograma Individual de Estudos”.

A tabela seguinte apresenta o planeamento da atividade desenvolvida no âmbito da Oficina II – Rumo ao Sucesso, nomeadamente os objetivos da atividade, as competências a desenvolver, bem como as estratégias, métodos, técnicas e recursos pedagógicos utilizados na sua concretização.

Tabela 8 - Planeamento da atividade: cronograma individual de estudos

Objetivos da atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Ensinar o jovem a planear e organizar o tempo dedicado aos estudos. • Aumentar a eficiência e produtividade no estudo através de um cronograma estruturado. • Incentivar a criação de hábitos de estudo regulares e autónomos.
Competências a desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão do tempo de forma autónoma. • Capacidade de criar e manter um plano de estudos eficaz. • Assumir responsabilidade pelo cumprimento do cronograma semanal.

Estratégias

Métodos Pedagógicos	Técnicas e Atividades Pedagógicas	Recursos Técnico – Pedagógico
Ativo	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição oral para explicar a importância do planeamento semanal; • Elaboração de um cronograma semanal personalizado com apoio do documento orientador; • Discussão colaborativa para identificar as melhores estratégias de organização; • Entrega e explicação do flyer "Dicas para Gerir Imprevistos e Melhorar a Concentração". 	<ul style="list-style-type: none"> • Documento orientador para a construção do cronograma semanal; • Check-list para organização do plano de estudos. • Papel e caneta para anotações; • Flyer "Dicas para Gerir Imprevistos e Melhorar a Concentração". • Computar com word

Atividade 3: Construir o Futuro - Elaboração de um Currículo Profissional

A atividade de elaboração de um currículo profissional consiste numa sessão prática e orientada, cujo objetivo é ajudar o jovem a criar um documento estruturado que reflita as suas competências, experiências e objetivos profissionais. Esta atividade visa capacitá-lo para futuras candidaturas a estágios, empregos ou programas de formação.

Durante a sessão, é fornecido ao jovem um documento orientador com instruções claras para a construção do seu currículo, assim como um modelo de currículo editável para que ele possa personalizar de acordo com o seu perfil. Para facilitar futuras atualizações, é também entregue uma check-list que servirá como guia para a manutenção regular do documento.

A abordagem utilizada é colaborativa, onde o jovem participa ativamente na identificação das suas competências e experiências, sendo guiado pelo adulto responsável na estruturação do documento. Esta dinâmica permite que ele compreenda a importância de apresentar as suas qualidades de forma objetiva e profissional.

No final da atividade, é realizada uma reflexão oral onde o jovem partilha a sua experiência na elaboração do currículo e discute como este documento o pode ajudar a atingir os seus objetivos futuros. A revisão periódica do currículo é incentivada, garantindo que o jovem o mantenha atualizado ao longo do tempo.

Os materiais utilizados na atividade incluem o documento orientador para a criação do currículo, um modelo editável e a check-list de revisão do currículo. Estes documentos estão disponíveis para consulta no anexo 6 “Oficina II: Rumo ao Sucesso – Elaboração de um Currículo Profissional”

A tabela seguinte apresenta o planeamento da atividade desenvolvida no âmbito da Oficina II – Rumo ao Sucesso, nomeadamente os objetivos da atividade, as competências a desenvolver, bem como as estratégias, métodos, técnicas e recursos pedagógicos utilizados na sua concretização.

Tabela 9 - Planejamento da atividade: elaboração de um currículo

Objetivos da atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Ensinar o jovem a criar um currículo profissional adequado ao seu perfil e área de interesse; • Capacitar o jovem para identificar e destacar as suas competências e experiências; • Preparar o jovem para processos de candidatura a estágios, empregos ou programas de formação.
Competências a desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de autoanálise e identificação de competências; • Conhecimento sobre a estrutura e elementos essenciais de um currículo; • Capacidade de comunicação escrita clara e objetiva.

Estratégias

Métodos Pedagógicos	Técnicas e Atividades Pedagógicas	Recursos Técnico - Pedagógico
Ativo	<p>Exposição oral sobre a importância de um currículo bem estruturado.</p> <p>Exploração de modelos de currículo e identificação dos seus elementos-chave.</p> <p>Construção do currículo com apoio do documento orientador.</p> <p>Discussão orientada sobre boas práticas para apresentação de experiências e competências.</p> <p>Entrega e explicação da check-list "O Meu Currículo Sempre Atualizado"</p>	<p>Documento orientador para a elaboração do currículo.</p> <p>Modelo de currículo editável.</p> <p>Check-list "O Meu Currículo Sempre Atualizado".</p> <p>Computador com software de edição de texto (ex.: Microsoft Word ou Google Docs).</p> <p>Papel e caneta para anotações.</p>

2.3.3. Oficina III – Finanças em Ação: Oficina de Literacia Financeira para Jovens

A Oficina III – Finanças em Ação foi desenvolvida para dotar os jovens de competências essenciais de literacia financeira, permitindo-lhes gerir melhor o seu dinheiro e tomar decisões informadas sobre o futuro. Compreender como controlar despesas, criar um orçamento e interagir com instituições bancárias é fundamental para promover a sua autonomia e segurança financeira.

Para alcançar este objetivo, a oficina inclui três atividades interativas e práticas, que guiam os jovens desde a gestão simples do seu dinheiro, passando pela criação de um orçamento mensal, até à interação com um banco para a abertura de conta e gestão financeira.

A abordagem adotada é prática e participativa, com simulações, exercícios reais e um contacto direto com o mundo financeiro, permitindo que os jovens desenvolvam hábitos financeiros saudáveis e compreendam a importância do planeamento financeiro na sua vida futura. Além disso, são disponibilizados recursos técnico-pedagógicos, como modelos de registo de despesas, apresentações interativas e materiais explicativos, que os jovens poderão consultar sempre que precisarem de apoio.

Para tal, são realizadas três atividades cujo tema se relaciona com o tema primordial “Finanças”. Neste sentido, apresenta-se a Tabela 10 “Oficina III: Finanças em ação – atividades e participantes” onde consta a designação de cada atividade e o número de participantes.

Tabela 10 - Oficina III: Finanças em Ação - atividades e participantes

Atividade	Nº Participantes
Atividade 1: Orçamento Pessoal: Como Gerir o Teu Dinheiro	12
Atividade 2: Simula o Teu Orçamento Mensal: Aprende a Planear as Tuas Finanças	6
Atividade 3: Do Dinheiro ao Banco: Como Abrir uma Conta e Fazer a Sua Gestão	5

Nas secções seguintes, são apresentadas detalhadamente as três atividades que compõem esta oficina, destacando os seus objetivos, metodologias e impacto no desenvolvimento financeiro dos jovens.

Atividade 1: Orçamento Pessoal: Como Gerir o Teu Dinheiro

A atividade "Orçamento Pessoal: Como Gerir o Teu Dinheiro" tem como principal objetivo capacitar os jovens para a gestão eficaz das suas finanças pessoais, através do registo e organização das suas receitas e despesas. A literacia financeira desempenha um papel fundamental na promoção da autonomia e responsabilidade financeira, incentivando a adoção de hábitos sustentáveis de planeamento e poupança.

A sessão inicia-se com uma exposição teórica sobre a importância da elaboração de um orçamento pessoal, recorrendo a exemplos práticos do quotidiano para facilitar a compreensão. Posteriormente, os jovens são convidados a preencher uma Grelha de Registo de Entrada e Saída de Dinheiro, onde realizam uma simulação mensal das suas receitas e despesas. Esta dinâmica permite uma análise reflexiva sobre os seus hábitos de consumo, promovendo a identificação de estratégias para otimizar a gestão financeira e evitar desperdícios.

No final da atividade, os participantes recebem um Guia Prático, que contém orientações para a manutenção e atualização do orçamento pessoal, bem como um Flyer Resumo, que sintetiza as principais recomendações para uma gestão financeira equilibrada. Estes materiais complementares permitem que os jovens apliquem os conhecimentos adquiridos de forma autónoma, contribuindo para a consolidação das aprendizagens.

A capacitação para a gestão financeira desde a juventude constitui um fator determinante para a autonomia e estabilidade económica a longo prazo. Assim, esta atividade pretende fomentar competências financeiras essenciais, promovendo a tomada de decisões informadas e a adoção de práticas responsáveis na utilização dos recursos financeiros.

No anexo 7 “Oficina III: Finanças em Ação – Como Gerir o Teu Dinheiro” consta os recursos técnicos pedagógicos utilizados na atividade.

A tabela seguinte apresenta o planeamento da atividade desenvolvida no âmbito da Oficina III – Finanças em Ação, nomeadamente os objetivos da atividade, as competências a desenvolver, bem como as estratégias, métodos, técnicas e recursos pedagógicos utilizados na sua concretização.

Tabela 11 - Planeamento da atividade: como gerir o teu dinheiro

Objetivos da atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o conceito de orçamento pessoal e a sua relevância na gestão financeira individual; • Desenvolver hábitos de controlo financeiro, promovendo a autonomia e a responsabilidade na utilização dos recursos monetários; • Aprender a registar receitas e despesas, adquirindo competências para planear e gerir um orçamento de forma eficaz.
Competências a desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade na gestão financeira pessoal; • Capacidade de planear e gerir recursos financeiros de forma consciente e estruturada; • Tomada de decisão informada no contexto da organização e controlo financeiro.

Estratégias

Métodos Pedagógicos	Técnicas e Atividades Pedagógicas	Recursos Técnico - Pedagógico
Expositivo Interrogativo Ativo	Exposição dialogada Estudo de caso/situações práticas Brainstorming Reflexão orientada	<ul style="list-style-type: none"> • Grelha de Registo de Entrada e Saída de Dinheiro; • Guia Prático para os Jovens; • Flyer "Dicas para Gerir o Teu Dinheiro"; • Papel e canetas para anotações individuais.

Atividade 2: Simula o Teu Orçamento Mensal: Aprende a Planear as Tuas Finanças

A atividade "Simula o Teu Orçamento Mensal: Aprende a Planear as Tuas Finanças" tem como finalidade promover, junto dos jovens, a compreensão dos princípios fundamentais da gestão financeira pessoal, nomeadamente a elaboração de um orçamento mensal. Através de uma abordagem prática e participativa, esta atividade visa desenvolver competências essenciais como o planeamento, a organização de recursos e a tomada de decisão informada, preparando os jovens para a futura autonomia financeira.

A sessão tem início com a apresentação de um caso prático, ilustrado através de um suporte visual (apresentação em PowerPoint), onde se expõe a situação de uma jovem adulta – a Matilde – que recebe o Salário Mínimo Nacional e enfrenta um

conjunto de despesas mensais. A partir deste cenário realista, os jovens são convidados a identificar e classificar os diferentes tipos de despesas, distinguindo entre despesas fixas e variáveis, e a refletir sobre as suas implicações na gestão do orçamento.

Seguidamente, os participantes são desafiados a construir uma proposta de orçamento mensal para a Matilde, aplicando os conhecimentos adquiridos e ponderando prioridades e escolhas financeiras. Esta simulação prática permite aos jovens explorar diferentes formas de organização do rendimento, experimentar estratégias de poupança e avaliar o impacto das decisões financeiras no equilíbrio do orçamento.

A atividade culmina com uma reflexão orientada sobre a importância do planeamento financeiro e o impacto de hábitos de consumo conscientes no bem-estar pessoal e económico. Como complemento, os participantes recebem um flyer resumo com dicas práticas para o planeamento do orçamento mensal, que reforça os conceitos abordados na sessão e serve de apoio à sua aplicação futura de forma autónoma.

No anexo 8 “Oficina III: Finanças em Ação – Simula o Teu Orçamento Mensal” constam os recursos técnicos pedagógicos utilizados na atividade, nomeadamente a apresentação em PowerPoint, com um caso prático, a grelha modelo de orçamento mensal e o flyer resumo entregue aos participantes.

A tabela seguinte apresenta o planeamento da atividade desenvolvida no âmbito da Oficina III – Finanças em Ação, nomeadamente os objetivos da atividade, as competências a desenvolver, bem como as estratégias, métodos, técnicas e recursos pedagógicos utilizados na sua concretização.

Tabela 12 - Planeamento da atividade: simula o teu orçamento mensal

Objetivos da atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os princípios básicos de um orçamento mensal e a sua importância na organização financeira pessoal; • Identificar e diferenciar despesas fixas e variáveis no contexto de uma simulação realista; • Desenvolver competências de planeamento e tomada de decisão financeira através da construção de um orçamento mensal.
Competências a desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de planear e gerir recursos financeiros de forma responsável; • Capacidade de decisão informada face a diferentes cenários financeiros; • Desenvolvimento do pensamento crítico na avaliação de necessidades e prioridades financeiras.

Estratégias

Métodos Pedagógicos	Técnicas e Atividades Pedagógicas	Recursos Técnico - Pedagógico
Expositivo Interrogativo Ativo	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de caso prático (PowerPoint com o cenário da Matilde); • Discussão orientada (perguntas guiadas sobre as escolhas financeiras); • Simulação prática (criação de um orçamento com base no caso apresentado) 	<ul style="list-style-type: none"> • Computador; • Projetor multimédia; • Apresentação em PowerPoint; • Grelha modelo de orçamento mensal; • Flyer resumo com dicas de planeamento financeiro; • Canetas e folhas de apoio

Atividade 3: Do Dinheiro ao Banco: Como Abrir uma Conta e Fazer a Sua Gestão

A atividade "Do Dinheiro ao Banco: Como Abrir uma Conta e Fazer a Sua Gestão" tem como objetivo principal capacitar os jovens para uma utilização consciente dos serviços bancários, promovendo o conhecimento sobre os procedimentos necessários para abrir uma conta bancária, bem como os cuidados a

ter na sua gestão. Esta ação insere-se numa lógica de desenvolvimento da literacia financeira, sendo particularmente relevante para jovens que se encontram a iniciar o seu percurso de autonomia económica e social.

A sessão tem início com uma apresentação visual em PowerPoint, onde são exploradas diferentes imagens de notas e moedas em circulação em Portugal, bem como apresentados os logótipos de alguns dos principais bancos nacionais, com o intuito de promover o reconhecimento e familiaridade com as instituições bancárias.

Posteriormente, realiza-se uma leitura conjunta e orientada do Guia Prático “Como Abrir uma Conta Bancária”, no qual são explicados os documentos necessários, os diferentes tipos de conta e os eventuais custos associados na utilização de serviços bancários. A sessão é complementada com a apresentação e leitura partilhada de um flyer informativo com dicas essenciais de segurança bancária, elaborado especificamente para reforçar os cuidados a ter no uso de cartões, dados pessoais e aplicações digitais.

A combinação entre abordagem teórica, reflexão partilhada e materiais práticos garante o envolvimento dos jovens, permitindo-lhes adquirir conhecimentos fundamentais para uma gestão bancária responsável e segura. Através da linguagem simples, dos exemplos práticos e da participação ativa, esta atividade pretende desmistificar o funcionamento das instituições bancárias e preparar os jovens para interagir com o sistema financeiro de forma autónoma e informada.

No anexo 9 constam os recursos técnicos pedagógicos utilizados na atividade, nomeadamente a apresentação em PowerPoint, o Guia Prático “Como Abrir uma Conta Bancária” e o flyer resumo com dicas de segurança.

A tabela seguinte apresenta o planeamento da atividade desenvolvida no âmbito da Oficina III – Finanças em Ação, nomeadamente os objetivos da atividade, as competências a desenvolver, bem como as estratégias, métodos, técnicas e recursos pedagógicos utilizados na sua concretização.

Tabela 13 - Planeamento da atividade: como abrir uma conta bancária

Objetivos da atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os procedimentos e requisitos necessários para a abertura de uma conta bancária; • Identificar os principais serviços bancários e reconhecer o papel das instituições financeiras no quotidiano; • Promover atitudes responsáveis e seguras na utilização de serviços bancários, incluindo a gestão de dados e operações digitais. 	
Competências a desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de interpretar e aplicar informação prática sobre os serviços bancários; • Desenvolvimento da autonomia na gestão de contas e operações básicas; • Consciência crítica e responsável sobre a segurança financeira e proteção de dados pessoais. 	
Estratégias		
Métodos Pedagógicos	Técnicas e Atividades Pedagógicas	Recursos Técnico - Pedagógico
Expositivo Interrogativo Ativo	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação visual (PowerPoint) • Reflexão em grupo: (pergunta-reflexão: “É importante ter conta bancária?”); • Leitura e discussão do Guia Prático: “Como Abrir uma Conta Bancária” e do flyer com dicas de segurança. 	<ul style="list-style-type: none"> • Computador; • Projetor multimédia; • Apresentação em formato PowerPoint; • Guia Prático “Como Abrir uma Conta Bancária”; • Flyer “Dicas de Segurança Bancária”; • Canetas e folhas de apoio

2.4. Análise e Discussão dos Resultados da Avaliação do Projeto de Intervenção

A avaliação constitui uma dimensão essencial de qualquer processo de intervenção social, assumindo-se como um mecanismo estruturado de reflexão crítica sobre os objetivos definidos, as estratégias implementadas e os efeitos produzidos.

Mais do que uma etapa final, a avaliação deve ser compreendida como um processo transversal e contínuo, que acompanha todas as fases da intervenção, desde o diagnóstico inicial até à análise dos impactos obtidos. Através deste exercício reflexivo, torna-se possível identificar pontos fortes e fragilidades da ação desenvolvida, permitindo reorientar práticas, consolidar sucessos e introduzir melhorias com base em evidências. (Serrano, 2014)

No presente projeto de intervenção, a avaliação adotou uma abordagem qualitativa, por se considerar mais adequada à complexidade do contexto institucional e à natureza das competências visadas. A análise qualitativa privilegia a compreensão aprofundada das experiências dos sujeitos e dos efeitos subjetivos da intervenção, indo além da mera quantificação de resultados. Esta opção metodológica procurou valorizar os significados atribuídos pelos intervenientes e captar as dinâmicas de mudança de forma contextualizada e interpretativa. (Serrano, 2014)

Desta forma, a avaliação do projeto de intervenção constitui uma etapa crucial no processo de compreensão da sua eficácia, relevância e impacto real na vida dos jovens acolhidos. Para a análise dos resultados do presente projeto de intervenção, foi utilizado o instrumento metodológico: a análise documental.

A análise documental centrou-se na leitura crítica e sistemática dos relatórios sociais dos jovens acolhidos (S1 a S21), documentos institucionais internos que reúnem informação estruturada sobre diferentes áreas da vida dos sujeitos, nomeadamente educação, saúde, comportamento, relações familiares, percurso institucional e objetivos delineados no âmbito dos respetivos projetos de vida. Importa referir que os relatórios analisados foram elaborados ao longo do período de 2023, permitindo uma leitura contextualizada e contemporânea dos efeitos da intervenção. Desta forma, a leitura crítica destes relatórios permitiu identificar indicadores de evolução pessoal e social ao longo do tempo, em coerência com os objetivos delineados nas oficinas temáticas.

Os dados recolhidos evidenciam um impacto globalmente positivo do projeto, refletido em múltiplos indicadores de progresso. A análise documental revelou melhorias significativas nos domínios da autonomia pessoal, da integração escolar e profissional, bem como da capacitação para a vida adulta.

Jovens como S1, S7, S8, S11, S12, S13 e S19 transitaram com sucesso de ano letivo e demonstraram uma evolução positiva na assiduidade, empenho e organização das suas rotinas escolares, refletindo a consolidação de hábitos de estudo promovidos nas atividades das oficinas.

S1 – “(...) Ano letivo 2022/2023: (...) transitou para o 11º ano no curso profissional (...) na Escola Básica e Secundária de (...).”

S7 – “(...) A avaliação em curso profissional é realizada por módulos e (...) transitou, até o momento, a todos os módulos lecionados.”

S8 – “(...) transitou para o 10º ano.”

S11 – “(...) todo o seu percurso escolar (...) usufrui de medidas de promoção à inclusão e à aprendizagem de caráter adicional, estipuladas no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. (...) foi notória a evolução e desenvolvimento de competências, nas mais diversificadas áreas (...).”

S12 – “(...) continua a usufruir de medidas universais de suporte à aprendizagem (...). (...) perfil mais responsável e com uma maior importância da necessidade de manter uma boa postura e comportamento e assim atingir bons resultados (...).”

S13 – “Na apreciação global os professores mencionam: “A observação do aluno em contextos diferenciados apresenta resultados positivos quanto às tarefas propostas de um para um. Na intervenção em grupo o aluno, por vezes apresenta mais dificuldades de concentração e os seus comportamentos adaptativos encontram-se ainda demasiado comprometidos o que impede o seu bom desempenho. No entanto verifica-se que o aluno apresenta boas potencialidades de desenvolvimento quer ao nível do comportamento, quer ainda ao nível das aprendizagens cognitivas/significativas” (...).”

S19 – “(...) terminou o 12º ano, ficando com certificado de Ensino Secundário (com média de 12 valores) e a certificação profissional de (...).”

Este progresso académico, é indicativo da pertinência das ações de reforço educativo e planeamento individual, conforme defendido no artigo 4.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que estabelece como finalidade primordial da intervenção a promoção dos direitos da criança e do jovem e o seu desenvolvimento integral num ambiente seguro e propício ao seu bem-estar.

No plano ocupacional e da inserção no mercado de trabalho, diversos jovens iniciaram percursos formativos e experiências laborais que denotam um avanço significativo no seu processo de autonomização. S1, S6, S7, S17 e S20 integraram estágios curriculares ou profissionais, estando alguns destes jovens no ano em questão envolvidos em atividades laborais remuneradas, ainda que em regime parcial (part-time).

S1 – “No mês de junho realizou o estágio curricular no restaurante (...), no qual obteve um bom desempenho.”

S6 – “Em maio de 2023 iniciou funções na (...), em regime part-time. Realiza um total de 36 horas semanais e possui um horário rotativo e que não coincide com o horário letivo. (...).”

S7 – “Para além das disciplinas teóricas, (...) tem também disciplinas práticas, como é o caso da disciplina “SRB – Serviço Restaurante Bar”. Nesta disciplina, são realizados serviços apoiados por entidades parceiras e acompanhados pelos respetivos Professores. Assim, nestes serviços os alunos colocam em prática os ensinamentos das aulas.”

S17 – “(...) iniciou atividade profissional na empresa (...), situada em (...). Trata-se de uma loja de programação informática.”

S20 – “A 1 de Junho de 2023 (...) iniciou a atividade laboral na loja (...), situada no (...). Trabalha em regime part-time e com folgas e horários rotativas.”

Estas experiências são particularmente relevantes, uma vez que permitem aos jovens desenvolver competências práticas, reforçar o sentido de responsabilidade e estabelecer um contacto concreto com as exigências do mundo do trabalho, indo ao encontro dos princípios estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, que reforça a importância da capacitação para a autonomia e para a integração social e comunitária de jovens em acolhimento residencial, promovendo o seu envolvimento em atividades formativas e de iniciação à vida ativa.

Importa sublinhar que alguns jovens evidenciaram avanços notáveis na área da literacia financeira. Os casos de S6, S17 e S20 merecem destaque, tendo sido referida, nos respetivos relatórios, a abertura de conta bancária e o início da gestão autónoma dos seus rendimentos. Esta evolução demonstra a aplicabilidade prática dos conteúdos abordados na oficina de literacia financeira, refletindo uma apropriação efetiva de competências fundamentais para uma vida adulta responsável e independente.

S6 – “(...) possui uma conta bancária, onde recebe o seu ordenado.”

S17 – “(...) possui uma conta bancária, onde recebe o seu ordenado e as pensões que ofere.”

S20 – “(...) possui uma conta bancária, onde recebe o seu ordenado.”

Este tipo de capacitação orientado para a aquisição de competências funcionais e adaptativas, está em consonância com o disposto no artigo 3º, nº1, alínea d) do

Decreto-Lei nº164/2019, de 25 de outubro, que estabelece como um dos objetivos do acolhimento residencial a “Aquisição de competências destinadas à sua valorização pessoal, social, escolar e profissional;”.

No que diz respeito à autonomia pessoal, os relatórios sociais sublinham melhorias significativas na capacidade de gestão da higiene pessoal, na organização de rotinas e na adoção de hábitos de vida mais saudáveis, através, por exemplo, da participação em atividades extracurriculares. Jovens como S1, S6, S8, S11, S12, S19 e S20 revelam ganhos em termos de responsabilização pelas tarefas quotidianas, envolvimento em atividades promotoras do bem-estar físico e emocional, e maior consciência sobre os cuidados com a saúde.

S1 – “Durante o ano letivo 2022/2023 (...) frequentou as aulas de pilates,”

S6 – “(...) jovem saudável, mantendo os acompanhamentos médicos regulares (...)” “(...) cuida do seu quarto e contribui com sugestões e ideias para a decoração da casa.”

S8 – “Durante o ano letivo 2022/2023 (...) frequentou as atividades de natação na piscina (...) e futebol na equipa (...)”

S11 – “(...) continua a frequentar as aulas de Natação (...)”

S12 – “(...) frequenta o desporto escolar (...)”

S19 – “(...) gosta de fazer trabalhos práticos como desmontar e montar móveis, decorar e organizar os espaços comuns (...)”

S20 – “É um jovem saudável. (...) frequência no ginásio (...)”

Conforme preconizado no artigo 4.º, alínea a), da Lei de Proteção de Crianças e Jovens (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), que estabelece o princípio do interesse superior da criança e do jovem e o respeito pela sua autonomia progressiva.

Paralelamente, foi possível identificar um reforço da autoestima e da capacidade de expressão entre os jovens. As intervenções pedagógicas e os espaços de participação ativa promovidos pelo projeto parecem ter contribuído para a valorização das opiniões dos sujeitos, o fortalecimento da sua identidade pessoal e o desenvolvimento de competências relacionais, conforme evidenciado nos relatos técnicos de jovens como S6, S11, S14, S16, S19, S20.

S6 – “jovem sociável e mantém um bom relacionamento com todos os elementos da Casa (...)”

S11 – “(...) tendo desenvolvido rotinas bem definidas e estabelecido relações de proximidade com as outras crianças e jovens (...)”

S14 – “(...) respeita as regras de funcionamento (...) sabe comportar-se

corretamente e mantém uma boa relação interpessoal com o grupo de pares (...).”

S16 – “(...) grande evolução (...) a todos os níveis. (...) está muito mais calmo, tem tido um grande desenvolvimento na sua capacidade de comunicação (...) encontra-se cada vez mais autónomo (...). (...) criança muito afetuosa, procura muitas vezes os adultos e os pares por quem tem preferência (...) Conseguir acompanhar todos e integra-se nas atividades de forma entusiasmada (...).”

S19 – “(...) demonstra-se prestável e preocupado com as pessoas (...).”

S20 – “É (...) sociável (...) mantém uma boa relação com todas as restantes crianças e jovens (...). (...) mantém uma postura assertiva, é colaborativo e educado e participando nas tarefas propostas com dedicação, contribuindo para uma boa relação com todos (...).”

Estas práticas encontram sustentação legal na alínea j), do artigo 4.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que consagra o direito das crianças e jovens a serem ouvidos e a participarem ativamente nas decisões que lhes digam respeito, reforçando a sua identidade e expressão pessoal. Paralelamente, estão em consonância com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, ao reconhecer como objetivo do acolhimento residencial a “aquisição de competências destinadas à valorização pessoal, social, escolar e profissional”, promovendo uma intervenção centrada no desenvolvimento integral dos jovens.

De salientar, ainda, que os efeitos positivos do projeto não se circunscrevem apenas aos jovens com projeto de vida centrado na autonomização. Também aqueles cuja perspetiva futura passa por respostas alternativas, como o acolhimento permanente ou a reintegração familiar, beneficiaram das atividades desenvolvidas. A aquisição de competências pessoais, sociais e funcionais é transversal a todos os percursos, potenciando a qualidade de vida e o bem-estar psicossocial dos jovens, independentemente do seu destino final.

A diversidade etária do grupo (compreendendo desde crianças em idade escolar até jovens em transição para a vida adulta) representou um desafio adicional na conceção e implementação das atividades. Contudo, a estrutura modular do projeto permitiu uma adaptação flexível dos conteúdos, assegurando que todos os participantes pudessem acompanhar e beneficiar das dinâmicas propostas, de forma diferenciada e ajustada ao seu estágio de desenvolvimento, em consonância com os princípios de execução do acolhimento residencial. Estes princípios incluem a

individualização de cuidados, a normalização do cotidiano, e a participação ativa da criança ou jovem na definição e implementação do seu projeto, conforme estabelecido no artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro. Adicionalmente, o artigo 3.º, alínea e) reforça a necessidade de promover “condições que favoreçam a construção da identidade e a integração da história de vida de cada jovem”.

Em suma, a análise dos dados recolhidos demonstra que o projeto teve um impacto significativo e positivo no processo de capacitação dos jovens institucionalizados. A abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento de competências práticas, aliada à articulação com as necessidades reais diagnosticadas, revelou-se eficaz na promoção da autonomia, na preparação para a vida ativa e na construção de trajetórias de maior autodeterminação. Estes resultados reforçam a pertinência da intervenção proposta, validando a sua continuidade e replicabilidade noutros contextos institucionais com características semelhantes, em alinhamento com os princípios orientadores da política pública de proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro e Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As presentes considerações finais encerram um percurso de investigação e intervenção realizado em contexto de acolhimento residencial, com foco no desenvolvimento de competências para a autonomia de jovens institucionalizados. A partir de um diagnóstico aprofundado das necessidades da população acolhida, sustentado pela análise dos relatórios CASA, pela observação direta e pela análise documental, foi possível desenhar e implementar um projeto centrado na capacitação dos jovens para os desafios da vida adulta.

O projeto “Caminhos para a Vida Autônoma” concretizou-se através de três oficinas temáticas, direcionadas para áreas-chave do quotidiano juvenil: a saúde e o bem-estar, a organização educativa e profissional, e a literacia financeira. As atividades desenvolvidas ao longo deste processo evidenciaram-se como oportunidades de aprendizagem significativa, reforçando hábitos de vida saudáveis, estratégias de estudo, competências para a inserção no mercado de trabalho, e uma maior consciência na gestão de recursos pessoais.

A avaliação qualitativa realizada, com base na análise dos relatórios sociais, confirmou o impacto positivo das oficinas, demonstrando progressos visíveis nos percursos dos jovens. Foram registados exemplos concretos de transições escolares bem-sucedidas, início de experiências/ atividades laborais e aquisição de competências práticas alinhadas com os objetivos propostos. Estes resultados não apenas validam a pertinência do projeto, como revelam a relevância da intervenção socioeducativa estruturada e orientada para a autonomia progressiva.

No entanto, apesar dos resultados positivos alcançados, importa reconhecer algumas limitações do presente projeto de investigação-intervenção. A diversidade de rotinas dos jovens institucionalizados, nomeadamente os horários escolares, visitas familiares e participação em atividades extracurriculares, dificultou a sua reunião simultânea para a realização das oficinas, exigindo uma gestão flexível do tempo e dos recursos disponíveis. Paralelamente, as diferenças etárias e os distintos níveis de desenvolvimento cognitivo e competências dos participantes impuseram a necessidade de um planeamento cuidadoso das atividades, assegurando que o grau de exigência e de complexidade das mesmas fosse ajustado às capacidades de todos. Esta adaptação pedagógica visou garantir uma participação equitativa e a plena compreensão por parte de cada jovem, promovendo uma aprendizagem significativa e inclusiva.

Neste processo, destaca-se de forma clara o papel importante do Educador Social. A sua presença constante, mediadora e promotora de desenvolvimento, assume um valor inestimável na construção de vínculos significativos e no acompanhamento personalizado a cada jovem. O Educador Social revela-se, assim, como um agente de capacitação, facilitador da autonomia e defensor dos direitos dos jovens em acolhimento, posicionando-se crucial na intervenção socioeducativa.

Este trabalho não se encerra a si mesmo. As evidências recolhidas apontam para a necessidade de continuidade e consolidação de práticas que promovam a autonomia progressiva, respeitando os ritmos individuais e contextos específicos de cada jovem. De igual modo, reforça-se a importância de investir em estratégias de formação, supervisão e valorização dos profissionais que operam no sistema de acolhimento, com destaque para os educadores sociais enquanto pilares de uma intervenção humanizada, qualificada e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças e jovens.

Em suma, esta tese procurou não apenas contribuir para o conhecimento científico sobre a intervenção em acolhimento residencial, mas também gerar impacto prático num contexto real de vulnerabilidade. Considera-se que, através de projetos como este, se abrem caminhos efetivos para a construção de vidas mais autónomas, dignas e participadas por parte de jovens cuja história se cruza com o sistema de proteção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, J. C. (2022). *Do acolhimento residencial para o mundo exterior: que desafios no processo de autonomização*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto). Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/41396/1/JoanaAlves.pdf>

Antunes, M. C. P., & Correia, L. F. L. (2016). Educar para a autonomia de vida: uma intervenção com crianças/ jovens institucionalizados. *Atas do XIII Congresso SPCE 2016 – Cidadania, Formação e Trabalho*, 276-282. <https://hdl.handle.net/1822/51214>

Azevedo, S., & Correia, F. (2013). A Educação Social em Portugal: evolução da identidade profissional. *Revista de Educación Social*, (17). https://www.eduso.net/res/pdf/17/ascport_res_17.pdf

Azevedo, S. (2011). *Técnicos superiores de Educação Social: Necessidade e pertinência de um estatuto profissional*. Fronteira do Caos.

Canastra, F., & Malheiro, M. (2008). O perfil profissional do educador especializado (social) – uma leitura sócio-histórica. *Cadernos de Pedagogia Social*, (2), 61–80. <https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2008.1925>

Capucha, L., Castro, J., & Ferreira, J. M. L. (2023). Uma análise histórica do sistema português de proteção à infância: Que lições para o futuro? *Sociologia, Problemas e Práticas*, (102), 59–78. <https://journals.openedition.org/spp/12433>

Carvalho, M. J. L., & Salgueiro, A. (2018). *Pensar o acolhimento residencial de crianças e jovens*. https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2021/05/51Est_Crianças_Jovens_em_Risco_Pensar_Acolhimento.pdf

Casa Pia. (2022). *Relatório de atividades e contas 2021*. https://casapia.pt/wp-content/uploads/2023/03/rac_2021.pdf

Casa Pia. (2023). *Acolhimento residencial de crianças e jovens: boas práticas*. https://casapia.pt/wp-content/uploads/2023/12/manual_boas_praticas_AR_CPL_2023.pdf

CID & Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social (2005). *Manual de boas práticas: um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*.

<https://servicosocial.pt/wp-content/uploads/2015/07/Manual-de-Boas-Pr%C3%A1ticas-Acolhimento-Residencial-das-Crian%C3%A7as-e-Jovens.pdf>

CNPDPJCJ (s/d). *Estratégia nacional para os direitos da criança*. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. <https://www.cnpdpjcj.gov.pt/estrategia-nacional-para-os-direitos-da-crianca>

CNPDPJCJ (2021). *Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ 2020*. <file:///C:/Users/HP/Downloads/Relat%C3%B3rio%20Anual%20da%20Atividade%20das%20CPCJ%20do%20ano%202020.pdf>

CNPDPJCJ. (2022). *Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ 2021*.

[file:///C:/Users/HP/Downloads/Relat%C3%B3rio%20Anual%20da%20Atividade%20das%20CPCJ%20do%20ano%202021%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/Relat%C3%B3rio%20Anual%20da%20Atividade%20das%20CPCJ%20do%20ano%202021%20(5).pdf)

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. (2006). *Guia de orientações para os profissionais da educação na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/_guias_guiia_educacao.pdf

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. (s/d). *Guia de orientações para os profissionais das forças de segurança na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo*.

<https://www.cnpdpjcj.gov.pt/documents/10182/14801/Guia+de+orienta%C3%A7%C3%B5es+para+profissionais+das+For%C3%A7as+de+Seguran%C3%A7a/25fba6bf-258c-48db-88a5-5752c5992363>

Decreto-Lei nº 164/2019, de 25 de outubro. Diário da República, série I de 2019-10-25, nº 206/2019. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/164-2019-125692191>

Departamento de Desenvolvimento Social - Unidade de Infância e Juventude (2022). *CASA 2021 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. https://www.segocial.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA_2021/d6eafa7c-5fc7-43fc-bf1d-4afb79ea8f30

Departamento de Desenvolvimento Social - Unidade de Infância e Juventude (2023). *CASA 2022 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA+2022/c1d7359c-0c75-4aae-b916-3980070d4471>

Departamento de Desenvolvimento Social | Unidade de Infância e Juventude (2019). *Guia de procedimentos para a articulação técnica na preparação da criança para a adoção*. <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/Guia+de+procedimentos+Procedimentos+para+a+Prepara%C3%A7%C3%A3o+da+crian%C3%A7a+para+Ado%C3%A7%C3%A3o.pdf/fa9bc8ea-e0ec-42e5-ad04-696804603283>

Dias, C. I. A. (2022). *O modus operandi do gestor de caso: a intervenção ao nível da promoção e proteção de crianças e jovens em CPCJ*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto). Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/40906>

Fernandes, B. R. N. (2021). *Acolhimento residencial: construção e execução do projeto de promoção e proteção*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo). Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/41223/1/Berto%20Fernandes.pdf>

Fonseca, D. & Tomás, C. (2004). Crianças em perigo: o papel das comissões de proteção de menores em Portugal. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 47(2), 383-408. <https://www.redalyc.org/pdf/218/21847207.pdf>

Lei nº 147/99, de 1 de setembro. Diário da República, série I-A, nº 204/1999. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/147-1999-581619>

Mota, C. P. (2021). *Crianças, jovens e cuidadores no acolhimento residencial: a vivência de quem cuida e de quem quer ser cuidado*. Edições Sílabo.

Organização das Nações Unidas. (2010). *Diretrizes das Nações Unidas para o cuidado alternativo de crianças*. <https://bettercarenetwork.org/sites/default/files/2021-04/DIRECTRIZES%20PARA%20CUIDADOS%20ALTERNATIVOS-NAC%CC%A7O%CC%83ES%20UNIDAS.docx.pdf>

Peixoto, C. S., & Oliveira, M. S. (2021). *Acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo: conceitos, práticas e intervenção*. Factor.

Rede Social de Grândola. (2018). *Guia de recursos para a infância e juventude*. <https://www.cmgrandola.pt/cmgrandola/uploads/document/file/4374/guiarecinfanciaprof.pdf>

Rodrigues, S. P. L. A. (2018). *A qualidade do acolhimento residencial em Portugal: avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados*. (Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto). Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/119950>

Rosa, D. F. M. (2021). *Relação entre a satisfação familiar e o bem-estar infantil nas famílias no Algarve* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve). Repositório Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/17668>

Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de projetos sociais: casos práticos*. Porto Editora.

Segurança Social (2023, junho 01). Crianças e jovens em situação de perigo: acolhimento residencial. Segurança Social. <https://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens-em-situacao-de-perigo>

Tavares, A. (2022). *Modelo ecológico de avaliação e intervenção nas situações de risco e perigo na CPCJ Gaia Norte* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto). Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/42714>

Unicef. (s/d). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. https://www.unicef.org/angola/sites/unicef.org.angola/files/2018-05/Convencao%20sobre%20os%20Direitos%20da%20Crianca%20-%20%20Angola_0.pdf

Veiga, S., & Correia, F. (2009). O perfil do Educador Social. *Espaço S*, (3), 56–64. https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/12757/1/Art_Sofia%20Veiga_2009%20%282%29.pdf

ANEXOS

Anexo 1 - O

Oficina I: Juventude Saudável – Higiene Pessoal

Atividade 1 – Ação de Sensibilização sobre Higiene Pessoal: Cuida da Tua Higiene Diária


Oficina I – Juventude Saudável: Manutenção e Cuidados de Saúde

Silvana Franco

Higiene Pessoal ?
Higiene Corporal ?
Higiene Diária ?

Objetivos

- Compreender o conceito de higiene pessoal, diária e corporal;
- Identificar os diferentes hábitos de higiene pessoal e corporal a adotar no dia a dia;
- Compreender as diferentes práticas/ procedimentos associados a cada tipo de hábito de higiene pessoal e corporal.



como? → TOMAR BANHO TODOS OS DIAS

O que não esquecer de fazer no momento do banho

- Limpeza das mãos, dos pés e das unhas
- Lavagem do cabelo
- Limpeza das axilas
- Limpeza dos órgãos genitais
- Colocar a roupa usada para lavar e vestir uma muda de roupa lavada



Higiene Pessoal +
Higiene Diária +
Higiene Corporal =

Dizem respeito a um conjunto de ações diárias que faz com que estejamos menos suscetível a doenças, melhora a nossa aparência e faz-nos sentir melhor

Manter o seu corpo limpo e saudável



como? → LAVAR AS MÃOS REGULARMENTE

Como devemos de lavar as mãos?

Sabiam que ...
Apenas demora cerca de 60 segundos para lavar as mãos corretamente!
É o mesmo tempo que levamos a cantar "Parabéns a você" duas vezes seguidas.



como? → ESCOVAR OS DENTES

- Recomendado-se a escovagem dos dentes pelo menos 2 ou 3 vezes por dia, principalmente após as refeições e antes de dormir;
- Deve-se escovar os dentes entre 2 a 3 minutos;
- Deve ainda usar fio dental e a trena para a escovagem.

SABE LAVAR CORRETAMENTE OS SEUS DENTES?

como? → Adotar a etiqueta respiratória

Medidas de etiqueta respiratória

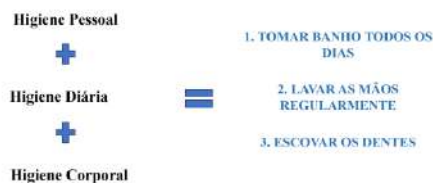
1. Quando tossir ou espirrar, cubra a boca e o nariz, com um lenço de papel ou com o braço, evitando a projeção de gotículas (não use a mão);
2. Após a utilização do lenço descartável, deite-o imediatamente no lixo;
3. Se não tiver um lenço de papel, espirrar ou tossir para a dobra do braço/cotovelo e não para as mãos.

As TOSSIR ou ESPIRRAR não são as máscaras, elas são um dos principais meios de transmissão da doença. Use um **LENÇO DE PAPEL** ou o **ANTEBRAÇO**.

DEITE O LENÇO AO LIXO e LAVAR sempre as mãos a seguir à tosse ou espirrar.

EM CASO DE DÚVIDA, LIGUE: 080 24 24 24

Em jeito de conclusão ...



como? → LAVAR AS MÃOS REGULARMENTE

Quando devemos lavar as mãos?

- Antes de comer ou manusear os alimentos;
- Após ter utilizado a casa-de-banho;
- Após assoar o nariz, tossir ou espirrar;
- Após tocar em animais ou nos seus dejetos;
- Após manusear resíduos;
- Após mudar fraldas;
- Antes e após tocar em docentes ou feridas;
- Antes e após ir de visita a uma enfermaria (ambas as situações também estão disponíveis soluções-alcoólicas para as mãos como alternativa).

Referências Bibliográficas

[Hábitos saudáveis \(m24.org.pt\)](#)
[Lavar as mãos salva vidas – ULS do Timor e Sota \(mms-saude.pt\)](#)

Referências Bibliográficas - Vídeos

Higiene corporal para crianças - Hábitos de higiene - Tomar banho, lavar as mãos e o rosto... (youtuber.com)
 Como lavar as mãos - Lavar as mãos em 10 passos - Higiene de mãos (youtube.com)
 Como usar um tampão tampas, comodidade e sem sentir o (youtube.com)

Referências Bibliográficas – Cartaz Informativo

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&url=https://www.cnb-hortica-p327m/links%2Fpdf/11.php%3F%3D0&sig=AOV_Vw1h0WFK2Z3CSKqTRPKr8&usq=172624362535000&source=images&cd=1&forip=89778498&ved=0CBQjR3uPwoTCODD74HqYgDFQA_AAAAGAAABAI

Atividade

Kahoot!

Muito

Obrigada

pela Vossa atenção!

silvanafranco22@hotmail.com

Anexo 2 – Oficina I: Juventude Saudável – Perigos do Tabaco

Oficina I – Juventude Saudável: Manutenção e Cuidados de Saúde

Silvana Franco



Atividade 2 – Ação de Sensibilização: Perigos do Tabaco

Objetivos

- Compreender o conceito de tabagismo;
- Identificar os impactos/ consequências da substância abordada na saúde física e mental;



**Perigos:
Consumo de
Tabaco**



Tabagismo



É a dependência do consumo de produtos de tabaco.

É causada pela presença de nicotina, uma substância psicoativa (alcaloide) existente nas folhas da planta de tabaco.

Todos os produtos de tabaco são nocivos à saúde e provocam dependência.

Podem ser fumados, chupados, mascarados ou inalados. São exemplos destes produtos:

- Cigarros (produto mais consumido globalmente);
- Tabaco:
 - para cigarros de enrolar;
 - aquecido;
 - para cachimbo;
 - para cachimbo de água (shisha).
- Cigarilhas;
- Charutos;
- Rapé

31 de maio – Dia Mundial Sem Tabaco



Vídeo: Dia Mundial sem Tabaco - Ex-fumadores são vencedores



Quais são as consequências do consumo de tabaco?



Os fumadores têm, em média, **menos 10 anos de vida do que os não fumadores**, pois as substâncias do fumo do tabaco contribuem para desenvolvimento das principais doenças não transmissíveis, com destaque para:

- **Doenças respiratórias**, como a Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC), a bronquite crónica, o agravamento da asma e as infeções respiratórias
- **Doenças cérebro e cardiovasculares**, como a doença cardíaca coronária, o acidente vascular cerebral (AVC), o enfarte agudo do miocárdio ou a hipertensão;
- **Doenças oncológicas**, diferentes tipos de cancro em várias localizações do organismo humano;
- **Diabetes mellitus tipo 2;**
- Diminuição da **fertilidade**
- Redução da **densidade óssea;**
- Risco de **cegueira** por degenerescência macular;
- Fumar **diminui a imunidade**, aumentando o risco de infeções respiratórias e de morte por tuberculose;
- Problemas de saúde oral: **mau hálito**, doença periodontal e **dentes amarelados;**
- Dedos e unhas amareladas;
- **Pele seca** e com mais rugas;
- Enfraquecimento e **queda de cabelo;**
- Aumento do **cansaço** e diminuição da capacidade física.

Sabias que o
TABACO....

- É a maior **causa de morte** evitável no mundo - só em Portugal é diretamente responsável por mais de 12 mil mortes por ano
- **Principal** fator para o aparecimento de **Cancro**
- Contribui para a morte anual de mais de **8 milhões** de pessoas em todo o mundo. Em Portugal, em 2019, estima-se que o tabaco tenha contribuído para a morte de mais de 13 mil pessoas, das quais cerca de 1700 por exposição ao fumo passivo.



Atividade: Sopa de Letras

- Vais procurar na sopa de letras as 6 palavras associadas ao consumo de tabaco e a uma vida sem fumo.
- Atenção: existem palavras na vertical, horizontal e diagonal. Diverte-te!



Muito

Obrigada

pela Vossa atenção!

Referências Bibliográficas

[Tabagismo \(sns24.gov.pt\)](http://sns24.gov.pt)

[Tabaco: porque faz mal e como deixá-lo | CUF](#)

[3. Tabagismo: caderno de atividades lúdicas - Tabagismo | Prevenção primária do cancro - 1º CEB : Liga Portuguesa Contra o Cancro \(ligacontracancro.pt\)](#)

[AP AtividadesLúdicas_Tabagismo_Alt3 \(ligacontracancro.pt\)](#)

Referências Bibliográficas - Vídeos

[Dia Mundial Sem Tabaco - Ex-fumantes são vencedores - YouTube](#)

Referências Bibliográficas – Cartaz Informativo

<https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.cm-boticas.pt%2Fnoticias%2Fdefault.php%3Fid%3DhK&psig=A0vVaw1hdWFk2Z3CSKfgT8PIGg8d&ust=1726245025850000&source=images&cd=vfc&opi=89978449&ved=0CBQJjRxqFwoTCODD74HqvYgDFQAAAAAdAAAAABAJ>

Oficina I – Juventude Saudável: Manutenção e Cuidados de Saúde

Ação de Sensibilização: Perigos do Tabaco

Procura na sopa de letras as 6 palavras associadas ao consumo de tabaco e a uma vida com fumo.
Atenção: existem palavras na vertical, horizontal e diagonal. Diverte-te!



(Versão 1)

Oficina I – Juventude Saudável: Manutenção e Cuidados de Saúde

Ação de Sensibilização: Perigos do Tabaco

Procura na sopa de letras as 6 palavras associadas ao consumo de tabaco e a uma vida sem fumo.
Atenção: existem palavras na vertical, horizontal e diagonal. Diverte-te!



(Versão 2)

Anexo 3 – Oficina I: Juventude Saudável – Alimentação Saudável

Oficina I – Juventude Saudável: Manutenção e Cuidados de Saúde

Silvana Franco

Atividade 3 – Ação de Sensibilização: Recomendações para uma alimentação saudável

Objetivos



- Reconhecer os benefícios a curto e a longo prazo de uma alimentação equilibrada e saudável;
- Compreender os grupos alimentares, as suas funções e a importância de uma alimentação equilibrada e saudável;
- Fornecer ferramentas práticas para a adoção de hábitos alimentares saudáveis.



Alimentação Saudável?



O que é a alimentação saudável?

A alimentação saudável pressupõe que esta deva ser **completa, variada e equilibrada**, proporcionando a energia adequada e o bem-estar físico ao longo do dia.

Alimentos ricos em fibra como produtos hortícolas, frutos, cereais e leguminosas, vitaminas, sais minerais e com baixo teor de gordura devem ser os “alimentos base” do quotidiano para uma alimentação saudável.



Roda dos Alimentos

Roda dos alimentos: o que é?

A **Roda dos Alimentos** é o guia que nos **ajuda a escolher e a combinar os alimentos** que devem fazer parte da nossa **alimentação diária**.

Este guia em forma de círculo encontra-se dividido em diferentes segmentos – **Grupos de alimentos** – que **agrupam alimentos com características semelhantes** quanto à sua **composição nutricional**.

São ao **todo 7 grupos de alimentos**.

Os Grupos de alimentos apresentam **diferentes dimensões**, identificando os **grupos que devem estar presentes em maior quantidade na nossa alimentação** (grupos de maior dimensão) e os **grupos que devem estar presentes em menor quantidade** (grupos de menor dimensão).



1 Alimentação completa

Refeições diárias: recomendações

Os alimentos devem distribuir-se ao longo do dia, por **5 a 6 refeições diárias**, em intervalos regulares.

Refeição Principal: pequeno-almoço

leite, acompanhado de pão ou cereais e fruta (deve ser feito na primeira hora após o acordar)



Meio da manhã

refeição pequena por exemplo pão e uma peça de fruta



Atenção: deve-se evitar estar mais de 3 horas seguidas sem comer

Refeições diárias: recomendações

Os alimentos devem distribuir-se ao longo do dia, por **5 a 6 refeições diárias**, em intervalos regulares.

Refeições principais: almoço e jantar

- Sopa de legumes;
- Prato com proteína: carne e/ ou peixe (o ovo pode ser utilizado como substituto), acompanhado de arroz, batata ou massa;
- Legumes;
- Sobremesa, deve ser preferencialmente, fruta.



Meio da tarde

Merenda com leite ou derivados (por exemplo, iogurte) e pão.



Ceia

- Chá de tilia;
- 4 bolachas de água e sal redondas



Atenção: **A ingestão de água ao longo do dia é essencial.** A água é a bebida mais adequada.





Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Quantas refeições devemos fazer por dia?

3 refeições principais e 2 ou 3 lanches	1 refeição principal e 6 lanches
4 refeições principais e 2 lanches	2 refeições principais e 4 lanches

Pergunta 1 de 16

Próximo

Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

A Roda dos Alimentos é constituída por quantos grupos?

- 3 grupos
- 5 grupos
- 4 grupos
- 6 grupos

Pergunta 2 de 16



Próximo

Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Qual a refeição mais importante do dia?

- Pequeno almoço
- Jantar
- Almoço
- Teatros

Pergunta 3 de 16



Próximo

Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Qual a importância da atividade física em conjunto com a alimentação saudável?

Aumentar o peso



Não há ligação nenhuma entre os dois



Mantém o corpo saudável e equilibra o peso e a energia



Só ajuda a equilibrar o



Pergunta 4 de 16

Próximo

Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Qual a mais adequada para bebermos durante o dia?



Sumo de laranja



Pergunta 5 de 16

Próximo

Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Para ter uma “Alimentação Saudável” a sua refeição deve ser:

Desequilibrada, variada e com muita gordura 

Variada com excesso e com muita gordura 

Completa, equilibrada e com muita fibra 

Completa, equilibrada, variada e com muita fibra 

Pergunta 6 de 16

Próximo 

Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

A melhor fonte de vitaminas, minerais e fibras são:

Leite, queijo e iogurte 

Doces e bebidas açucaradas 

Carne, peixe, frango 

Frutas e legumes 

Pergunta 7 de 16

Próximo 

Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Quais são as frutas mais ricas em vitamina C?

- Pêra Maçã
- Laranja Melão e melancia



Próximo

Pergunta 8 de ...16

Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Qual destas bebidas contém maior quantidade de açúcar?

- Sumo de laranja natural
- Refrigerante (caçola, famosos)



Próximo

Pergunta 9 de 16

Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Na roda dos alimentos qual é o grupo mais rico em cálcio?

- Hortaliças
- Frutas
- Cereais e derivados
- Laticínios

Pergunta 10 de 16



Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Qual o momento mais apropriado para consumirmos guloseimas?

- Antes de dormir
- Após as refeições
- Antes das refeições
- Quando estiver com fome

Pergunta 11 de 16



Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Quais destes alimentos são os mais ricos em proteínas?

Massa, arroz e batatas



Feijão, carne e alface



Pão integral, frutas e



Queijo e peixe



Pergunta 12 de 16

Próximo

Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Qual destes alimentos é mais rico em vitaminas e menos calórico?

1 Fatia de pizza



1 Ovo cozido



1 Sopa de legumes



1 Hambúrguer do McDonald's



Pergunta 13 de 16

Próximo

Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Qual é o principal acompanhamento que todas as refeições devem conter?

Arroz



Batatas fritas



Molhos



Saladas frescas



Pergunta 14 de 16

Próximo

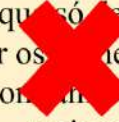
Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

Porquê que a roda dos alimentos tem grupos alimentares de diferentes tamanhos?

Porque devemos comer em maior quantidade dos grupos maiores e menos dos menores



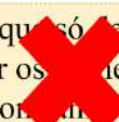
Porque só devemos comer os alimentos que se encontram nos grupos maiores



Não tem importância



Porque só devemos comer os alimentos que se encontram nos grupos menores



Pergunta 15 de 16

Próximo

Atividade: Jogo da Alimentação Saudável

O que devemos de comer ao pequeno-almoço?

Hambúrguer, coca-cola e
batatas fritas

Leite, fruta e cereais ou

Bola de leite, fruta e
iogurte

Sumo de laranja natural e
croissant com chocolate

Pergunta 16 de 16



Muito

Obrigada

pela Vossa atenção!

Referências Bibliográficas

[Alimentação saudável \(sns24.gov.pt\)](https://sns24.gov.pt)

[Roda dos Alimentos • PNPAS \(dgs.pt\)](https://dgs.pt)

[Diapositivo 1 \(apn.org.pt\)](https://apn.org.pt)

[guialanchescolares.pdf \(mec.pt\)](https://mec.pt)

Referências Bibliográficas - Vídeos

[O que nos ensina a Roda dos Alimentos - YouTube](https://www.youtube.com/watch?v=...)

A decorative border surrounds the page, featuring a variety of colorful fruits and vegetables including lemons, oranges, apples, grapes, and leafy greens, arranged in a repeating pattern.

Receitas: Lanches Saudáveis

No seguinte documento são apresentadas seis receitas de lanches saudáveis para crianças e jovens, apresentadas pelo Chef Fábio Bernardino, disponíveis no “Guia para lanches escolares saudáveis”, editado pela Direção Geral da Saúde e pela Direção Geral da Educação em abril de 2021.

BRIGADEIRO DE MAÇÃ (Sem adição de açúcares)



INGREDIENTES

- 1 maçã riscadinha
- 100g sultanas
- 1 colher de chá de canela (3g)
- 1 raspa de limão
- 50g farinha de aveia/ amêndoa
- 1 unidade de raspa e sumo de laranja
- Mistura de sementes ou frutos oleaginosos

MODO DE PREPARAÇÃO

1. Comece por assar a maçã no forno com a raspa e sumo de laranja a 220°C durante 15 minutos. Retire do forno, deixe arrefecer e reduza a puré;
2. De seguida, pegue no molho do preparado da maçã e hidrate as sultanas. Triture tudo com uma varinha mágica até obter uma massa homogénea. Adicione a farinha de aveia ou amêndoa, a raspa de limão, a colher de chá de canela e envolva tudo;
3. Com as mãos, faça pequenas bolas e passe na mistura de sementes ou frutos oleaginosos à escola.

PANQUECA DE PÊRA

(Receita p/ 1 pessoa; Duração: 15 minutos)



INGREDIENTES

- ½ pera ralada
- 2 colheres de sopa de farinha de trigo
- 2 colheres de sopa de farinha de trigo integral
- 1 ovo
- Canela em pó

MODO DE PREPARAÇÃO

1. Comece por ralar a pera, misture a farinha, o ovo e a canela em pó. Envolve tudo até obter um preparado homogêneo.
2. Numa frigideira antiaderente bem quente, coloque pequenas porções de massa. Quando a parte de cima da panqueca começar a ficar com pequenas bolas, pode virá-la com a ajuda de uma espátula.
3. Repita o processo até acabar a massa e coloque mais um pouco de canela em pó no final.

MUFFIN DE REQUEIJÃO E ESPINAFRES

(Receita p/ 8 pessoas; Duração: 30 minutos)



INGREDIENTES

- 1 requeijão (200g)
- 200g grão-de-bico
- 200g farinha de aveia ou flocos
- 3 ovos
- 100g espinafres
- 1 colher de chá de fermento (5g)

MODO DE PREPARAÇÃO

1. Comece por misturar o requeijão com o grão e envolva bem. Junte os ovos batidos e a farinha e o fermento.
2. De seguida, junte os espinafres e envolva bem até obter um preparado homogéneo.
3. Coloque a massa em pequenas formas de muffin e leve ao forno a 220°C durante cerca de 20 minutos

BRIGADEIRO DE BATATA-DOCE E ATUM

(Receita p/ 4/5 brigadeiros; Duração: 20 minutos)



INGREDIENTES

- 2 batatas-doces (300g)
- 1 lata de atum ao natural
- 100g espinafres
- 1 ramo de coentros
- 1 colher de café de açafrão
- Pimenta (q. b.)
- 1 colher de sopa de azeite (10g)
- 30g pão ralado

MODO DE PREPARAÇÃO

1. Comece por esmagar a batata-doce cozida. Misture a batata-doce, o atum e os espinafres. Adicione os coentros picados, o açafrão e a pimenta e mistura tudo.
2. Molde as pequenas bolinhas com a ajuda do pão ralado e está pronto a servir.

BOLACHAS DE BANANA E AVEIA

(Receita p/ 4/5 bolachas; Duração: 25 minutos)



INGREDIENTES

- 1 banana madura
- 3 colheres de sopa de flocos de aveia
- Canela em pó q. b.

MODO DE PREPARAÇÃO

1. Esmague uma banana, junte 3 colheres de sopa de flocos de aveia e canela a gosto.
2. Misture tudo e coloque pequenas porções numa travessa com papel vegetal.
3. Leve ao forno 180°C durante 20 minutos

BARRITA DE CEREAIS

(Receita p/ 8 barritas; Duração: 25 minutos)



INGREDIENTES

- 200g flocos de milho
- 20g amêndoas
- 100g puré de maçã
- 1 colher de sopa de mel
- Canela em pó q. b.

MODO DE PREPARAÇÃO

1. Coza a maçã com o pau de canela e no final triture até obter um puré.
2. Esmague os flocos de milho com as amêndoas e junte o puré de maçã e o mel.
3. Coloque o preparado numa travessa própria para forno com papel vegetal a 180°C durante cerca de 25 minutos.
4. No final retire do forno, deixe arrefecer e corte em pequenos quadrados no formato de barrita

PREPARAÇÃO DO LANCHE: CUIDADOS A TER

REGRAS DE HIGIENE E SEGURANÇA NA COZINHA



Lavar muito bem as mãos antes de iniciar as atividades de culinária e lavar frequentemente durante todo o processo.



Usar avental e apanhar o cabelo, se for comprido.



Limpar as bancadas antes de iniciar a preparação e antes da confeção dos alimentos.



Evitar utilizar a mesma faca, garfo ou colher para alimentos diferentes.



Não misturar alimentos crus e cozinhados durante a preparação dos alimentos.



Lavar bem os vegetais e a fruta antes de utilizar.



Anexo 4 – Oficina II: Rumo ao Sucesso – Ambiente Ideal para Aprender

DOCUMENTO ORIENTADOR PARA ACOMPANHAR O JOVEM NA ORGANIZAÇÃO DO SEU MATERIAL ESCOLAR E ESPAÇO DE ESTUDO

Para apoiarmos o jovem na organização do seu **material escolar** devemos ter em atenção a seguinte check-list:

- Verificar se o jovem tem o material necessário para cada disciplina:
 - Caderno pautado, quadriculado ou outro material solicitado pelo Professor para realizar os registos inerentes à disciplina;
 - Material de escrita para as disciplinas teóricas (como por exemplo, português, inglês, história, matemática, entre outras): caneta azul, preta e vermelha, lápis/ lapiseira, borracha, afia, marcador sublinhador, régua, tesoura, cola;
 - Material específico solicitado pelo respetivo Professor para a disciplina relacionada com desenho/ artes visuais
 - Manuais Escolares
 - Caderno de Atividades (sempre que seja solicitado pelo Professor)
 - Capa de arquivo para que o jovem possa guardar fichas informativas, testes e outros documentos disponibilizados pelos Professores.

- Verificar se os cadernos estão identificados com nome (primeiro nome e apelido), ano de escolaridade e turma e por fim, a disciplina a que corresponde o caderno;

- Verificar se os manuais escolares estão identificados com nome (primeiro nome e apelido), ano de escolaridade e turma;

- Verificar se os cadernos de atividades estão identificados com nome (primeiro nome e apelido), ano de escolaridade e turma;

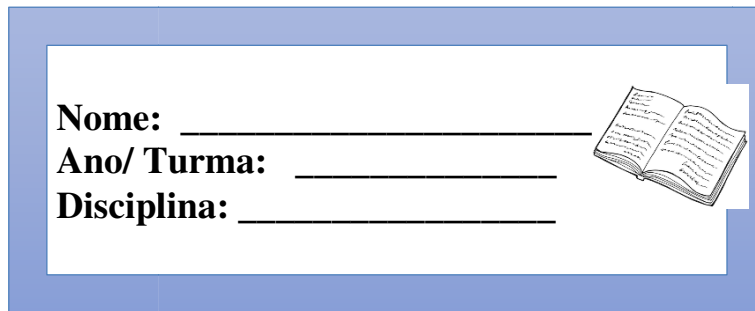
- Verificar se o material utilizado nas disciplinas relacionadas com artes visuais está identificado com nome (primeiro nome e apelido), ano de escolaridade e turma;

- Encadernar todos os cadernos, manuais escolares e cadernos de atividades;


- Disponibilizar uma capa portefólio com micas soldadas para que o jovem possa arquivar documentos informativos disponibilizados pelos Professores, fichas de avaliação entre outros;

- Dividir, com recurso a post-it separadores de índice, a capa portefólio pelas diferentes disciplinas de forma a organizar e facilitar o acesso aos diferentes materiais.

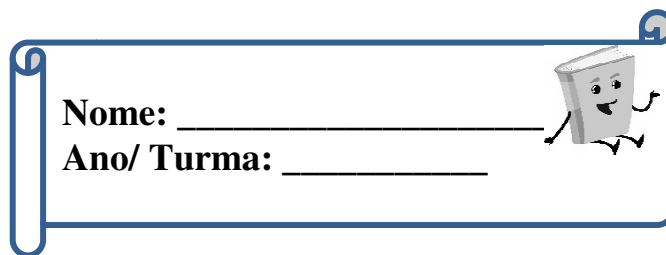
Sugestão de molde de etiqueta para os cadernos:



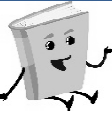
Nome: _____
Ano/ Turma: _____
Disciplina: _____



Sugestão de molde de etiqueta para os manuais escolares:



Nome: _____
Ano/ Turma: _____



Para apoiarmos o jovem na organização do seu **espaço de estudo** devemos ter em atenção a seguinte check-list:

- Analisar o local onde o jovem estuda atualmente e identificar pontos fortes e áreas que precisam de melhorias;
- Criar um espaço dedicado ao estudo com secretária, cadeira e ferramentas de organização que ajudam a manter o espaço arrumado e eficiente;
- Criar um ambiente funcional através de um espaço com:
 - o Boa iluminação;
 - o Privacidade e ausência de distrações;
 - o Conforto;
 - o Estruturado.





Anexo 5 – Oficina II: Rumo ao Sucesso – Cronograma Individual de Estudos

DOCUMENTO ORIENTADOR PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO INDIVIDUAL DE ESTUDO (CRONOGRAMA SEMANAL)

Um plano semanal de estudo é uma ferramenta organizada que ajuda a estruturar e a gerir o tempo dedicado ao estudo ao longo da semana. Este plano permite distribuir as matérias ou tópicos de forma equilibrada, evitando sobrecarga em certos dias ou a procrastinação de tarefas importantes. É muito utilizado por estudantes para melhorar a produtividade, manter a consistência e garantir que tudo o que é necessário seja abordado.

É importante que o plano semanal de estudo seja visto como uma ferramenta dinâmica e ajustável. Recomenda-se que, ao final de cada semana, o jovem e o adulto responsável revejam o plano, identificando quais horários funcionaram melhor e onde foram encontrados desafios. Esta prática permite ajustes contínuos, adaptando o cronograma às necessidades ou imprevistos que possam surgir.

No plano semanal devem de constar as seguintes informações:



- Horário de acordar e de ir dormir;
- Horário das refeições principais (pequeno-almoço, almoço e jantar);
- Horário em que utiliza os transportes públicos (se aplicável);
- Horário com as atividades letivas;
- Horários das atividades extracurriculares (se aplicável);
- Horário de explicações (se aplicável);
- Horário para tempo livre/ lazer.

Neste sentido, é facultado ao jovem a seguinte check-list, com as informações referidas anteriormente, como instrumento facilitador da construção do cronograma.

De seguida, é apresentado o modelo base para a criação do cronograma semanal do jovem. Este documento deve ser revisto em conjunto com o jovem, promovendo sua autonomia e responsabilidade no planeamento.

Para além disso, na seguinte página, é apresentado um exemplo preenchido de um cronograma semanal.

CHECKLIST
-
HORÁRIO DE ESTUDO



JOVEM: -----	ANO LETIVO: -----
--------------	-------------------

Nº	Informação a colocar na planificação semanal do horário de estudo (cronograma)	☑
1	Horário de acordar	<input type="checkbox"/>
2	Horário para tomar o pequeno almoço	<input type="checkbox"/>
3	Horário em que utiliza os transportes públicos (se aplicável)	<input type="checkbox"/>
4	Horário das atividades letivas	<input type="checkbox"/>
5	Horário das explicações (se aplicável)	<input type="checkbox"/>
5	Horário das atividades extracurriculares (se aplicável)	<input type="checkbox"/>
6	Horário para tempo livre (momentos "livres")	<input type="checkbox"/>

O MEU CRONOGRAMA SEMANAL

Horário	2ªF	Horário	3ªF	Horário	4ªF	Horário	5ªF	Horário	6ªF	Horário	SAB	Horário	DOM

O teu plano de estudo é o teu guia para o sucesso! Revê, ajusta e alcança os teus objetivos!

Legenda:

 AL - Atividades letivas	 TL - Tempo Livre (lazer)
 AEC - Atividades Extracurriculares	 PA, A, J – Refeições (Pequeno-almoço, almoço, jantar)
 E/ TE - Explicações/ Tempo de Estudo	 A/D e HP - Acordar/ Deitar e Higiene pessoal

Obs.:

- Os horários devem de corresponder à realidade do jovem;
- Utiliza as siglas que constam na legenda ou palavras à tua escolha que melhor organizem o teu cronograma;
- Este documento deve ser alterado e atualizado sempre que necessário.

O MEU CRONOGRAMA SEMANAL (Exemplo)

Horário	2ªF	Horário	3ªF	Horário	4ªF	Horário	5ªF	Horário	6ªF	Horário	SAB	Horário	DOM
7h-7h30	A HP	7h-7h30	A HP	7h-7h30	A HP	7h-7h30	A HP	7h-7h30	A HP	10h00	A HP	10h00	A HP
7h30-8h	PA	7h30-8h	PA	7h30-8h	PA	7h30-8h	PA	7h30-8h	PA	10h30	PA	10h30	PA
8h-13h	AL	8h-13h	AL	8h-13h	AL	8h-13h	AL	8h-13h	AL	10h30- 13h	AEC	10h30- 13h	TL
13h-14h	A	13h-14h	A	13h-14h	A	13h-14h	A	13h-14h	A	13h-14h	A	13h-14h	A
14h-16h	E	14h-16h	TE	14h-16h	E	14h-16h	TE	14h-16h	TE	14h-19h	TL	14h-19h	TL
16h-17h	TL	16h-17h	TL	16h-17h	TL	16h-17h	TL	16h-17h	TL	19h-21h	J	19h-21h	J
17h- 18h30	AEC	17h- 18h30	AEC	17h- 18h30	TL	17h- 18h30	TL	17h- 18h30	AEC	21h-22h	TL	A partir 21h	HP D
19h-21h	J	19h-21h	J	19h-21h	J	19h-21h	J	19h-21h	J	A partir 22h	HP D		
A partir 21h00	HP D	A partir 21h00	HP D	A partir 21h00	HP D	A partir 21h00	HP D	A partir 21h00	HP D				

O teu plano de estudo é o teu guia para o sucesso! Revê, ajusta e alcança os teus objetivos!

Legenda:

	AL - Atividades letivas		TL - Tempo Livre (lazer)
	AEC - Atividades Extracurriculares		PA, A, J – Refeições (Pequeno-almoço, almoço, jantar)
	E/ TE - Explicações/ Tempo de Estudo		A/D e HP - Acordar/ Deitar e Higiene pessoal

Obs.:

- Os horários devem de corresponder à realidade do jovem;
- Utiliza as siglas que constam na legenda ou palavras à tua escolha que melhor organizem o teu cronograma;
- Este documento deve ser alterado e atualizado sempre que necessário.

CHECKLIST

-

HORÁRIO DE ESTUDO



JOVEM: _____	ANO LETIVO: _____
--------------	-------------------

Nº	Informação a colocar na planificação semanal do horário de estudo (cronograma)	☑
1	Horário de acordar	<input type="checkbox"/>
2	Horário para tomar o pequeno almoço	<input type="checkbox"/>
3	Horário em que utiliza os transportes públicos (se aplicável)	<input type="checkbox"/>
4	Horário das atividades letivas	<input type="checkbox"/>
5	Horário das explicações (se aplicável)	<input type="checkbox"/>
5	Horário das atividades extracurriculares (se aplicável)	<input type="checkbox"/>
6	Horário para tempo livre (momentos “livres”)	<input type="checkbox"/>

DICAS PARA GERIR IMPREVISTOS E MELHORAR A CONCENTRAÇÃO

O TEU PLANO DE ESTUDO É O TEU GUIA PARA O SUCESSO!

UMA LISTA DE PRIORIDADES PARA O ESTUDO, DEFININDO QUAIS MATÉRIAS OU TAREFAS QUE SÃO MAIS URGENTES



TÉCNICAS DE GESTÃO DE TEMPO, COMO A TÉCNICA POMODORO (25 MINUTOS DE FOCO SEGUIDOS DE 5 MINUTOS DE PAUSA)



ESPAÇO DE ESTUDO ORGANIZADO E LIVRE DE DISTRAÇÕES



AJUSTA OS HORÁRIOS E TAREFAS DO TEU CRONOGRAMA SEMPRE QUE NECESSÁRIO



PAUSAS REGULARES PARA DESCANSAR A MENTE E EVITAR SOBRECARGA



O MEU CRONOGRAMA SEMANAL

Horário	2ªF	Horário	3ªF	Horário	4ªF	Horário	5ªF	Horário	6ªF	Horário	SAB	Horário	DOM
6h45	Acordar HP	6h45	Acordar HP	6h45	Acordar HP	6h45	Acordar HP	6h45	Acordar HP	Dia todo	Família	Até às 19h30	Família
7h15	PA	7h15	PA	7h15	PA	7h15	PA	7h15	PA			19h30-20h45	J
8h25-13h20	aulas	8h25-13h20	aulas	8h25-13h20	aulas	8h25-13h20	aulas	9h25-12h20	aulas			20h45-21h	TL
13h30-14h30	A	13h30-14h30	A	13h30-14h30	A	13h30-14h30	A	12h20-13h35	A			21h	HP Deitar
14h35-17h30	aulas	14h35-17h30	aulas	14h35-16h25	aulas	14h35-18h30	aulas	13h35-18h30	aulas				
18h-19h30	estudo	18h-19h30	explicação	17h-17h30	TL	19h-19h30	estudo	A partir 18h30	Ida para a família				
19h30-20h45	J	19h30-20h45	J	17h30-19h	estudo	19h30-20h45	J						
20h45-21h	TL	20h45-21h	TL	19h-20h	TL	20h45-21h	TL						
21h	HP Deitar	21h	HP Deitar	20h-21h	yoga	21h	HP Deitar						
				21h15	J								
				21h45	HP Deitar								

O teu plano de estudo é o teu guia para o sucesso! Revê, ajusta e alcança os teus objetivos!

Legenda:

	AL - Atividades letivas		TL - Tempo Livre (lazer)
	AEC - Atividades Extracurriculares		PA, A, J – Refeições (Pequeno-almoço, almoço, jantar)
	E/ TE - Explicações/ Tempo de Estudo		A/D e HP - Acordar/ Deitar e Higiene pessoal

Obs.:

- Os horários devem de corresponder à realidade do jovem;
- Utiliza as siglas que constam na legenda ou palavras à tua escolha que melhor organizem o teu cronograma;
- Este documento deve ser alterado e atualizado sempre que necessário

O MEU CRONOGRAMA SEMANAL

Horário	2ªF	Horário	3ªF	Horário	4ªF	Horário	5ªF	Horário	6ªF	Horário	SAB	Horário	DOM
6h45	Acordar HP	6h45	Acordar HP	6h45	Acordar HP	6h45	Acordar HP	6h45	Acordar HP	10h	Acordar HP	10h	Acordar HP
7h15	PA	7h15	PA	7h15	PA	7h15	PA	7h15	PA	10h30	PA	10h30	PA
8h25-13h20	aulas	8h25-13h20	aulas	8h25-13h20	aulas	8h25-13h20	aulas	8h25-13h20	aulas	11h-13h	estudo	11h-13h	TL
13h30-14h30	A	13h30-14h30	A	13h30-14h30	A	13h30-14h30	A	13h30-14h30	A	13h-14h	A	13h-14h	A
14h35-16h25	aulas	14h30-16h30	vela	14h35-16h25	aulas	14h35-17h30	aulas	14h30-16h	TL	14h-16h	futebol	14h-18h30	TL
16h30-18h	TL	16h30-18h	explicação	16h-17h30	TL	17h30-18h30	TL	16h-17h	estudo	16h-20h	TL	18h30-19h30	estudo
18h-19h30	estudo	18h-19h	estudo	17h30-19h	estudo	18h30-19h30	estudo	17h-18h	explicação	20-21h	J	19h30-20h45	J
20h-21h30	futebol	19h-19h30	TL	19h-20h	TL	19h30-20h45	J	18h-19h30	TL	21h-23h	TL	20h45-21h	TL
21h45	J	19h30-20h45	J	20h-21h30	futebol	20h45-21h	TL	19h30-20h45	J	23h	HP Deitar	21h	HP Deitar
22h15	HP Deitar	20h45-21h	TL	21h45	J	21h	HP Deitar	20h45-22h	TL				
		21h	HP Deitar	22h15	HP Deitar			22h	HP Deitar				

O teu plano de estudo é o teu guia para o sucesso! Revê, ajusta e alcança os teus objetivos!

Legenda:

	AL - Atividades letivas		TL - Tempo Livre (lazer)
	AEC - Atividades Extracurriculares		PA, A, J – Refeições (Pequeno-almoço, almoço, jantar)
	E/ TE - Explicações/ Tempo de Estudo		A/D e HP - Acordar/ Deitar e Higiene pessoal

Obs.:

- Os horários devem de corresponder à realidade do jovem;
- Utiliza as siglas que constam na legenda ou palavras à tua escolha que melhor organizem o teu cronograma;
- Este documento deve ser alterado e atualizado sempre que necessário.

O MEU CRONOGRAMA SEMANAL

Horário	2ªF	Horário	3ªF	Horário	4ªF	Horário	5ªF	Horário	6ªF	Horário	SAB	Horário	DOM
6h45	Acordar HP	6h45	Acordar HP	6h45	Acordar HP	6h45	Acordar HP	6h45	Acordar HP	Dia todo	Família	Até às 19h30	Família
7h15	PA	7h15	PA	7h15	PA	7h15	PA	7h15	PA			19h30-20h45	J
9h25-13h20	aulas	8h25-13h20	aulas	8h25-13h20	aulas	8h25-13h20	aulas	9h25-12h20	aulas			20h45-21h	TL
13h30-14h30	A	13h30-14h30	A	13h30-14h30	A	13h30-14h30	A	12h20-13h35	A			21h	HP Deitar
14h35-17h30	aulas	14h35-16h25	aulas	14h35-16h25	aulas	15h-17h	TL	14h30-17h	Explicação				
18h-19h30	estudo	17h-19h	estudo	17h-17h30	TL	17h-19h30	estudo	A partir 17h	Ida para a família				
20h-21h	natação	19h-19h30	TL	17h30-19h30	estudo	20h-21h	natação						
21h15	J	19h30-20h45	J	19h30-20h45	J	21h15	J						
21h45	HP Deitar	20h45-21h	TL	20h45-21h	TL	21h45	HP Deitar						
		21h	HP Deitar	21h	HP Deitar								

O teu plano de estudo é o teu guia para o sucesso! Revê, ajusta e alcança os teus objetivos!

Legenda:

	AL - Atividades letivas		TL - Tempo Livre (lazer)
	AEC - Atividades Extracurriculares		PA, A, J – Refeições (Pequeno-almoço, almoço, jantar)
	E/ TE - Explicações/ Tempo de Estudo		A/D e HP - Acordar/ Deitar e Higiene pessoal

Obs.:

- Os horários devem de corresponder à realidade do jovem;
- Utiliza as siglas que constam na legenda ou palavras à tua escolha que melhor organizem o teu cronograma;
- Este documento deve ser alterado e atualizado sempre que necessário.

Anexo 6 – Oficina II: Rumo ao Sucesso –Elaboração de um Currículo Profissional

Guia para a Elaboração do Currículo com o Jovem

Objetivo do Documento:

Este guia tem como objetivo fornecer orientações práticas ao adulto responsável para apoiar o jovem na construção de um currículo profissional que reflete as suas competências, experiências e objetivos.

Passos Orientadores:

1. Introdução ao Currículo (10 minutos)

- Explicar ao jovem o que é um currículo e para que serve (ex.: candidaturas a estágios, empregos ou formações);
- Mostre, sempre que possível, exemplos simples de currículos adequados à idade e à realidade do jovem.

2. Identificação de Informações Básicas (15 minutos)

- Recolha as seguintes informações:
 - **Dados pessoais:** Nome completo, contacto, email, morada (se necessário);
 - **Formação:** Escolas frequentadas e anos de conclusão;
 - **Experiências extracurriculares:** Voluntariado, desporto, hobbies ou outras atividades.

3. Exploração de Competências (20 minutos)

- Ajude o jovem a identificar as suas competências através de perguntas:
 - Quais são as atividades em que te destacas?
 - Em que contextos (escola, desporto, casa) já colaboraste?
 - Tens habilidades específicas, como conhecimentos de informática ou línguas estrangeiras?

4. Elaboração do Currículo (30 minutos)

- Utilize um modelo de currículo previamente preparado (de seguida, é apresentado um modelo de documento para ser utilizado);
- Oriente o jovem na escolha de palavras claras e objetivas para descrever as suas competências e experiências;
- Certifique-se de que o currículo seja simples e sem erros ortográficos.

5. Revisão e Reflexão (15 minutos)

- Verifique o currículo com o jovem, verificando a clareza e consistência das informações;

- Pergunte: “Como te sentes ao ver as tuas conquistas aqui?” para reforçar a autoestima do jovem.

6. Nota Final:

- Encoraje o jovem a guardar o currículo em formato digital ou impresso e a atualizá-lo sempre que houver novas experiências ou conquistas.

Dicas para o Adulto Responsável:

- **Seja positivo:** Destaque os pontos fortes do jovem e motive-o durante o processo;
 - **Facilite a reflexão:** Ajude o jovem a perceber a importância das suas experiências, mesmo que pareçam simples;
 - **Adapte-se ao ritmo do jovem:** Caso ele precise de mais tempo ou apoio, respeite o processo;
 - **Mantenha um tom descontraído:** Certifique-se de que a atividade seja leve e produtiva.
-

Modelo de Currículo Profissional

Nome Completo [Inserir nome do jovem]

Dados Pessoais

- Data de Nascimento: [Inserir data de nascimento]
- Morada: [Inserir morada]
- Contacto Telefónico: [Inserir número de telemóvel]
- Email: [Inserir email profissional]

Fotografia
(opcional)

Educação e Formação

- [Ano de início - Ano de conclusão] Escola/Instituição de Ensino, [Nível de Ensino ou Curso]
 - Exemplo: 2020 - 2023, Escola Secundária X, Ensino Secundário (Curso de Ciências e Tecnologias)

Experiência Profissional

- [Ano de início - Ano de conclusão] Nome da Organização, Função/Posição
 - Exemplo: 2022 - 2023, Centro de Voluntariado Y, Apoio em atividades culturais e sociais

Atividades Extracurriculares e Voluntariado

- [Ano de início - Ano de conclusão] Nome da Atividade/Organização
 - Exemplo: 2021 - 2023, Futebol, Clube Desportivo Z

Competências

- **Competências Técnicas:**
 - Informática: [Indicar programas ou ferramentas dominadas, ex.: Microsoft Office, Google Workspace]
 - Línguas: [Indicar os níveis de proficiência em línguas estrangeiras, ex.: Inglês (Nível B2)]

- **Competências Pessoais:**
 - Trabalho em equipa
 - Gestão do tempo
 - Capacidade de comunicação
-

Interesses

- [Inserir interesses relacionados à área profissional ou hobbies importantes, ex.: leitura, desporto, projetos de tecnologia]
-

Nota: Este currículo pode ser ajustado de acordo com as oportunidades a que o jovem se candidata, destacando as informações mais relevantes para cada situação.

O MEU CURRÍCULO SEMPRE ATUALIZADO - CHECK LIST

REVER REGULARMENTE O CURRÍCULO	<input checked="" type="checkbox"/>
Atualizei a minha formação ou escolaridade?	<input type="checkbox"/>
Acrescentei novas experiências (voluntariado, desporto, hobbies)?	<input type="checkbox"/>
Adicionei novas competências (ex.: cursos, línguas, informática)?	<input type="checkbox"/>

ORGANIZAR	<input checked="" type="checkbox"/>
Mantive os dados pessoais atualizados (número de telefone, email, etc.)?	<input type="checkbox"/>
Verifiquei se o currículo está claro, bem formatado e sem erros?	<input type="checkbox"/>

DESTACAR O QUE É MAIS IMPORTANTE	<input checked="" type="checkbox"/>
Dei destaque às experiências mais recentes e relevantes?	<input type="checkbox"/>
Reorganizei informações menos importantes para o final?	<input type="checkbox"/>

ATUALIZAR SEMPRE QUE NECESSÁRIO:	<input checked="" type="checkbox"/>
Adicionei conquistas ou certificações recentes?	<input type="checkbox"/>
Preparei-me para ajustar o currículo a diferentes oportunidades (ex.: estágio, emprego, curso)?	<input type="checkbox"/>

Nota final:
Este currículo reflete o teu percurso e as tuas competências. Mantém-no atualizado e sente orgulho de tudo o que já conquistaste!

Guarda esta check-list e consulta-a sempre que precisares de atualizar o teu currículo. Ele é a chave para muitas novas oportunidades!

Anexo 7 - Oficina III: Finanças em Ação – Como Gerir o Teu Dinheiro

Documento orientador para a atividade:

Orçamento Pessoal: Como Gerir o Teu Dinheiro

Objetivo da Atividade

A atividade tem como objetivo ensinar os jovens a gerir o seu dinheiro de forma consciente, através do registo de entradas e saídas financeiras. Com esta prática, pretende-se desenvolver competências de organização e controlo financeiro, incentivando a reflexão sobre a importância da poupança e da responsabilidade financeira.

Materiais Necessários

- Grelha de Registo de Entrada e Saída de Dinheiro;
- Papel e caneta/lápis para anotações;
- Computador (se aplicável, para registo digital)
- Flyer "Dicas para Gerir o Teu Dinheiro" (entregue no final da atividade)

Passos para a Realização da Atividade

1. Introdução (15 min.)

- Explicar o conceito de **orçamento pessoal** e por que é importante.
- Explicar a diferença entre **entradas (receitas)** e **saídas (despesas)**, dando exemplos práticos.

2. Preenchimento da Grelha (30 min.)

- Distribuir a **Grelha de Registo de Entrada e Saída de Dinheiro**.
- Orientar os jovens a **simular um mês de registo**, anotando entradas (ex.: mesada, presentes, trabalhos ocasionais) e saídas (ex.: lanches, transportes, lazer).
- Incentivar os jovens a refletirem sobre os seus padrões de gasto.

3. Reflexão e Discussão (20 min.)

- Incentivar a discussão sobre formas de reduzir gastos desnecessários e aumentar poupanças;
- Entregar o documento “Guia Prático Para Jovens - Como Gerir o Teu Dinheiro”
- Entregar o Flyer "Dicas Essenciais para Gerires Melhor o Teu Dinheiro" como material de apoio.

Nota: Este documento serve como apoio ao adulto responsável para orientar a atividade, garantindo que os jovens compreendem a importância do controlo financeiro e da poupança.

DICAS ESSENCIAIS PARA GERIRES MELHOR O TEU DINHEIRO

- Dá prioridade ao essencial**
- Evita compras por impulso**
- Define objetivos financeiros**
- Acompanha os teus gastos**
- Poupa regularmente**



Anexo 8 – Oficina III: Finanças em Ação – Simula o Teu Orçamento Mensal

OFICINA – Finanças em Ação



SILVANA FRANCO

CASO PRÁTICO

A Matilde trabalha como operadora de caixa numa superfície comercial. O salário mensal é o valor do SMN.

SMN?? O QUE É ISTO?

Em 2023 o salário mensal é de 760€ líquidos/ brutos.

Em 2023 a Matilde tem 676.40€ de verba para gerir.

**Como acham que
ela vai gastar o
dinheiro?**



O que achas que engloba as despesas fixas? E as variáveis?

Despesas fixas:

- Renda 300€
- Água 30€
- Eletricidade 40€
- Gás 30€
- Comunicações 50
- Transportes 30

Despesas variáveis

- Alimentação Ginásio
- Saúde Café
- Vestuário/ Restaurantes
- calçado Cinema
- poupança Saídas
- Cabeleireiro

TOTAL FIXAS 480€

RESTAM: 196,40€

Grelha – Modelo de Orçamento Mensal (Excel)

	Meses												Total Ano
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Despesas													
Créditos													
Automóvel													0,00
Habitação													0,00
Total desp. Créditos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Carros													
Gasóleo													0,00
Portagens													
Revisão													
Seguro													
IUC													0,00
Inspeção													
Manutenção / avarias													0,00
Total desp. Carro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telemóveis e Plataformas													
Tarifário - Telemóvel													0,00
Netflix													
													0,00
Total desp. Telemóveis			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Saúde													
Consultas													0,00
Dentista													0,00
Medicamentos													0,00
Tratamentos													0,00
Exames/análises													0,00
Hospitalizações													0,00
Total desp. Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Refeições/ Supermercados													
Supermercados													0,00
Total desp. Refeições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Barbeiro e Estética													
Barbeiro													0,00
Cabeleireira													0,00
													0,00
													0,00
Total desp. Barbeiro e Estética			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros													
Roupa													0,00
Calçado													0,00
Total desp. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Poupança													
POUPANÇA													0,00
Total desp. Poupança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Total Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Receitas

Salário Mensal													0,00
													0,00
													0,00

Total Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Saldos

Saldo que sobra com desconto despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

DICAS PARA GERIR O TEU ORÇAMENTO MENSAL



Estabelece um montante fixo para as poupanças mensais

Controla os gastos por categorias para evitar despesas



Sê realista - ajusta o teu orçamento baseado em casos imprevistos ou mudanças nos rendimentos

Atividade: Do Dinheiro ao Banco



Conheces o Dinheiro que Usas?

Quais os bancos que existem em Portugal?



Acham importante termos uma conta bancária? Porquê?

Guia Prático – Como Abrir uma Conta Bancária

✓ Documentos Necessários

- Documento de Identificação Válido (Cartão de Cidadão)
 - Documento comprovativo do Número de Identificação Fiscal (NIF): pode ser comprovado com o próprio Cartão de Cidadão
 - Comprovativo de morada (disponível através do portal das finanças ou na segurança social direta)
 - Comprovativo de rendimento ou situação escolar (dependendo do tipo de conta)
 - Autorização dos representantes legais (no caso de menores de idade)
 - Em alguns casos, comprovativo de situação profissional
-

✓ Idade Mínima

Jovens a partir dos 16 anos podem abrir conta bancária com autorização dos encarregados de educação.

✓ Tipos de Conta

- As instituições bancárias possuem diferentes tipos de conta. É importante no momento de abertura articular com o profissional bancário e perceber qual a melhor opção.

✓ Custos Associados

- Algumas contas têm custos de manutenção. Verifica as comissões associadas e se existem isenções para contas jovens.
 - Pergunta pelo custo dos cartões de débito e de outras operações (ex.: levantamentos em caixas multibanco de outros bancos)
-

💡 Abre a tua conta com informação, segurança e confiança! Este é um passo importante para a tua autonomia financeira.

dicas para segurança - **conta bancária**

- 1** Nunca partilhes o teu PIN ou dados bancários com outras pessoas
- 2** Verifica regularmente os movimentos da conta para detetar erros ou transações não autorizadas.
- 3** Utiliza apenas apps oficiais do banco e ativa notificações para maior controlo.